



História do Pensamento Político e Econômico

História do Pensamento Político e Econômico

Andreia Moreira da Fonseca Boechat

Leandro Eliel Moraes

Leticia Batista Rodrigues Leite

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Rafael Pavani da Silva

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Boechat, Andreia Moreira Da Fonseca

B669h História do pensamento político e econômico / Andreia

Moreira Da Fonseca Boechat, Leandro Eliel Moraes, Letticia

Batista Rodrigues Leite. – Londrina : Editora e Distribuidora

Educacional S.A., 2018.

208 p.

ISBN 978-85-522-0681-1

1. História. 2. Política. I. Boechat, Andreia Moreira Da
Fonseca. II. Moraes, Leandro Eliel. III. Leite, Letticia Batista
Rodrigues. IV. Título.

CDD 900

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 – Londrina – PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 A política no decorrer da história: da Antiguidade à Modernidade	7
Seção 1.1 - História e política na Antiguidade ocidental	9
Seção 1.2 - A Modernidade em diálogo com a Antiguidade: reflexões sobre a política em Maquiavel	23
Seção 1.3 - (Re)pensando tradições: reflexões sobre a política em Hobbes	40
Unidade 2 História e política na Europa Contemporânea	59
Seção 2.1 - História e Política: da crítica à conservação da ordem	61
Seção 2.2 - História e Política: a historiografia marxista e a perspectiva de totalidade	79
Seção 2.3 - História e Política: da perspectiva de totalidade à micro-história	97
Unidade 3 História econômica e o pensamento econômico moderno e contemporâneo	113
Seção 3.1 - Os primórdios da Economia	116
Seção 3.2 - O início do pensamento econômico enquanto teoria	128
Seção 3.3 - Karl Marx e a ascensão do pensamento socialista	145
Unidade 4 O pensamento econômico do século XX	161
Seção 4.1 - A revolução do pensamento econômico: a intervenção estatal	163
Seção 4.2 - O Estado liberal	175
Seção 4.3 - O pensamento econômico nas últimas décadas	191

Palavras do autor

A disciplina História do Pensamento Político e Econômico tem como objetivo apresentar as principais ideias que, no decorrer do tempo, se consolidaram como fundamentais para a construção de nossa atual compreensão sobre política e economia no Ocidente. Para tanto, o material encontra-se dividido em quatro grandes unidades.

Na Unidade 1, apresentaremos algumas práticas e concepções políticas, cujas origens remontam à Antiguidade. Em seguida, iremos nos concentrar na apresentação das concepções elaboradas por dois importantes autores da Modernidade: Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes.

Na Unidade 2, teremos um debate entre História e Política. Esperamos que você compreenda como as profundas modificações na ordem política, econômica e social, desde a consolidação da ordem burguesa, foram analisadas em cada momento histórico, ou seja, como a realidade foi criticada ou justificada a partir de cada referencial teórico. Nesse sentido, veremos como as reflexões teóricas no período iluminista transitaram da crítica à justificativa da ordem política; como a historiografia marxista, a partir de uma perspectiva de totalidade, buscou o desvelamento da sociedade burguesa e, finalizando a Unidade, como algumas das principais correntes historiográficas do século XX compreenderam a relação entre História e Política.

A partir da Unidade 3 passaremos a estudar a economia, uma ciência social que tem como objetivo alocar os recursos produtivos escassos para a produção de bens e serviços, de forma a satisfazer as necessidades ou os desejos ilimitados da população. Assim, nesta unidade, veremos como, ao longo dos séculos, a economia e a história das nações estiveram diretamente relacionadas, e como, em consequência, diversas teorias e escolas surgiram para explicar determinados fatos econômicos, sociais e políticos, chegando, muitas vezes, a proporem mudanças para tais situações.

No século XX, estoura nos Estados Unidos a maior crise econômica até então: a Grande Depressão. Na Unidade 4, veremos que a Escola Clássica, que tivera seus postulados aceitos durante

muitos séculos, não conseguiria explicar as causas de tal crise. Então, em 1936, John Keynes apresentou novas explicações mais coerentes com a realidade da época, defendendo a necessidade de intervenção do Estado na economia. Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiria a chamada Escola de Chicago, que defende a ideia de que o mercado funcione livremente e que a moeda seja a principal variável econômica. Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) procurava explicar por que os países latino-americanos não haviam se desenvolvido economicamente. Veremos como a história brasileira, principalmente a partir de 1930, também sofreria o impacto das ideias defendidas por diferentes escolas econômicas.

Esperamos que goste deste material e que seu conteúdo lhe seja útil.

A política no decorrer da história: da Antiguidade à Modernidade

Convite ao estudo

Ao longo desta unidade, convidamos você a estudar alguns dos autores e das obras fundamentais para a elaboração de um “pensamento político ocidental”. Autores e obras que, embora remontem à Antiguidade e à Modernidade, ainda hoje ecoam, em diferentes medidas, em nosso imaginário político.

Hoje, no Brasil, ao falarmos sobre “política”, pensamos, quase que imediatamente, na existência de partidos, cujos representantes, eventualmente eleitos, exercerão um mandato, durante um tempo determinado, nas diferentes esferas dos chamados “poderes Executivo e Legislativo”. Não é mesmo? No entanto, vale lembrar que a democracia presidencialista nem sempre se tratou do regime de governo em exercício no Brasil. Aqui, já experienciamos o regime monárquico (1822-1889), diferentes formas de parlamentarismo (1847-1889, 1961-1963) e até mesmo um período recente marcado por um regime ditatorial (1964-1985).

Tal alternância de regimes marca não somente a história do Brasil mas também a dos demais países ocidentais. O que se reflete no fato de que, ao longo da história, várias foram as modalidades políticas defendidas e propostas por parte daqueles que se dedicaram a escrever sobre a política, seus regimes e campos de atuação.

A partir do estudo de diferentes ideias que contribuíram para a elaboração de nossa atual noção de política e suas modalidades de exercício que serão apresentadas ao longo desta unidade, espera-se que você seja capaz de responder a

algumas questões, tais como: o que entendemos por política no presente corresponde ao que os antigos entendiam por política? A democracia é, de fato, a forma mais justa de regime político?

Seção 1.1

História e política na Antiguidade ocidental

Diálogo aberto

Você já ouviu dizer que o termo “política” é derivado da palavra grega *pólis*? Ou que a primeira sociedade a conceber e praticar o regime democrático foi a cidade de Atenas? Ou ainda, você já escutou ou leu a seguinte frase: “O homem é um animal político”? Você sabia que essa frase é parte de uma espécie de tratado, escrito em grego, por um autor chamado Aristóteles (384-322 a.C.), há mais de 2.000 anos? No entanto, Aristóteles não foi o primeiro autor antigo que se dedicou a pensar sobre o domínio da “política”. Com efeito, poderíamos citar outra obra, bastante célebre hoje, redigida por um autor que o precedeu: *A República*, de autoria de Platão (428-347 a.C.), cuja redação também remonta ao século IV a.C.

Isto posto, todavia, podemos nos perguntar: o que os povos que viveram na Grécia Antiga entenderam por “política” e quais foram as formas de organizações políticas ali experienciadas? Afinal, o que as formas de organização política e econômica dos helênicos, vividas há mais de 20 séculos, têm a ver com as experiências ocidentais em termos de organização política e econômica?

Nesta unidade, ao conhecer as diferentes formas de organização e concepções políticas que as sociedades gregas e romanas antigas experienciaram, você terá a oportunidade de apreender em que medida as nossas formas de organização política dialogam ou se afastam desses debates e dessas realidades. Com isso, você terá a oportunidade de compreender melhor e em perspectiva muitas de nossas atuais formas de organização, resultantes de ideias e práticas que remontam a um passado mais ou menos recente.

Não pode faltar

Nesta primeira seção, vamos começar nossa viagem pela história do pensamento político e econômico, partindo da Grécia Antiga. Sendo assim, convidamos você a pensar como as experiências e elaborações feitas pelos antigos helênicos, no que diz respeito à política, nos influenciam até hoje.

Ao escolhermos a Grécia Antiga como nosso ponto de partida, não atribuímos à “experiência grega” um valor superior a outras, uma vez que nela encontraríamos a “origem de todas as coisas”. Trata-se de reconhecer o seguinte fato: uma vez que as experiências práticas e teóricas dos gregos antigos, em termos de organização política, econômica e em muitos outros domínios, foram valorizadas e, por consequência, resgatadas e transmitidas no decorrer da história, elas marcaram a história do pensamento ocidental de modo permanente, por isso o estudo delas se impõe como “incontornável”.

A política e os regimes políticos na Grécia Antiga

A pesquisadora Violaine Sebillote-Cuchet menciona alguns pontos que nos ajudam a começar a pensar acerca do porquê um diálogo com as experiências de organizações políticas vivenciadas e/ou pensadas pelos antigos costuma, ainda hoje, apresentar-se como interessante para todos nós, apesar da distância temporal que nos separa e, muito embora elas estejam longe de serem idênticas às práticas e aos saberes políticos do presente:

“ Todos nós aprendemos, na maioria das vezes, durante nossos estudos de história, que a ideia moderna de cidadania nasceu na Atenas clássica, antes de que a ciuitas e as ciuites da Roma republicana se impusessem. Ao mesmo tempo, todos nós descobrimos que a política ou, em outras palavras, o fato de compartilhar, participar e decidir – de forma mais ou menos coletiva, enquanto cidadãos – um destino comum nascera nas práticas que os Gregos designavam com a expressão política, ‘os assuntos da pólis’, nome grego para a cidade (*ciuitas*) [...] A existência de um léxico antigo e diretamente traduzível em termos contemporâneos (*politika* / política [...]; *politai-civites* /

cidadania [...]; *demokratia* / democracia - [...]; *respublica* / república [...]) cria uma ilusão de correspondência entre o fato político tal como existia na Antiguidade clássica e o fato político que se conhece no mundo contemporâneo, ou entre a cidadania antiga e a cidadania contemporânea. (SEBILLOTTE-CUCHET, 2015, p. 282, grifos do autor)

De fato, se não é possível estabelecer uma “correspondência entre o fato político tal como existia na Antiguidade clássica e o fato político que se conhece no mundo contemporâneo, ou entre a cidadania antiga e a cidadania contemporânea” (SEBILLOTTE-CUCHET, 2015, p. 282), vale destacar que, tal como a experiência dos países ocidentais no decorrer da história, a experiência política dos antigos gregos, assim como a dos romanos, não se reduziu a um único regime. Diferentes modalidades de organização política marcaram a história de ambos os povos.

A história política de Roma, por exemplo, costuma ser dividida em três períodos: Monarquia (753-509 a.C.), República (509-27 a.C.) e Império (27 a.C. – 476 d.C.). Períodos que podemos conhecer, entre outras fontes, por intermédio de obras, tais como História de Roma (*Ab Urbe Condita Libri*), de autoria de Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), na qual o autor procura relatar a história de Roma (753 a.C.), desde as suas origens até a morte de Nero Cláudio Druso (9 a.C.).



Pesquise mais

A cultura política que caracterizou o Império Romano pode ser conhecida por intermédio das biografias que compõem a obra *As Vidas dos Doze Césares*, de Suetônio (69-130 d.C.). Conheça um pouco mais sobre esta obra lendo:

FRANÇA, Tiago; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Um estudo sobre “As Vidas dos Doze Césares” de Suetônio. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 8., JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 1., 2010, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/33.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

No caso grego, por sua vez, exemplos dessa diversidade de regimes são atestados não somente por intermédio de fontes

materiais – sobretudo no que diz respeito aos períodos mais recuados da história (XVII-XI a.C.) –, mas ilustrados pelo modelo de organização política que encontramos representado nos chamados poemas homéricos – a *Ilíada* e a *Odisseia*. Obras, tais como *Histórias*, de autoria de Heródoto (480-420 a.C.), e *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides (460-395 a.C.), são igualmente fontes valiosas de registro dessa diversidade.

Nesse sentido, é preciso ressaltar o fato de que mesmo a antiga cidade (*pólis*) de Atenas – tão comumente associada à experiência democrática – conheceu outras tantas formas de organização política (monarquia, oligarquia, tirania) ao longo de sua história. Além disso, vale igualmente lembrar que a experiência democrática dos antigos atenienses, posta em prática nos séculos VI e IV a.C. – território e período para os quais temos um volume maior de fontes – está longe de ter sido homogênea ao longo do tempo em que vigorou. Vários foram os seus legisladores (Sólon, Clístenes, Péricles) e as suas propostas.

Isto posto, é necessário sublinhar ainda que, embora a experiência democrática dos antigos, ou melhor, as suas experiências guardem pontos em comum com o que, hoje, de um modo geral, entendemos por democracia, existem também muitas diferenças.



Refleta

No Brasil, assim como em outros países, temos uma democracia do tipo representativa, isto é, na qual a população eleitora exerce o poder por intermédio dos candidatos e candidatas que, por parte dela, recebem o direito de representá-la nas diferentes instâncias de poder. O historiador José Antônio Dabdab Trabulsi faz considerações relativas à democracia ateniense a partir das quais vale a pena refletir:



Ora a cidade grega antiga foi um modelo de participação direta, e a democracia ateniense uma experiência de democracia direta. Uma democracia, que é verdade, não foi para todos (mas as nossas não foram e continuam não sendo, na realidade concreta, para todos), mas que foi infinitamente mais intensa nas suas práticas. (TRABULSI, 2016, p. 8-9)

Alguns autores fazem uma crítica à democracia antiga a partir da ideia de que, diferentemente das experiências democráticas modernas, aquelas dos antigos teriam sido muito mais limitadas. Você concorda com isso? Em que sentido?

Ora, tais diferenças dizem respeito não somente à experiência democrática, mas remetem ao que, hoje e ontem, entendemos como pertencente, ou não, ao domínio do que chamamos de “política”. Assim, se é verdade que, desde a sua origem, o próprio termo “política” refere-se, de modo amplo, aos “assuntos da *pólis*”, é importante observar que os modelos de *poleis* existentes no mundo grego antigo foram muitos, assim como muitos eram os assuntos que diziam respeito a *pólis* e dos quais se ocupavam, em diferentes medidas, cidadãos (*politês*) e cidadãs (*politides*).



Exemplificando

O estudioso Morgens Hansen chama atenção para o fato de que, no mundo antigo, para além de Atenas e Esparta, existiram mais de 1.000 outras *poleis*. Além disso, guardadas as diferenças com relação às “cidades-estado” das sociedades gregas antigas, ele faz questão de ressaltar que pelo menos 37 outras sociedades conheceram esta unidade de organização política, assim como o fato de que isso se trata de um fenômeno histórico que, em alguma medida, sobrevive ainda hoje. Ele cita os casos de San Marino, Andorra (HANSEN, 2006).

Com efeito, é pensando a cidade, ou as cidades-estado (*poleis*) antigas, como espaço composto por diferentes planos de atuação – religioso, militar e político – que não somente podemos ter uma dimensão mais clara dos elementos que nos afastam e nos aproximam dos antigos em matéria de política mas também sermos capazes de incluir as mulheres livres, as cidadãs, que, embora estivessem excluídas das atividades de governo, das assembleias e esferas de decisão jurídicas, eram atuantes em diversas esferas, como a dos rituais religiosos. Nessa perspectiva, e de modo a concluir este tópico, retomemos ainda uma vez as considerações feitas pela historiadora Violaine Sebillotte-Cuchet, que faz questão de chamar atenção para o fato de que:



[...] é inexacto afirmar que, nas práticas sociais das cidades gregas, o cidadão era definido em função da participação nas assembleias. Segundo Aristóteles, aliás, a *pólis*, não é apenas a soma dos πολίται [cidadãos] que participam ou têm a possibilidade teórica de participar das assembleias [ARISTÓTELES, *Política*, III,1275b17-20]; a *pólis* é definida, na verdade, por atividades sociais e religiosas compartilhadas: a endogamia cívica e a participação em rituais comuns são indispensáveis à coesão e à autonomia da *pólis* [ARISTÓTELES, *Política*, III,1280b30-1281a9]. (SEBILLOTTE-UCHET, 2015, p. 289)



Assimile

O conceito de *pólis* não é uma "evidência" e nem remete a formas de organizações homogêneas que existiram no mundo grego antigo. Mundo este que, com efeito, foi composto por diversas poleis – termo que, a grosso modo, podemos traduzir como "cidades-estado". As poleis gregas trataram-se de comunidades políticas autônomas que, mais do que um conjunto arquitetural, podem ser entendidas como "uma construção espiritual, um feito moral, religioso e político" (RACHET, 1990, p. 71).

Filosofia e política no mundo grego antigo

Antes de concluir esta seção, é indispensável comentarmos, ainda que brevemente, dois textos que marcaram muito o pensamento político ocidental: *A República*, de autoria de Platão (428-347 a.C.), e *Política*, de autoria de Aristóteles (384-322 a.C.). Se as experiências políticas dos antigos gregos em nada foram superiores àquelas vivenciadas pelos demais povos, no entanto, eles foram, provavelmente, os primeiros a elaborar reflexões acerca do domínio da política. Reflexões que foram transmitidas ao longo da história e que continuam ecoando nas práticas e teorizações do presente como nenhuma outra, por isso merecem ser continuamente analisadas.



Os títulos dos tratados de Platão e de Aristóteles, em sua versão original, em grego, respectivamente, Πολιτεία e Πολιτικά, remetem a um mesmo termo: πολίς (*pólis*). Termo que, como vimos, normalmente, é traduzido por “cidade-estado”, e remete a uma unidade de organização política característica da Hélade, ou seja, da Grécia Antiga.

A referência a tal termo nos títulos dos tratados citados aponta para a importância desta unidade de organização para o período vivido por Platão e Aristóteles (V-IV a.C.). Independentemente do regime de organização proposto e/ou defendido por esses autores, é a esta unidade autônoma que ambos se remetem. Isto é, tomam a *pólis* como princípio de organização político básico.

A República de Platão

A *República* (Πολιτεία) é um texto composto por dez livros, no qual Platão apresenta um projeto político-filosófico de pensar a *politeia* (termo que pode tanto ter o sentido mais restrito de “constituição” como um mais abrangente de “cultura política”), a sua natureza e aquela que seria a forma mais justa de pensá-la, de organizá-la. Neste tratado, Platão nos oferece não apenas uma espécie de apanhado histórico das formas de organização política que já haviam sido postas em prática e que, ao seu ver, fracassaram, mas, valendo-se deste horizonte bastante concreto, ele abre caminho para a sua proposta: apresentar os fundamentos do que seria a cidade, ou melhor, a organização política ideal.

O tratado começa com o diálogo protagonizado por ninguém mais ninguém menos que Sócrates (que fora condenado ao suicídio sob o regime democrático ateniense), e que tem como objetivo colocar em debate a noção de justiça – que se prolonga pelos quatro primeiros livros –, tendo em vista que, na perspectiva do autor, a cidade ideal se faz por intermédio do estabelecimento do justo equilíbrio do corpo político – que nem a democracia e tampouco a tirania teriam atingido. Para tanto, ele propõe a divisão deste corpo em três partes: os governantes, os guerreiros e os trabalhadores/produtores, aos quais ele faz corresponder três virtudes: a sabedoria, a coragem e a temperança. Da harmonia entre as três partes deste corpo emanaria a justiça. Harmonia esta que só se faz possível na

medida em que os governantes sejam/tornem-se filósofos – os únicos agentes capazes de promover tal reforma, da qual Platão tratará em detalhes ao longo de três livros (V-VII).

É nesse contexto que ganha sentido, então, a célebre “alegoria da caverna”, exposta no livro VII, na qual os homens são apresentados como prisioneiros que se encontram de costas para o fogo/a luz, tendo acesso aos objetos/ao conhecimento apenas por intermédio das sombras refletidas na parede da caverna dentro da qual se encontram. Aqueles que conseguem se liberar passam a ter contato com os objetos e com o fogo/a luz que os ilumina, e têm o dever de voltar para a caverna para ajudar àqueles que ali ficaram.

No contexto em que se encontra, podemos afirmar que essa alegoria, sem dúvida, coloca os filósofos-reis do projeto platônico – tidos como os governantes ideais – como aqueles que, tendo contemplado o Bem, têm o dever de, em alguma medida, coletizá-lo, inspirando-lhe, seja por intermédio de suas condutas individuais, seja no exercício judicioso do governo da cidade.

Seja como for, tal proposta seria não apenas transmitida por séculos e séculos, como seria interpretada de muitas formas no decorrer da história. Alguns a tomariam como uma mera utopia, enquanto outros – sobretudo no período que seguiu a Segunda Guerra Mundial – a entenderiam como uma espécie de projeto totalitário. Mas ambas as hipóteses têm sido rebatidas em prol de uma leitura da obra que leve em conta o momento mesmo da sua produção.

Contra a ideia de uma “mera utopia”, aponta-se o argumento de que, se o ideal político platônico não se realizou de fato, no entanto a sua concepção precipitou a concretização de alguns “atos”: a primeira experiência de institucionalização da filosofia, com a criação da Academia, assim como uma espécie de pontapé inicial da sociologia política. Contra aqueles que tomam o projeto platônico como “totalitário”, têm sido levantados alguns contrapontos. Um dos principais é aquele que insiste no fato de que a noção de Estado moderno, que possibilitaria a idealização/realização totalitária, não se encontra no texto platônico e tampouco é por ele defendida. E, ainda, que certos pressupostos contidos no projeto platônico tenham servido como “germes inspiradores” de práticas e princípios totalitários, eles não estavam explicitamente ali previstos (LEROUX, 2002, p. 48-53).

A Política de Aristóteles

A *Política*, ou melhor, as *Políticas* (Πολιτικά) de Aristóteles, trata-se de uma espécie de manual de estudo das cidades, composto por oito partes, as quais, muito provavelmente, foram escritas em momentos distintos. Seja como for, tal como a temos hoje, esta obra se apresenta como um estudo histórico das cidades e de seus respectivos regimes.

Assim, muito embora nesse conjunto de textos não sejam as condutas dos indivíduos o que constituem o objeto central de interesse do autor, ele, no entanto, não deixa de iluminá-las, uma vez que, na sua perspectiva, é justamente na cidade, na *pólis*, que os homens podem realizar plenamente a sua natureza enquanto tal, desde que evidentemente submetidos a leis adequadas para tal fim.

Ora, é nessa perspectiva que devemos ler a célebre expressão “o homem é um animal político” (*anthropos physei politikon zoon*) (ARISTÓTELES, I, 1253a2), quer dizer, para além da família (*oikos*) – que é o primeiro espaço de sociabilidade humana –, os seres humanos são seres destinados a viverem neste espaço público coletivo e autônomo, que é a *pólis*. Tendo isso em conta, e de modo a assegurar este desenvolvimento virtuoso da natureza humana, é que o filósofo vai se propor não somente a observar, descrever e avaliar as diferentes formas de organização política experienciadas pelas *poleis*, mas sugerir uma forma de organização que seria, ao seu ver, a mais adequada para tal fim.

Esta pretensa melhor forma de organização proposta por Aristóteles e descrita no livro IV é uma espécie de mistura de dois regimes: a oligarquia e a democracia. Regime que, aos olhos do autor, proporcionaria as condições ideais para o desenvolvimento pleno dos indivíduos nos limites das disposições que lhe seriam próprias e que, claro, não seriam as mesmas para os homens livres, as mulheres livres e os escravos (homens ou mulheres). Isso porque é preciso compreender que, na perspectiva de Aristóteles, existe uma espécie de princípio universal que deveria reger todas as formas de organização política: trata-se da “igualdade proporcional”. Princípio que, em linhas gerais, propõe que cada um deve receber segundo a sua própria excelência.

Nesse sentido, suas críticas aos regimes democrático e oligárquico se tornam mais claras. O primeiro erraria em dar a entender que

pessoas que possuem igualdade em um domínio seriam iguais em tudo. O segundo, por sua vez, erraria em colocar em prática um regime em que pessoas privilegiadas, em um dado domínio, passariam a supor serem melhores em tudo, o que justificaria o seu poder sobre as demais pessoas.

Sem medo de errar

Ao longo desta seção, você conheceu um pouco as práticas e concepções políticas experienciadas pelos antigos helênicos há mais de 20 séculos. Você pôde, assim, constatar que, tal como as formas de organizações políticas que marcaram o passado recente de vários países foram diversas, variando no decorrer do tempo – como foi o caso do Brasil –, as modalidades de organização política vivenciadas, seja pelos antigos gregos (monarquia, tirania, democracia), seja pelos romanos (monarquia, república, império), foram igualmente diversas.

No entanto, ainda hoje, quando falamos em política na Grécia Antiga, costumamos pensar, quase que de imediato, na democracia ateniense, não é mesmo? Contudo, vimos que ela não foi posta em prática de forma homogênea nos períodos nos quais ela esteve em exercício, e nem tampouco foi apreciada de forma unânime por aqueles que foram seus contemporâneos. Este, aliás, é o caso de nada mais nada menos do que de Platão e Aristóteles, tendo em vista que ambos, cada um à sua maneira, tanto criticaram práticas e premissas do regime democrático, como propuseram projetos nos quais defendiam outras formas de organização política.

Seja como for, as práticas políticas gregas continuam a ecoar na contemporaneidade, seja como uma espécie de “modelo original” – fonte de inspiração e/ou de crítica e até repulsa. O que se deve, em grande parte, ao fato de que os gregos foram pioneiros no exercício de empreender uma reflexão crítica acerca de suas próprias experiências políticas. Sendo assim, e de diversas formas, eles produziram memórias de si, cuja persistência da transmissão no decorrer da história ocidental teve como consequência tornar as suas vivências e reflexões uma referência incontornável.

Isso não significa, claro, que as experiências políticas gregas foram mais significativas do que aquelas vividas por quaisquer

outros grupos que viveram no passado; e nem tampouco que a conhecemos na íntegra, tal qual ela foi vivida, em toda a sua complexidade. Um bom exemplo disso é a falta de precisão com que ainda hoje os estudiosos se deparam ao se aproximarem de uma noção/forma de organização central da vida política grega: a noção de *pólis*. Outro bom exemplo relaciona-se às práticas políticas relacionadas à definição da cidadania. Às mulheres livres não era dado o direito de participar das esferas do poder governamental, deliberativas, judiciárias e, no entanto, elas também poderiam ser ditas “cidadãs”. O que isso nos diz sobre as fronteiras do que faz parte (ou não) da política é que ela não se restringe às esferas governamental-deliberativa-judiciária, não é mesmo?

Tudo isso deve nos convidar não só a pesquisar mais a fundo as temáticas aqui apresentadas, mas a pensar nas práticas e ideias políticas do presente, tendo o passado em perspectiva.

Avançando na prática

As mulheres e a democracia: participação e representatividade

Descrição da situação-problema

Você sabia que, no Brasil, as mulheres adquiriram o direito ao voto apenas no ano de 1932? Nesse sentido, poderíamos dizer que elas, a partir daí e diferentemente das cidadãs do mundo antigo, teriam assegurado uma participação mais efetiva e ampla na experiência democrática?

Ora, se é verdade que, uma vez adquirido o direito ao voto, as mulheres passaram a se fazer mais presentes no cenário político no Brasil e em todas as esferas (chegamos até mesmo a eleger uma presidente), no entanto – e sobretudo se considerarmos que elas são mais de 50% da população – elas continuam representando um percentual bastante baixo no que diz respeito à ocupação dos cargos políticos, nos diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Hoje, por exemplo, pouco mais de 10% dos deputados federais são mulheres. Como podemos pensar ou mesmo explicar tal situação?

Resolução da situação-problema

Se às mulheres livres, isto é, às cidadãs gregas era possível a participação na *pólis*, sobretudo por intermédio dos rituais religiosos comunitários, a elas era vetada a participação nos postos de governo e deliberativos. Hoje, no entanto, pelo menos no Brasil e em grande parte dos países, isso não é mais uma realidade. Com efeito, para além do direito ao voto, as mulheres dispõem dos mesmos direitos que os homens de serem candidatas aos mais diversos cargos e, no entanto, os percentuais de participação são ainda muito baixos, o que remete a diversos fatores abordados em pesquisas recentes, relacionados a fatores de ordem social mais ampla (classe, raça), mas, sobretudo, à situação de desigualdade decorrente do machismo que ainda marca a atualidade. Veja, nesse sentido, uma análise das eleições de 2016 disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/mulheres-e-politica-uma-analise-das-eleicoesde-2016/>> (acesso em: 14 jan. 2018) e uma pesquisa feita pelo Ibope, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2009/08/pesq_mulherepol.pdf> (acesso em: 14 jan. 2018).

Faça valer a pena

1. Os gregos não estão, no que diz respeito aos europeus, na mesma posição que os tupi-guaranis, na medida em que a experiência política grega foi transmitida, em uma longa duração histórica ocidental, por toda uma série de mediações [...], o que lhes confere o imenso privilégio de continuar a nos dizer algo. [...] não se trata, em caso algum, de valorizar a cultura grega, [...] mas de considerá-la como uma espécie de germe [...] que continua sendo fecundo para nós. (AZOULAY, 2014, p. 226, tradução minha)

A história do pensamento político no Ocidente, normalmente, costuma ser contada a partir da experiência grega, escolha que pode ser justificada da seguinte maneira:

- a) A sociedade grega antiga criou uma cultura que pode ser considerada como superior, se comparada a dos povos indígenas que viveram no Brasil antes da chegada dos europeus.
- b) Todos os modos de organização política experienciados pelos antigos helênicos foram extremamente bem-sucedidos.

- c) Os gregos antigos foram pioneiros em matéria de criação de uma reflexão acerca de suas modalidades de organização política. Legado este que os países europeus trataram de transmitir ao longo do tempo.
- d) A Grécia moderna é um modelo de democracia-bem, o que faz com que busquemos conhecer as suas origens.
- e) Hoje, desconhecemos quaisquer outras experiências de organizações políticas de outras sociedades antigas que não as vivenciadas pelos povos helênicos.

2.

As abordagens modernas da História grega oscilam entre duas atitudes que eu considero igualmente problemáticas. Uma delas é tomar a história ateniense, sua sociedade, economia e cultura como equivalentes à história grega, sua sociedade, economia e cultura. A abordagem centrada na *pólis* teve um papel fundamental quanto a isso. Atenas fornece um bom exemplo da ascensão, auge e declínio da *pólis* [...]. (VILALON, 2011 [s.p.])



Tendo lido com atenção o excerto acima, podemos afirmar:

- a) De acordo com o autor, as abordagens modernas da História grega não apresentam problema algum.
- b) Atenas fornece um bom exemplo da ascensão, auge e declínio da *pólis*, por isso a sua história pode ser tomada como representativa de toda história dos gregos antigos.
- c) O modelo da *pólis* é irrelevante quando estudamos a sociedade grega antiga.
- d) O autor considera um problema o fato de que a historiografia dedicada ao estudo da Grécia Antiga tenha se centrado na experiência ateniense, cuja história se encontra estreitamente vinculada ao estudo da *pólis*.
- e) O autor defende que o estudo da História dos gregos antigos não tem qualquer pertinência na atualidade.

3.



A afirmação de Aristóteles sobre a natureza funcional da cidadania (a participação nas assembleias) e a constatação resultante da leitura dos discursos que emanaram da realização de assembleias judiciárias ou deliberativas, em Atenas e na época clássica, fez com que se escrevesse que a pólis é um “clube de homens”. Ainda hoje, a inclusão das mulheres na pólis grega não constitui um problema para a maioria dos especialistas em política. (SEBILLOTE-CUCHET, 2015 [s.p.])

Tendo lido o excerto acima, podemos afirmar que a autora:

- a) Defende que a inclusão das mulheres, ao se tratar da política na Grécia Antiga, é irrelevante.
- b) Contesta a exclusão das mulheres no campo do estudo da política por parte daqueles e daquelas que se dedicam ao estudo da política na Grécia Antiga.
- c) Acha que um estudo pautado na perspectiva política de Aristóteles e na atuação nos campos legislativo e judiciário é ideal para investigar o estudo da participação das mulheres no campo da política.
- d) Acredita que a inclusão das mulheres na *pólis* grega trata-se de um problema que a maioria dos especialistas em política leva em conta.
- e) Considera que a *pólis* ateniense seria, de fato, um “clube de homens”.

Seção 1.2

A Modernidade em diálogo com a Antiguidade: reflexões sobre a política em Maquiavel

Diálogo aberto

Após conhecermos algumas das práticas e reflexões políticas que circularam no mundo antigo e que ainda hoje fazem eco em certas concepções e estruturas políticas que marcam a atualidade, o objetivo desta seção é levar você a examinar outras elaborações que marcaram o pensamento político do ocidente. Mas qual é a pertinência disso?

Hoje, no século XXI, ao lermos as notícias em torno das reformas propostas por governos, no Brasil e no mundo, é bastante comum encontrarmos evocações e comparações com as ideias de um autor cuja obra remonta ao século XVI: o filósofo florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527). Dentre as máximas citadas, está aquela de que ao governante “mais vale ser temido do que amado”.

Afinal, o que faz com que, ainda hoje, tais sentenças sejam repetidas, justificando que a leitura das obras de tal autor se imponha como incontornável? O desafio proposto nesta seção é, precisamente, que você compreenda em que medida as ideias de Maquiavel de fato dialogam, ou não, com as concepções e práticas políticas da atualidade. Vamos lá?

Não pode faltar

A cidade de Florença, em especial no período conhecido como “Renascença italiana” (XIV-XVI), foi espaço não apenas de intensa criação no campo das artes mas também de intensos conflitos políticos. Contexto de agitação este que teria impulsionado uma intensa produção de textos dedicados a reflexões filosóficas acerca da política e da moral. Segundo Hans Baron:



A significação decisiva da ‘crise política da Itália’ nos primórdios do século XV estará, assim, em ter dado origem a ‘um novo tipo de humanismo’: a um humanismo enraizado em ‘uma nova filosofia do engajamento político e da vida ativa’ e devotado à celebração das liberdades republicanas florentinas. (BARON, 1966, p. 459 apud SKINNER, 1996, p. 93)

Esse “novo tipo de humanismo”, que será definido por Baron como um “humanismo cívico”, teve como uma de suas preocupações centrais a temática da liberdade política e maneiras de assegurá-la. Liberdade que seria pensada tanto em termos de política interna quanto externa.

Temáticas que, no entanto, como Skinner (1996) faz questão de pontuar, não se tratam de absolutas novidades, pois é preciso lembrar que elas não apenas já se faziam já presentes em textos elaborados em meados do século XIII, como se baseavam em concepções mais antigas do conceito de liberdade política e, sobretudo, na liberdade da República romana.

Ademais, como vimos na seção anterior, você deve se lembrar que a realidade e, sobretudo, o descontentamento com a realidade política, já dera lugar a reflexões filosóficas desde a Antiguidade. Nesse sentido, como estudamos, a *República*, de Platão, e *A Política*, de Aristóteles, constituem bons exemplos.

Neste contexto específico de efervescência política e intelectual que deu lugar à produção de muitos escritos, um autor acabou por ganhar um lugar de destaque: Nicolau Maquiavel. Será ao conhecimento de alguns dos principais aspectos do seu pensamento e obras que dedicaremos esta seção.

Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, no ano de 1469, e morreu no ano de 1527, aos 58 anos. A partir do ano de 1494, passou a exercer o cargo de Secretário da República de Florença. A partir daí sua participação na vida política da cidade seria intensa e marcada por atuação em diversas missões internacionais, entre os anos de 1498 e 1512 – ano que marcaria o fim da República de Florença, com a retomada do poder pelos Médici, que contaram com o apoio das tropas espanholas.

Em decorrência desta mudança na ordem política, isto é, da retomada do poder pelos Médici no ano de 1512, Maquiavel é demitido do seu cargo e passa os oito anos seguintes (1512-1520) em exílio nos arredores de Florença. Anos estes que ele dedicaria à elaboração de uma obra que foi, em grande parte, produzida no decorrer da década de 1510 e que incluiria poemas, peças de teatro, escritos sobre política e história. Dentre esses, destacamos: *A mandrágora (La Mandragora)*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio (Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio)*, *História de Florença (Istorie Fiorentine)* e, por fim, aquela que se tornaria a sua obra mais conhecida: *O príncipe (Il principe)*.

Tal qual os seus contemporâneos, a presença de referências à Antiguidade Clássica, sobretudo a autores latinos, tais como Plauto (254 a.C. - 184 a.C.) e Tito Lívio (59 a.C. - 17 d.C.), é uma constante que marca o conjunto dos escritos do secretário florentino. Característica que confere uma densidade histórica ao conjunto de suas obras.



Pesquise mais

No ano de 1520, Maquiavel foi convidado pelos Médici a redigir a História de Florença. Obra que, para além de narrar os acontecimentos históricos de Florença, segundo Newton Bignotto, “soube trazer para o ofício do historiador a revolução que se operava nos terrenos da filosofia e da ética” (BIGNOTTO, 1996, p. 188).

Para que você possa saber mais sobre essa obra de Maquiavel, leia o seguinte artigo:

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel historiador. **Revista USP**, n. 29, p. 182-188, mar./maio 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i29p182-188>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Nesse sentido, talvez, a obra mais emblemática venha a ser, como seu próprio título sugere: *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Obra escrita entre os anos de 1513 e 1517 e composta por três livros, ao longo dos quais Maquiavel se propõe a comentar os conteúdos presentes nos dez primeiros volumes da *História de Roma* de Tito Lívio, valendo-se deste comentário como uma espécie de pano de fundo ideal para pensar acerca das

questões políticas florentinas da sua atualidade. Para alguns dos estudiosos do legado de Maquiavel, aliás, *Os discursos* é a obra na qual o pensamento político maquiaveliano aparece elaborado na sua melhor e mais bem-acabada forma.

Seja como for, Maquiavel se tornaria de fato célebre por ter escrito uma espécie de manual, cuja redação remete ao ano de 1513: "O príncipe, no qual se faz igualmente presente a importância da "história como mestra da vida" (*Historia magistra vita*)" e que enunciada, de forma exemplar, no sexto capítulo da referida obra:



[...] o homem prudente escolherá sempre o caminho trilhadado pelos grandes homens, selecionando os mais admiráveis, de modo que, mesmo sem atingir sua grandeza, se beneficiará de qualquer modo com alguns dos seus reflexos. (MAQUIAVEL apud LOPES, 2003, p. 74)

O príncipe

Conforme já indicamos anteriormente, *O príncipe* foi escrito no ano de 1513, mas publicado apenas alguns anos depois. Trata-se de uma obra composta por 26 capítulos, os quais, tomando de empréstimo a apresentação feita por Arnaldo Cortina, organizam-se da seguinte forma:



1. as diversas formas de principados e o modo através do qual podem ser adquiridos e mantidos – capítulos I a 11;
2. organização militar do estado – capítulos XII a XIV;
3. conduta do príncipe – capítulos XV a XIX;
4. assuntos de especial interesse para o príncipe – capítulos XX a XXIII;
5. situação italiana na época de Maquiavel – capítulos XXIV-XXV. (CORTINA, 1995, p. 96)

Essa obra, uma espécie de manual de aconselhamento para príncipes, teria sido escrita por Maquiavel no intuito de conquistar os favores da família Médici que acabara de voltar ao poder. Nesse sentido, ela seria dedicada a Lourenço de Médici, nos seguintes termos:

E conquanto julgue indigna esta obra da presença de Vossa Magnificência, não confio menos em que, por sua humanidade, deva ser aceita, considerado que não lhe posso fazer maior presente que lhe dar a faculdade de poder em tempo muito breve aprender tudo aquilo que, em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos, hei conhecido. (MAQUIAVEL, 1987, p. 3)



Contudo, como Skinner faz questão de observar, Maquiavel não alcançou o seu intuito central, ou melhor, o seu duplo objetivo: conseguir com que o seu manual fosse de fato lido pelos Médici e, com isso, possibilitar o seu retorno ao ofício público. Ainda assim, a obra marcaria época de forma duradoura, como nenhuma outra de seu gênero (SKINNER, 1996, p. 139). Fato que é comprovado por ter sido objeto de inúmeros e célebres leitores.



Exemplificando

Dentre os célebres leitores de *O príncipe*, de Maquiavel, encontramos, entre outros, nada mais nada menos do que o imperador francês Napoleão Bonaparte (1769-1821), o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e o filósofo, jornalista, crítico literário e militante político italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Rousseau, por exemplo, acredita que a obra se trata de uma crítica, de uma “sátira à tirania” feita por Maquiavel aos monarcas absolutos (CORTINA, 1995, p. 92; CORTINA, 2000, p. 193).

Devemos, pois, observar que *O príncipe* busca aconselhar ao príncipe a melhor forma de conquistar e manter seu poder, incitando à unificação italiana em um contexto marcado por conflitos e pela fragmentação política.

Figura 1.1 | Região da Itália no tempo de Maquiavel



Fonte: <<http://files.conscienciapolitica.webnode.pt/200002404-97de699d21/A%20pen%C3%ADnsula%20dividida.jpg>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Seja como for, esse livro deu lugar a muitas interpretações no decorrer dos anos. Leituras que, além de numerosas, são bastante controversas. Skinner, por exemplo, muito embora reconheça o lugar de destaque e mesmo os aspectos de originalidade que se fazem presentes na obra, defende que não há dúvida alguma de que o livro pertenceria a uma tradição de escritos de conselhos para governantes/príncipes já consolidada no pensamento político do Quatrocentos (SKINNER, 1996, p. 149-150). Cortina (1996), por sua vez, acredita que esse manual teria causado uma “subversão no gênero” (p. 98.), pois, para ele:



[...] texto maquiavélico pretende convencer seu destinatário de que lhe está apresentando a melhor maneira de conquistar e manter o poder político de um Estado. Ao contrário dos outros tipos de discurso que, partindo do objeto já construído, procuravam descrever as etapas para sua reprodução, o texto de Maquiavel atribui a si próprio a tarefa de idealizar um modelo de Estado pricipesco. Partindo do que existe ou existiu (os governos de sua época e os da Roma Antiga), propõe-se criar o ‘novo’. (CORTINA, 1996, p. 95)

Projeto que – guardadas as devidas diferenças – faz eco aquele empreendido por Platão, na *República*, o qual você pôde estudar na primeira seção desta unidade.

Seja como for, para outros, o pensamento ali apresentado seria nada mais nada menos do que revolucionário, e não apenas no que diz respeito ao gênero. Fabio Frosini (apud MUSSI, 2017, p. 2) sustenta que:

[...] podemos encontrar no pensamento maquiaveliano o nascimento de uma perspectiva revolucionária e democrática moderna, em particular na apresentação do Estado como única força capaz de destruir o particularismo jurídico e territorial, e unificar a cidade e campo sob um poder soberano.



Aspecto revolucionário que ajuda a explicar o fato de que *O príncipe* foi integrado no *Index librorum prohibitorum* – a lista de livros proibidos pela Igreja Católica –, mas que, com certeza, se vincula a outro: o lugar da Igreja, da religião no pensamento de Maquiavel.

Maquiavel, política e religião

O tema da religião é introduzido desde o primeiro livro *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (I, 11) e é, com certeza, um dos aspectos que causou mais incômodo nas ideias desenvolvidas por Maquiavel. Isso porque o autor enuncia abertamente uma crítica ao exercício do *poder temporal* pela Igreja – tendo em vista que, uma vez no seu exercício, ela se desvia da sua missão espiritual (AMES, 2006); e, com isso, o seu pensamento abre possibilidade de deslocar o lugar da religião no âmbito do exercício e da organização política. Dito de outro modo: Maquiavel propõe pensar a existência de um Estado fora de uma estrutura política que seja fundada no catolicismo (AMES, 2006).



O termo 'poder temporal', normalmente, aparece em oposição ao termo 'poder espiritual'. O adjetivo 'temporal' remonta ao latim *temporalis*, que remete ao tempo, referindo-se, portanto, a algo que tem uma durabilidade e que não é atemporal, eterno. Para saber mais, você pode consultar o dicionário no verbete disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/temporal>> (acesso em: 14 jan. 2018).

Isso, contudo, não quer dizer que ele exclui a importância do papel da igreja, mas apenas que ele a compreende como um instrumento do qual o príncipe deve fazer um uso sagaz, de modo a conduzir o povo à obediência civil, isto é, ela deve operar como instrumento de mobilização dos homens em prol do fortalecimento do estado. Sendo assim, o processo de passagem da religião como sentimento individual para religião como "coletivo", isto é, como instrumento necessário para uma ação política eficaz, será ilustrado por Maquiavel através de uma série de exemplos que ele busca na história dos antigos romanos (AMES, 2006).

Nesta perspectiva, e tendo em vista a célebre máxima extraída do Capítulo 17 de *O príncipe*, que assim aconselha: "é bem mais seguro ser temido que amado, caso venha faltar uma das duas [coisas]" (MAQUIAVEL, 2010, p. 102), podemos nos perguntar: afinal, qual seria, então, o papel da moral no pensamento político de Maquiavel? Ela estaria excluída e, portanto, seria justamente com relação a esse aspecto que Maquiavel se afastaria em definitivo dos demais autores que também desenvolveram um pensamento político na Itália renascentista?

Quanto a essa suspeita de um divórcio entre política e moralidade, supostamente presente e defendida no âmbito do pensamento político maquiaveliano, Skinner é claro e marca da seguinte forma a diferença existente entre o posicionamento de Maquiavel frente aos seus contemporâneos:

[...] O ponto de partida dos teóricos mais convencionais era que, para o príncipe alcançar tais metas [conquista e manutenção do seu poder à frente do Estado], deve estar certo de seguir os ditames da moralidade cristã, sob qualquer circunstância. Já o ponto do qual parte Maquiavel é que um príncipe 'que agir virtuosamente em todos os casos' logo descobrirá o quanto 'há de padecer, em meio a tantos que não são virtuosos' [...]. (SKINNER, 1996, p. 155)

Ou seja, Skinner busca nos esclarecer que para Maquiavel, a virtude moral (*virtù*) de um príncipe não se define em função de um bem ou de um mal absolutos e pautados tão somente nos valores da moral cristã. A *virtù* de um governante deve ser medida e pautada pela flexibilidade que ele possui em saber adequar a sua conduta tendo em vista a *fortuna*, isto é, as circunstâncias que a ele se apresentam em dado momento.



Vocabulário

O substantivo 'fortuna' remonta ao latim *fortuna*, que remete às circunstâncias, as quais podem ser positivas ou negativas e acontecem independentemente da nossa vontade. Noção bastante presente nos escritos dos autores latinos antigos e que, a grosso modo, é sinônimo da nossa atual noção de "sorte".

Você pode consultar o dicionário e aprender mais! Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fortuna/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

E é na perspectiva mencionada anteriormente que Maquiavel defende que o uso da força e da coerção pode ser, por vezes, necessário. O conflito se impõe, assim, como uma dimensão fundamental do pensamento político desse autor.



Refleta

Você já deve ter escutado ou até mesmo utilizado o adjetivo "maquiavélico" para se referir a uma pessoa ou a determinada atitude de alguém. Este adjetivo, como podemos constatar em qualquer

dicionário de língua portuguesa, é derivado do sobrenome de Nicolau Maquiavel, e se refere a alguém ou a algo que se caracteriza pela astúcia, pela má-fé ou pelo oportunismo. Você pode conferir, por exemplo, a seguinte definição no verbete disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/maquiavéllico>>. (acesso em: 14 jan. 2018). Tendo em vista as considerações feitas aqui acerca do lugar da religião e da *virtù* no pensamento de Maquiavel, você diria que tal associação é de fato justa?

Mulheres: o “outro” no pensamento político de Nicolau Maquiavel?

A cientista política Hannah Pitkin abre as reflexões de seu capítulo, intitulado Gênero e política no *pensamento de Maquiavel*, com as seguintes palavras:



Apesar de parecer exclusivamente masculino, o mundo das obras políticas de Maquiavel, onde os homens competem na arena da história, é, na verdade, dominado, ou pelo menos continuamente ameaçado nos bastidores, por figuras femininas de imenso poder, mal percebidas e espectrais. Em aspectos cruciais, a competição entre os homens acaba por ser sua luta comum contra esse poder. O feminino constitui ‘o outro’ de Maquiavel, em oposição à masculinidade e à autonomia em todos os sentidos: às condições de homem, de adulto, de humano, bem como à política. (PITKIN, 2013, p. 219)

Com efeito, a tese da autora é de que, ao se estudar o conjunto de obras de Maquiavel atentando para as questões de gênero, é possível constatar que, com frequência, a própria definição dos valores que, a seu ver, seriam próprios aos “homens” – e sobretudo aos homens que estarão à frente de um Estado –, se define pela negação e pelo afastamento destes com relação ao “feminino” e às suas relações com as mulheres.

Um bom exemplo disso para o qual a autora chama atenção é o fato notável de que a noção de *virtù* – fundamental não somente no âmbito dos escritos de Maquiavel mas também naquela de seus contemporâneos – o insulto que com maior frequência encontramos

nos escritos de Maquiavel como a sua negação é nada mais nada menos do que o adjetivo “afeminado” (PITKIN, 2013, p. 220).



Assimile

A *virtù* é uma noção fundamental no âmbito do pensamento político de Maquiavel e de seus contemporâneos. Tal noção remonta à Antiguidade Clássica e, mais precisamente, à sua concepção tal qual aparece na obra de Cícero (106 a.C. - 43 a.C.): trata-se, em linhas gerais, da “virtude única”, cujo alcance – para além das competências técnicas – a educação dos homens deve objetivar. Quanto à vinculação da *virtù* com a masculinidade, conforme Skinner nos informa, Cícero não deixaria dúvida:

Cícero chega mesmo a afirmar que ‘é da palavra homem (*vir*) que deriva a palavra virtude (*virtus*)’. Assim, insiste em que essa qualidade especial, a *virtus*, é o que mais procuramos adquirir, não somente ‘se queremos provar que temos virtude’, mas simplesmente ‘se queremos ser homens’ [...]. O objetivo fundamental de toda educação consiste assim em fazer desenvolver-se o *vir virtutis* – o homem verdadeiramente viril [...]. (SKINNER, 1996, p. 108)



No entanto, as representações das mulheres nas obras de Maquiavel – incluso as obras ficcionais, como *A Mandrágora* – merecem muita atenção e cuidado ao serem analisadas, pois se as mulheres desempenham este lugar de “outro” no pensamento maquiaveliano, isso não implica dizer que elas ocupam aí um lugar fixo e que se confunde sempre com características negativas e pouco masculinas, tais como: medo, dependência, passividade e falta de inteligência.

Como demonstram as análises feitas por Pitkin, encontramos nos escritos de Maquiavel pelo menos duas formas de representações femininas contrastantes: aquele encarnado pelas mulheres jovens e passivas – representadas como objetos de desejo e que possuem como único poder a sedução capaz de ameaçar, desviar os homens das atividades políticas –, como é o caso da personagem Lucrecia, de *A Mandrágora*; e aquele representado pelas mulheres maduras,

as esposas e matronas que, ao contrário das jovens mulheres, costumam ser representadas como vingativas e possuidoras de uma capacidade de agência que beira ao sobrenatural e que pode representar uma ameaça para os homens e o mundo da política – este, por sua vez, é o caso de Sóstrata, mãe da personagem Lucrecia, que acabamos de mencionar (PITKIN, 2013).

Sem medo de errar

Ao lermos os comentários sobre política em jornais impressos ou portais de notícias veiculados pela internet, não é nada incomum encontrarmos associações de atuações ou de concepções políticas ao nome do florentino Nicolau Maquiavel, ou de sua obra mais famosa: O *príncipe*. Você se recorda de já ter se deparado com alguma dessas referências?

Afinal, o que faz com que referências ao pensamento deste autor, que, portanto, viveu entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVI, ainda hoje, seja pertinente aos olhos contemporâneos, podendo ser associado aos cenários políticos do presente aos mais diversos?

Ora, se a monarquia absoluta e a figura do “príncipe” estão longe de corresponder à realidade política atual da maior parte dos países ocidentais – o Brasil incluso –, tendo em vista que grande parte deles é caracterizado como repúblicas democráticas presidencialistas ou parlamentaristas, no entanto o papel do Estado e seus limites de atuação são mais atuais do que nunca.

Igualmente atuais são as discussões sobre as estratégias e os limites éticos que líderes e/ou grupos que estão no poder podem ou não respeitar em prol da manutenção do seu poder e do “bem do estado”. Conforme estudamos nesta seção, ambos são temas que constituem objeto de debate no conjunto dos escritos compostos por Nicolau Maquiavel, não é mesmo?

Discussões sobre os limites de interferência da ética cristã, quer dizer, das crenças religiosas pessoais no posicionamento adotado por legisladores ao votarem a favor ou contra determinados projetos também são bastante presentes na atualidade, e são temas dos quais, em alguma medida, o pensador florentino já se ocupava.

E o que dizer das ideias atuais que ainda são bastante familiares de

que às mulheres cabem ocupar o espaço doméstico e aos homens os espaços públicos de poder? Ou ainda da opinião ainda hoje tão comum de que, se elas não ocupam tantos espaços ativos de poder assim, em contrapartida, [as mulheres jovens] contam com um dos mais perigosos poderes: o poder de sedução?

Essas e outras temáticas, tão comuns à contemporaneidade e que já eram problematizadas nas obras de Nicolau Maquiavel – ainda que relacionadas ao seu próprio contexto histórico –, por si só, justificam a pertinência do estudo de alguns aspectos do seu pensamento político.

Avançando na prática

Religião e política

Descrição da situação-problema

O texto da nossa atual Constituição (1988) assegura a plurirreligiosidade, ou seja, a aceitação de toda e qualquer crença (ou mesmo da ausência dela), sem qualquer discriminação ou privilégio de uma em detrimento de outra. Contudo, não somente símbolos religiosos cristãos (em detrimento de outras religiões não-cristãs) se fazem presentes em estabelecimentos públicos, como valores cristãos são evocados, nos discursos de alguns políticos que, no entanto, terão impacto na vida de inúmeras pessoas que não necessariamente compartilham das mesmas crenças.

Nicolau Maquiavel se posicionou de forma ousada, no século XVI, ao defender nos seus escritos que, se a religião tinha um papel importante como instrumento capaz de auxiliar na harmonia, assegurando a manutenção da autoridade do Estado, no entanto não cabia à Igreja (por intermédio das atuações de seus líderes religiosos) o exercício do papel de liderança do Estado. À Igreja cabiam, sim, as questões de ordem espiritual.

Contrastando as perspectivas presentes no pensamento de Maquiavel quanto ao lugar da religião e da Igreja na vida política, com o papel que ela tem desempenhado hoje, no cenário político atual do Brasil, o que você diria? Nota-se que há alguma interferência da Igreja, ou de determinados valores religiosos, na

resolução de algumas questões de interesse público? Você nota um pleno exercício do princípio de plurirreligiosidade na realidade dos espaços públicos brasileiros?

Resolução da situação-problema

A questão dos limites de interferência de valores religiosos no âmbito da política está longe de ter se esgotado como tema que merece um debate sério. Ainda hoje, símbolos religiosos cristãos, como os crucifixos, se fazem presentes em repartições públicas de todo o país e mesmo no Congresso Nacional, contrariando nada mais nada menos do que os princípios estabelecidos pelo texto de nossa Constituição. As evocações de valores religiosos que não representam os valores do conjunto da população são com frequência evocados em discursos feitos por políticos, pautando os seus posicionamentos na votação de matérias importantes para a população em geral. Atitude que fere frontalmente os princípios constitucionais.

A utilidade eleitoral de certos valores é com frequência instrumentalizada por políticos para angariar votos e/ou apoio da população, e não precisamente com vistas a assegurar a harmonia e o benefício coletivo. Nesse sentido, vale pensar em possibilidades ou impossibilidades de diálogos com relação às ideias expostas por Maquiavel, que tenham o potencial de nos ajudar a refletir acerca da relação entre política e religião.

Faça valer a pena

1. É comum ser atribuída a Maquiavel a seguinte sentença: “os fins justificam os meios”, supondo, por vezes, que a moral, a ética, teria sido totalmente desprezada pelo autor florentino.

Ao estudar a maneira com que a questão da moral foi tratada no pensamento de Maquiavel, Skinner, no entanto, afirma que:



[...] a linha mestra do conselho de Maquiavel não implica que ele abandone com tanta facilidade as normas morais legadas pela tradição. Ele inicia sua análise das virtudes principescas confessando que ‘todos convirão que seria muito louvável’ que um príncipe realmente possuísse e

utilizasse todas aquelas qualidades que se costuma 'aver por boas' [...]. E mais adiante repete que o príncipe não deve apenas 'parecer compassivo, leal à palavra dada, desprovido de malícia e devoto', mas "deve ser todas essas coisas", sempre que as circunstâncias o permitirem [...]. Assim, o resumo mais preciso do conselho maquiaveliano, tal como o próprio autor indica pelo fim do capítulo 18 [de O príncipe], é que o príncipe 'não deve desviar-se do que é bom, se assim for possível, porém deve saber como praticar o mal, se isso se fizer necessário [...]'. (1996, p. 156-157)

Comentando o lugar das normas morais legadas pela tradição em *O Príncipe*, de Maquiavel, a leitura da passagem acima citada dá a entender que, de acordo com Skinner:

- a) Maquiavel despreza todo e qualquer valor moral legado pela tradição.
- b) Maquiavel recomenda que a um príncipe cabe sempre ser compassivo e leal à palavra dada, seguindo sempre as qualidades morais recomendadas pela moral cristã.
- c) Maquiavel defende que a um príncipe convém praticar o que a tradição entende por bem, mas se as circunstâncias o pedirem, a ele convém igualmente praticar o mal.
- d) Maquiavel, em hipótese alguma, acredita que o uso da força e da violência pode ser feito por um governante.
- e) Maquiavel não dialoga, em nenhuma medida, com os valores e a moral cristã da sua época.

2. No artigo *Religião e política no pensamento de Maquiavel*, José Luiz Ames afirma:

Com efeito, a fundação e estabilidade de um Estado dependem da *virtù*, não apenas do príncipe, mas também do povo. Assim, a dupla função da religião, de coerção e de persuasão, coincide, respectivamente, com a *virtù* do príncipe e a do povo. A religião, compreendida como *instrumentum regni*, requer do príncipe a capacidade de servir-se de modo sagaz da fé do povo para levá-lo à obediência da lei civil. Quer dizer, somente um príncipe virtuoso é capaz de levar o povo a temer a desobediência às ordens do Estado como se fosse uma ofensa a Deus. (AMES, 2006, p. 53-54)

Levando em conta a passagem citada acima, podemos considerar que:

- a) O autor nos deixa claro que a religião não teria nenhuma importância no âmbito do pensamento político de Maquiavel.
- b) A religião tem um papel importante do qual o príncipe, na perspectiva de Maquiavel, deve saber se servir com sabedoria, de modo a garantir a adesão do povo e, assim, assegurar a manutenção do seu poder à frente do Estado.
- c) A *virtù*, de acordo com Maquiavel, deve ser cultivada apenas pelo príncipe, que serve como exemplo moral para o povo que ele governa.
- d) A desobediência às ordens do Estados é, segundo Maquiavel, uma forma de desobediência a Deus e não interfere no bom funcionamento da ordem civil.
- e) Maquiavel defende a interferência direta da Igreja nos assuntos ligados ao Estado.

3. A cientista política Hannah Pitkin é enfática ao afirmar:



[...] o poder da feminilidade é um tema complexo para Maquiavel, centralmente entrelaçado com preocupações políticas. As mulheres jovens são perigosas como objetos desejáveis, ameaçando debilitar os homens e os privatizar. As mulheres mais velhas, uxoriais e matronais, têm personalidade e capacidade de agência, mas os seus propósitos provavelmente serão malévolos, principalmente quando estiverem com raiva, o que acontece com frequência. Seus poderes, portanto, aproximam-se do sobre-humano e fazem encolher os dos homens. (2013, p. 250)

Segundo o trecho citado, na perspectiva da autora, seria correto afirmar que:

- a) O tema da feminilidade não tem qualquer importância na obra de Maquiavel.
- b) O tema da feminilidade, embora presente na obra de Nicolau Maquiavel, não apresenta nenhuma relação com questões políticas.
- c) As mulheres mais velhas, assim como as jovens, em seus poderes e espaços de atuação, são representadas exatamente da mesma maneira nos escritos de Maquiavel.
- d) O tema da feminilidade, em associação com questões políticas, assim como diferentes formas de representação das mulheres, não só se fazem presentes no conjunto dos escritos do Maquiavel, como são dotados de uma complexidade que merece análise.

e) O tema da feminilidade, embora presente no conjunto da obra de Maquiavel, é apresentado de forma simples, e por isso não requer análise da parte daqueles que se interessam pelo pensamento político do autor.

Seção 1.3

(Re)pensando tradições: reflexões sobre a política em Hobbes

Diálogo aberto

Nas seções anteriores, tivemos a oportunidade de apresentar um panorama de algumas ideias políticas com as quais, em diferentes medidas, dialogamos no presente. Apresentamos, em um primeiro momento, concepções que marcaram a Antiguidade, para, em seguida – por intermédio do estudo do pensamento político de Maquiavel –, acompanhar o alvorecer de um pensamento político moderno.

Através desse estudo, podemos ver que não somente várias foram as experiências de organização política que marcaram a história do ocidente, como muitas foram as reflexões derivadas a partir dessas experiências. Dito de outro modo, muitas foram as elaborações teóricas que serviram de base para refutar modalidades de organização políticas vigentes, assim como outras tantas foram aquelas concebidas para propor novas práticas organizativas. Muitas contribuíram para a elaboração de nossa atual noção de política e suas modalidades de exercício, fazendo-se ainda hoje presentes.

Você muito provavelmente já deve ter se deparado com a máxima “o homem é lobo do homem”. Isso prova, em alguma medida, a atualidade duradoura do pensamento de Thomas Hobbes, elaborado no século XVII.

Mas você saberia explicar o porquê de tal permanência? Isso, em alguma medida, se relacionaria com a defesa de uma determinada forma de organização política que ainda hoje se faz presente? Se, de acordo com Hobbes, o “homem é lobo do homem”, quer dizer, o homem é o maior inimigo de si mesmo, qual seria a melhor forma de organização política capaz de controlar ou solucionar tal ameaça?

Não pode faltar

Embora a máxima “o homem é o lobo do homem” seja bastante familiar para boa parte das pessoas que hoje vive em pleno século XXI, talvez poucas dentre elas saibam que tal frase se trata de um pequeno trecho extraído do Capítulo XIII de uma obra publicada no ano de 1651, ou seja, no século XVII: *Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil* (em inglês, *Leviathan, or The Matter, Forme, & Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civill*), de autoria do inglês Thomas Hobbes (1588-1679).

Hobbes, cujas ideias marcaram a história do pensamento político ocidental de forma incontestável, além do *Leviatã*, compôs outros escritos. Essas obras que, se hoje são menos populares, no entanto, já trazem muitas das ideias que se fariam presentes de maneira mais ou menos contundente em o *Leviatã*, assim como outras as quais Hobbes renunciaria em função das experiências que marcaram a sua existência e seu contexto.

Dentre essas obras, podemos citar *Elementos de lei material e política* (1640) – considerada como seu primeiro esforço sistemático de teorização política – e *Do cidadão* (obra publicada com o título em latim *De Cive*, 1642), que é uma espécie de revisão de *Elementos* (SILVA, 2013). Ou seja, como podemos constatar, aquela que se tornaria a sua obra mais célebre – *Leviatã* – é precedida por outros trabalhos, parte deles reescritos durante o autoexílio de Hobbes (1640-1651).

Isto posto, é preciso considerar o contexto histórico inglês vivenciado por Hobbes e do qual o seu pensamento é tributário. Tempo marcado pela Guerra Civil Inglesa, que se estendeu de 1642 a 1649, e que opôs os partidários do rei Carlos I (1600-1649) àqueles do Parlamento, liderados por Oliver Cromwell (1599-1658). Episódio cujo desfecho foi a condenação à morte do rei Carlos I e a redução do poder do rei que, se antes era absoluto, a partir daquele momento teria que conceder espaço à atuação do Primeiro-Ministro, que passava a intervir como chefe do governo.

Esses eventos, como observa Skinner, têm um grande impacto nos rumos da vida e do pensamento de Hobbes, pois:



[...] Hobbes, influenciado pelo clima político e ideológico que o levou à decisão de exilar-se, procede à revisão dos Elementos da lei de modo a apresentar sua 'defesa da soberania absoluta em um estilo mais conciliador e menos inflamado'. (SKINNER, 2010, p. 116 apud SILVA, 2013, p. 180)

Seguindo, então, a leitura proposta por Skinner, podemos dizer que, em Hobbes, encontramos a "defesa da soberania absoluta em um estilo mais conciliador e menos inflamado", a partir do seu *Do Cidadão* – livro no qual aparecem novas perspectivas que, mais tarde, serão retomadas em *Leviatã*. Ainda que, sem dúvida, neste último livro, Hobbes continue a expressar um pensamento político pró-absolutista, ele será pautado na proposição de um pacto, de um contrato social, no qual os homens se submetem *livremente* ao poder absoluto do Estado, movidos, sobretudo, pelo medo que têm uns dos outros e para garantir a sua liberdade individual.



Assimile

Thomas Hobbes apresenta a ideia de "contrato" – firmado entre indivíduos e um Estado soberano – como forma de viabilizar a existência de um corpo político e civil ordenado. Mas ele não é o único autor que trabalha com esta ideia de "contrato social", quer dizer, ele não é o único teórico "contratualista". São ditos "contratualistas" outros autores, tais como o inglês John Locke (1632-1704) e o francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Sendo contratualismo:



[...] a doutrina que abarca as teorias políticas que situam a origem da sociedade e a fundamentação do poder político [...] em um pacto social, também chamado contrato, dando o termo contratualismo. Este pacto nada mais é do que um acordo entre os indivíduos que se encontram em uma mesma localidade geográfica e que mais tarde farão parte do mesmo corpo político. A partir daqui, cada autor discorre de maneira diversa sobre como se dá esse acordo. (VILALON, 2011, p. 49)

Mas antes de passar a um comentário mais detido da obra mais célebre de Hobbes, e seguindo ainda a leitura de Skinner, apresentaremos duas importantes inovações que encontramos pela primeira vez em *Do Cidadão*, e que serão retomadas em *Leviatã*. A primeira deriva da nova pressuposição de Hobbes de que “a única coisa verdadeira no mundo é o movimento” (SKINNER, 2010, p. 111 apud SILVA, 2013, p. 180). Sendo assim, “A liberdade passa então a ser definida como a ausência de todo e qualquer impedimento ao movimento dos corpos” (SILVA, 2013, p. 180).

Ideia que deve ser lida, tendo em vista a importância da filosofia natural na elaboração da filosofia política e moral proposta por Hobbes.



Pesquise mais

Com efeito, conforme observa Hélio Silva, ao lermos o conjunto da obra hobbesiana, é preciso ter em perspectiva a relação entre filosofia natural e filosofia política que nela se encontra posta em jogo, já que:

[...] apenas ao entender a realidade como uma espécie de cosmologia constituída de corpos em movimento é que Hobbes passa da explicação da filosofia da natureza à explicação da natureza humana, sem que seja necessário mudar a chave conceitual básica dessa explicação que é mecânica. (SILVA, 2009, p. 20)



Para saber mais, você pode ler: SILVA, Hélio Alexandre da. **As paixões humanas em Thomas Hobbes: entre a ciência e a moral**, o medo e a esperança. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 35-45. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/72gwc/pdf/silva-9788579830242.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

A segunda inovação é a introdução da ideia de “liberdade civil”, que implica algo bastante importante, pois admite a possibilidade de que os indivíduos preservem alguma forma de liberdade mesmo depois de estabelecido o pacto que os retira do “estado de natureza”. O que significa uma contestação da tese de que a liberdade “é o estado de quem não é súdito [defendida pelos republicanos, cuja

ideia de liberdade é combatida por Hobbes]” (SKINNER, 2010, p. 117 apud SILVA, 2013, p. 180).

Com efeito, pautado na ideia de que a liberdade seria caracterizada pela ausência de impedimento externo ao movimento, Hobbes passa a afirmar que todos os *servidores* e *súditos* que não estão acorrentados nem encarcerados são livres (SKINNER, 2010, p. 117 apud SILVA, 2013, p. 181). Além disso, vale ressaltar que Hobbes acredita que, sob qualquer regime de governo, sempre haverá “um número quase infinito de ações que não são nem prescritas nem proibidas” (SILVA, 2013, p. 181).

É, pois, importante ressaltar que a posição abertamente pró-absolutista de Hobbes não excluiu do pensamento hobbesiano nem um diálogo com a ideia de “liberdade”, nem tampouco a suposição de outras formas de regime como capazes de garantir a ordem civil. Com efeito, conforme observa o filósofo Renato Janine Ribeiro, convém levarmos em conta que:



[...] Hobbes também aceita a aristocracia e mesmo a democracia, mas tem de ser um poder consistente, soberano, todo ele investido nas mãos de um só, de um grupo só, ou ainda do conjunto de todos [...]. (RIBEIRO, 2017, p. 25)



Exemplificando

Podemos ler, no Capítulo XVII, de *Leviatã*, de Hobbes, a seguinte passagem que ilustra este consentimento por parte do indivíduo, independentemente da forma de governo adotada:



Autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de uma maneira semelhante todas as suas ações. (HOBBES, 2003, p. 147)

Passemos, então, a considerar mais de perto as ideias apresentadas em *Leviatã* e algumas das suas possibilidades de leitura.

***Leviatã* (1651)**

Conforme assinalamos anteriormente, Thomas Hobbes trata-se de um autor que dialogou com a complexa realidade política por ele experienciada. Isso implicou um posicionamento, não só com relação aos principais agentes de atuação política (rei, Parlamento e Igreja) mas também com relação às ideias políticas mais difundidas em seu tempo – muitas delas com raízes que remontam à Antiguidade.

Trataremos agora de alguns dos aspectos mais marcantes e controversos das suas ideias, tais como elas aparecem naquela dentre as suas obras que se tornaria a mais célebre: *Leviatã*, cujo título resgata a imagem de um mostro marinho bíblico.



Assimile

O *Leviatã* é uma figura monstruosa, que aparece em algumas passagens das escrituras sagradas e que é evocada por Thomas Hobbes como uma:

Espécie de dragão ou de serpente [...] reinando sobre os filhos do orgulho (os homens), [que] designaria o poder soberano do Estado; poder pacificador que, graças à reverência incutida por seu poder e autoridade, evitava o conflito que levava à guerra civil. (LYNCH, 2010, p. 55)



Figura 1.2 | Ilustração de Abraham Bosse para o livro de Thomas Hobbes



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes#/media/File:Leviathan_by_Thomas_Hobbes.jpg>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Obra composta por 47 capítulos, os quais se encontram distribuídos ao longo de quatro grandes partes: “Do Homem”, “Do Estado”, “Do Estado Cristão” e “Do Reino das Trevas” (HOBBS, 2003 [1651]). Hobbes parte, assim, de uma reflexão sobre os homens (1ª parte), para em seguida apresentar aquela que seria a forma de Estado – “O Estado Leviatã” – por ele defendida (2ª parte). Ao que se segue, por fim, uma crítica ao Estado Cristão (3ª e 4ª partes).

É, portanto, na primeira parte do livro – especialmente, no Capítulo XIII (“Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria”) – que Hobbes trata daquele que, ao seu ver, seria o “Estado de natureza” que antecede e/ou justifica

a necessidade da mediação de um Estado soberano e dotado de grande aparato repressor.

É a tese de um estado de natureza caracterizado pela "guerra de todos contra todos" da qual deriva e que legitima a necessidade do estabelecimento de um pacto social, ao qual os homens consentiriam guiados pelo desejo de garantir a continuidade do seu movimento vital, ou seja, mobilizados pela esperança de evitar a morte ou, dito de outro modo, pelo medo da morte (SILVA, 2009).

Tese essa que, embora em si não se tratasse de uma ideia totalmente nova – nesse sentido, vale lembrar que as proposições hobbesianas ecoam o provérbio latino *Homo homini lupus* (o homem é o lobo do homem), que se fazia presente em uma das obras de Plauto (254-184 a.C.) –, confrontava, e de forma radical, um pressuposto do pensamento político já clássico na época de Hobbes: a ideia da sociabilidade como algo natural aos seres humanos, ou seja, um princípio que, como vimos, remonta à tese aristotélica dos seres humanos como animais essencialmente políticos (FRATESCHI, 2008; RIBEIRO, 2003).

Mas como muito autores posteriores não deixaram de alegar, a consequência mais grave contida no pensamento hobbesiano e na sua concepção de "estado de natureza" encontra-se na sua proposta na defesa de um vínculo utilitarista de indivíduos individualistas com relação a um Estado opressor e garantidor de direitos individuais como a resposta política ideal, senão para solucionar, ao menos para gerenciar a tensão e o "mal-estar" da vida em sociedade. Ou melhor, a (im)pertinência do pensamento hobbesiano encontra-se não em si mesmo, mas na sua continuidade ideológica manifesta na relação prática, utilitarista, que parte dos indivíduos individualistas das sociedades capitalistas que ainda hoje se estabeleceriam com o Estado.

Nesse sentido, podemos citar, entre outras, a leitura que a filósofa Hannah Arendt (1906-1975) faz do *Leviatã* de Hobbes. Em seu livro *As origens do totalitarismo* (1951), a autora faz uma crítica veemente à ideia de "estado de natureza" tal como apresentada por Hobbes – e do qual ele tira como consequência a defesa do Estado soberano e absoluto:



[...] não é a análise do ser humano enquanto tal, mas do homem em uma configuração política específica. Embora Hobbes apresente seu argumento como se partisse de um conceito natural de homem para o desenho de um corpo político adequado, o trajeto seria exatamente o oposto. Sua descrição não corresponde à essência do que significa ser humano de modo geral e em todas as circunstâncias, sendo antes o modelo adequado para uma nova ordem política. (SANTOS, 2017, p. 210)

Arendt, por sua vez, vincula ao imperialismo e às origens do estado totalitário, alertando para o fato de que este suposto “estado de natureza”:



O que ele realmente produziu foi uma imagem do homem tal como ele deveria se tornar e se comportar caso quisesse se encaixar na vindoura sociedade burguesa. (ARENDR, 1994, p. 143 apud SANTOS, 2017, p. 210)



Refleta

Se a premissa do Estado moderno como medidor é válida, assim como é a ideia de um contrato social, no entanto, tal relação mereceria ser (re)elaborada em outros termos: comunitários e não utilitaristas, em prol de um Estado garantidor de políticas públicas que contemplem a possibilidade de mobilidade de todas as pessoas.

O Brasil é um dos países que mais encarcera no mundo e, no entanto, os nossos índices de violência urbana não param de crescer, o que aponta para a necessidade de se (re)pensar a pertinência de tal modelo, de tal pacto social.

Para ajudar a (re)pensar esses elementos, você pode ler o artigo disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0411200019.htm>> (acesso em: 14 jan. 2018).

No entanto, é preciso alertar para o fato de que as leituras e críticas feitas ao pensamento de Hobbes, no sentido de considerar o seu “estado de natureza” como uma aberta expressão de defesa

dos nascentes valores burgueses, não se tratam de um consenso. Vamos, então, considerar essa questão com mais cuidado.

Sobre o “estado de natureza” em Hobbes

Eduardo Rinesi abre o seu artigo *Hobbes e o antagonismo como real da política* alegando que o estado de natureza hobbesiano não poderia ser pensado nem como um ponto distante do passado anterior à sociedade civil, nem tampouco como uma simples hipótese lógica da qual Hobbes se valeria para justificar aquela que lhe parece ser a solução política mais interessante (RINESI, 2000).

Nesse sentido, o autor nos convida, em primeiro lugar, a examinar aquelas que seriam as causas apresentadas por Hobbes para a luta incessante entre os homens em tal estado de natureza. Para tanto, ele cita o próprio Hobbes, para quem a primeira causa de conflito seria a competição pelo lucro; a segunda, a desconfiança; e a terceira, a glória. Em seguida, Rinesi apresenta um balanço crítico das diversas leituras que foram feitas delas, mostrando que, para alguns, ao apontar a competição pelo lucro como uma das causas do conflito no “estado de natureza”, Hobbes estaria claramente fazendo uma crítica aos nascentes valores burgueses, para outros, seriam os valores aristocráticos que estariam na mira do autor, na medida em que ele menciona a glória – valor aristocrático – como uma das causas do eterno conflito entre homens.

Rinesi chama ainda atenção para uma terceira leitura defendida por Renato Janine Ribeiro, para quem não seria nem a aristocracia e nem a burguesia a quem Hobbes dirigiria de fato a sua crítica, mas ao clero e ao poder da Igreja, que ele vê como a grande ameaça ao poder absoluto do Estado. Ribeiro defende uma leitura que entende a “guerra de todos contra todos” evocada por Hobbes como uma clara referência à guerra civil inglesa, que Hobbes veria como uma consequência da hegemonia de um grupo: o clero. Em defesa dessa perspectiva, ele nos chama igualmente a atenção para o fato de que:



Em vez do direito divino e da origem direta em Deus do poder estatal, Hobbes apela ao interesse em viver a salvo do medo da morte violenta, e à fundação do poder no contrato. Em vez de um condomínio entre a espada e o báculo, nosso autor subordina o clero ao soberano, que porta mais traços leigos do que religiosos: ele anexa a religião e o clero, mas sob a primazia de um Estado que se irá laicizando ao longo dos tempos. (RIBEIRO, 2017, p. 27)

Seja como for, e a despeito de considerar a pertinência desse conjunto de interpretações, para Rinesi (2000), a grande contribuição do pensamento hobbesiano – expressa, em especial, na sua ideia de um estado de natureza caracterizado pela guerra de todos contra todos – estaria na introdução, no campo do pensamento político, da lógica do antagonismo e do conflito como o “real da política”. E seria sobretudo dessa contribuição que decorreria a sua insistente e duradoura atualidade (RINESI, 2000).



Refleta

Eduardo Rinesi considera que Hobbes, mais do que qualquer outro autor que o precedeu:



[...] sabe, [...], que o mundo está, sempre e constitutivamente, fora dos eixos, *out of joint*, e que sabe também da necessidade de provê-lo de algum tipo de ordem para que a convivência entre os homens seja possível, para que a vida em comum das pessoas possa começar. Sendo tal ordem, que é necessário construir, precisamente isso, uma construção, um constructo, um artifício, sua viabilidade não pode depender, senão, da existência de um poder político estatal que a garanta e a sustente. Do que deriva a centralidade do problema da obediência no pensamento hobbesiano. (RINESI, 2000, p. 69)

De tal “saber” acerca do irremediável estado de “fora dos eixos” da realidade Hobbes deriva a necessidade de uma obediência a um estado soberano e coercitivo. No entanto, muitos pensadores têm chamado a atenção para o fracasso histórico de modelos autoritários,

tais como as ditaduras e os totalitarismos, conclamando para que possamos construir um modelo de Estado e de comunidade política que se oponha às relações utilitaristas e individualistas propagandeadas pelo capitalismo. E você, como tem pensado e se posicionado frente aos conflitos constitutivos da política?

Os homens e as mulheres no estado de natureza hobbesiano

No estado de natureza concebido por Hobbes, as mulheres são consideradas iguais em capacidades físicas e morais aos homens. Porém, com a maternidade, momento em que elas passariam a ser responsáveis pela segurança de um outro ser, indefeso, Hobbes considera que elas perdem em força, legitimando que um homem as domine. Ou seja, com o objetivo de garantirem a própria sobrevivência, as mulheres e as crianças em estado de natureza aceitam se submeter à autoridade do homem.

Sendo assim, no momento em que todos os indivíduos se submetem ao contrato social, e uma vez que em Estado de natureza as mulheres já haviam transferido a sua autonomia para as mãos de um homem, elas se encontrariam previamente excluídas dele (MIGUEL, 2012).

Sem medo de errar

Os ecos, na atualidade, de algumas das ideias que marcam o pensamento de Thomas Hobbes, muito embora ele tenha elaborado no século XVII, são inegáveis.

Vimos que um dos pilares do pensamento político hobbesiano assenta-se na ideia de um estado de natureza. Estado este no qual os homens, vivendo em igualdade no que concerne aos seus desejos individuais de dar vazão aos seus respectivos movimentos vitais – cuja realização plena resultaria no alcance da felicidade –, necessitariam de um Estado soberano e suficientemente forte e garantidor desses benefícios individuais.

Assim, seria em prol de um benefício próprio que cada um de nós submeteríamos livremente ao poder repressor desse Estado, o que resulta no estabelecimento de um contrato – indivíduos-Estado – pautado em uma relação utilitarista.

Tal relação utilitarista, que espera do Estado uma atuação forte no que concerne à garantia de segurança pública e da defesa dos valores morais de uma maioria, no entanto, tem há muito dado sinais contundentes de fracasso. A realidade tem mostrado que, se o Estado não é antes capaz de garantir o mínimo de dignidade para todas as pessoas, em termos de alimentação, moradia, saúde e educação, de quase nada serve o seu aparato repressor.

Avançando na prática

Hobbes e a questão da igualdade entre (quase) todos

Descrição da situação-problema

Conforme estudamos, no estado de natureza hobbesiano, mulheres e homens encontram-se, inicialmente, em pé de igualdade, condição que muda após a maternidade, uma vez que as mulheres passariam a ser responsáveis pela segurança de outro ser.

Após a maternidade, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e a de suas crianças, as mulheres aceitam se submeter à autoridade do homem, que será o seu representante no estabelecimento do contrato entre homens e Estado.

Isso nos convida não apenas a pensar acerca dos limites contidos na ideia de "igualdade" pressuposta em Hobbes, mas sobre a continuidade das limitações de tal ideia no presente, apesar de que a igualdade entre homens e mulheres, em deveres e direitos, ser prevista em nossa atual Constituição.

As desigualdades entre homens e mulheres é pauta bastante discutida na atualidade. Neste sentido, destaca-se, em nível mundial, a persistente desigualdade salarial entre homens e mulheres. Pesquisa recentemente feita pela Catho, apontou para o fato de que as mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos.

Você pode ler uma matéria sobre essa pesquisa aqui no link a seguir, disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>> (acesso em: 14 jan. 2018).

Outra pesquisa aponta para a desigualdade de impactos que a maternidade tem na vida profissional de homens e mulheres,

disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40940621>> (acesso em: 14 jan. 2018).

Você já parou para pensar nos aspectos da nossa realidade atual que apontam para as insistentes desigualdades entre os gêneros? Como você poderia relacionar essas desigualdades com a sua naturalização em Hobbes, a partir da maternidade?

Resolução da situação-problema

Embora o pensamento hobbesiano, que pressupõe igualdade física e moral entre homens e mulheres em estado de natureza, possa nos parecer avançado, ele pode nos soar ultrapassado a partir do momento que defende que, a partir da maternidade, as mulheres perdem em força e, por isso, aceitam se submeter à tutela masculina.

No entanto, certos aspectos da nossa realidade cotidiana – desigualdade salarial entre homens e mulheres, dificuldade de avanço na carreira em decorrência da maternidade etc. – apontam para a assustadora atualidade de algumas das suas ideias e, portanto, para a urgente necessidade de avançarmos na garantia de uma real igualdade entre homens e mulheres enquanto indivíduos, para que que possam de fato atuar socialmente e como agentes autônomos.

Faça valer a pena

1. O pesquisador Eduardo Rinesi, no seu artigo *Hobbes e o antagonismo como o real da política*, afirma:

O estado de natureza hobbesiano, efetivamente, não pode ser pensado como um ponto distante no passado, como uma condição cronologicamente anterior à sociedade civil, porque seu caráter é, antes [...] o de uma contínua lembrança da fragilidade das ordens políticas e do risco permanente de uma recaída, um retrocesso, uma volta àquela situação da qual o contrato (outra grande figura da construção teórica hobbesiana) pretendia manter os homens distantes. Mas também, não é uma hipótese *meramente* lógica, vinda de nenhuma parte e concebida apenas como um passo necessário em uma demonstração puramente racional. (RINESI, 2000, p. 51-52)



Segundo Rinesi, pode-se afirmar que o “estado de natureza” hobbesiano:

- a) Trata-se de uma hipótese lógica e concebida apenas para fundamentar a sua defesa do Estado absolutista.
- b) Trata-se da referência a um período da história da humanidade que teria realmente existido.
- c) Não pode ser lido nem somente como uma hipótese meramente lógica, nem tampouco como uma condição anterior à sociedade civil, visto que se trata de uma ameaça omnipresente como uma espécie de risco que assombra toda sociedade politicamente organizada.
- d) Trata-se de uma hipótese sem nenhum fundamento lógico e histórico.
- e) Trata-se de uma hipótese completamente comum ao pensamento político contemporâneo a Hobbes.

2. Em seu livro *As paixões humanas em Thomas Hobbes: entre a ciência e a moral, o medo e a esperança*, Hélio Silva afirma que, em Hobbes:



A moral tomada como filosofia moral ou ciência moral que oferece as medidas, os padrões e a universalidade necessária para a vida em sociedade só existe dentro do Estado soberano, de tal modo que oferecer essa medida é uma das tarefas cardeais do corpo político. (SILVA, 2009, p. 27)

Assim, o papel do Estado seria “dotar os homens de lentes prospectivas (a saber, *ciência moral* e civil) que permitem ver de longe as misérias que os ameaçam [...]” (HOBBS, 2003, p. 158, apud SILVA, 2009, p. 27, grifo do autor).

E que, segundo Hobbes, “(...) sem [o Estado civil soberano] não podem ser evitadas” (HOBBS, 2003, p. 158 apud SILVA, 2009, p. 27).

Com base nos textos acima, podemos afirmar que, de acordo com Hélio Silva, em Hobbes:

- a) Não encontramos qualquer relação entre ciência e filosofia.
- b) Podemos encontrar uma íntima relação entre ciência, quer dizer, entre filosofia natural e filosofia moral e política, uma vez que a primeira oferece os padrões que pautarão o bom funcionamento da conduta dos indivíduos submetidos ao Estado soberano.
- c) A natureza funciona como parâmetro de conduta natural e eficaz mesmo na ausência do Estado.
- d) O Estado civil soberano é dotado de uma razão absoluta que em nada tem a ver com a ciência moral.

e) o papel do Estado se reduz à garantia de segurança física daqueles que a ele se encontram submetidos.

3. O filósofo Renato Janine Ribeiro nos chama atenção para o fato de que:

Da igualdade [prevista no estado de natureza tal qual entendido por Hobbes] decorre uma concorrência, que na falta de um poder estatal se converte em guerra. [...] Hobbes está ciente da dimensão chocante dessa tese radicalmente antiaristotélica. Estamos acostumados a acreditar em nossa natureza sociável. É justamente por termos esta ilusão, aliás, que nos tornamos incapazes de gerar um mínimo de sociedade: Hobbes lida com esse paradoxo [...]. Não se constrói a sociedade com base numa sociabilidade que não existe. Para ela ser erigida, é preciso fundá-la no que efetivamente existe, ou seja, nem uma natureza sociável, nem uma natureza anti-social, mas uma desconfiança radicalizada e racional. (RIBEIRO, 2017, p. 22)

A partir da leitura do trecho citado acima, podemos afirmar que:

- a) Para Renato Janine Ribeiro, Hobbes não estaria ciente da dimensão antiaristotélica da sua tese.
- b) De acordo com Ribeiro, a tese de um estado de natureza em que todos estariam em luta constante contra todos seria uma ideia bastante comum na época de Hobbes.
- c) Em Hobbes, a defesa do poder estatal soberano pró-absolutista trata-se de uma evidência que dispensa qualquer justificativa.
- d) Hobbes parte do pressuposto de que é preciso fundar o corpo político com base numa sociabilidade que não existe.
- e) Como esclarece Ribeiro, a principal consequência do estado de natureza tal como concebido por Hobbes encontra-se no entendimento de que a fundação de uma sociedade, de um corpo político, se efetiva e se justifica apenas a partir do que, de acordo com Hobbes, de fato existe: uma desconfiança radicalizada e racional de todos contra todos, que caracterizaria os grupos humanos na ausência de um Estado soberano.

Referências

AMES, José Roberto. Religião e política no pensamento de Maquiavel. **KRITERION**, n. 133, p. 51-72, jun. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2006000100003>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

AZOULAY, Vincent. Repenser la politique en Grèce ancienne. **Annales**, Histoire, Sciences Sociales, 69e année, n. 3, p. 605-626, 2014. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-Annales-2014-3-page-605.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel historiador. **Revista USP**, n. 29, p. 182-188, mar./maio 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i29p182-188>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CORTINA, Arnaldo. As condições históricas de produção de O Príncipe de Maquiavel e sua produção discursiva. **Alfa**, n. 39, p. 87-109, 1995. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3972/3647>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **O Príncipe de Maquiavel e seus leitores**: uma investigação sobre o processo de leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRATESCHI, Yara. **A Física da política**: Hobbes contra Aristóteles. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

HANSEN, Morgens Herman. **Polis**: An Introduction to the Ancient Greek-City State. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

LEROUX, George. Apresentação. In: PLATON. **La République**. Tradução e apresentação Georges Leroux. Paris: Flammarion, 2002.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Entre o *Leviatã* e o *Beemote*: soberania, constituição e excepcionalidade no debate político dos séculos XVII e XVIII. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 1, p. 55-90, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000100003>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

LOPES, Marcos Antonio. Tempo e história em Maquiavel. **Locus - Revista de História**, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2003. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2482/2063>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe e escritos políticos**. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Coleção Os Pensadores).

_____. **O príncipe**. Tradução Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Desvelo e interesse na teoria feminista. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Horizonte, 2012. p. 103-126.

MUSSI, Daniela. O pensamento revolucionário de Nicolau Maquiavel. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, fev. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/329315/2017>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PITKIN, Hannah. Gênero e política no pensamento de Maquiavel. Tradução Roberto Cataldo Costa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 12, p. 219-252, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/9853/7222>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

RACHET, Guy; RACHET, Marie-Françoise. **Dictionnaire de la Civilisation Grecque**. Paris: Larousse, 1990.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo**: Hobbes escrevendo contra o seu tempo. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero. In: BORON, Atilio (Org.). **A filosofia política moderna**: de Hobbes a Marx. São Paulo: Unifesp, 2017. p.19-45.

RINESI, Eduardo. Hobbes e o antagonismo como o real da política. **Lua nova**, n. 51, p. 51-70, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452000000300005>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SANTOS, Rodrigo Ponce. Hobbes e a filosofia do poder: os 'princípios' antipolíticos do Leviatã na leitura de Hannah Arendt. **KRITERION**, n. 136, p. 203-220, abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0100-512x2017n13611rps>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SEBILLOTE-CUCHET, Violaine. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero? **Revista Tempo**, v. 21, n. 38, p. 282-300, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n38/1413-7704-tem-21-38-00281.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SILVA, Hélio Alexandre da. **As paixões humanas em Thomas Hobbes**: entre a ciência e a moral, o medo e a esperança. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/72gwc/pdf/silva-9788579830242.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SILVA, Ricardo. Skinner e a liberdade hobbesiana. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 95, p. 175-183, mar. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000100011>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Moita. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a liberdade republicana**. Tradução Modesto Florenzano. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. A democracia ateniense e nós. **E-HUM**, Revista Científica das Áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 8-31, 2016. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/2144/1122>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

VILALON, Eduardo Martins de Azevedo. Jusnaturalismo e contratualismo em Hobbes e Locke: do estado de natureza ao estado político. **Jus Humanum**, v. 1, n. 1, p. 48-61, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/jus_humanum/article/viewFile/28/18>. Acesso em: 14 jan. 2018.

História e política na Europa Contemporânea

Convite ao estudo

Nesta unidade, você encontrará reflexões acerca da relação entre História e Política. Nesse sentido, o foco das seções será a questão do poder. Esse é um tema central para a vertente historiográfica da História Política, tanto a tradicional, surgida no século XIX, que tratou dos “grandes feitos”, dos “grandes homens”, como para a denominada Nova História Política. Entretanto, a questão do poder não é exclusividade dessa vertente. Ela é abordada, como veremos, em diversas outras perspectivas, tanto em suas dimensões mais amplas como no micropoder das diversas relações sociais. Além disso, esse conceito terá como “fio condutor” a questão da manutenção ou alteração da realidade histórico-social, ou seja, como as diversas abordagens historiográficas lidaram com a questão da transformação social.

Essa dimensão política permitirá o conhecimento dos fundamentos das relações políticas e econômicas nas diferentes sociedades e em diferentes épocas, mais particularmente a realidade europeia contemporânea, tema desta unidade.

Em cada momento histórico, os historiadores, por diversos caminhos, buscaram compreender o mundo em que viviam. Suas ideias e a realidade estavam interconectadas, ora com predominância num polo, ora em outro, ou ainda buscando suas mais variadas relações. Portanto, entender como o ambiente interfere nesse processo e como as ideias atuam para apreendê-lo e/ou modificá-lo é fundamental para melhor compreendermos a produção desses teóricos.

Abordaremos, na primeira seção, como os teóricos burgueses, no Iluminismo, buscaram desvelar a realidade por

meio de crítica e de uma prática radicais em relação ao Antigo Regime, mas consolidado seu poder político, transformaram-se em justificadores da conservação da ordem. Abordaremos, então, as dimensões da História Política, da dimensão nacionalista, dos distintos momentos do positivismo e do historicismo.

Com a consolidação da ordem burguesa, fundamentalmente a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, veremos outro setor social, o proletariado, que terá no marxismo, mas não só, um instrumento teórico importante para a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista e construção de um projeto político societário distinto. A historiografia marxista, portanto, será o tema da segunda seção.

No século XX, sob o impacto de importantes acontecimentos históricos – as Guerras Mundiais, a face monopolista e imperialista do capitalismo e suas crises, as revoluções socialistas com seus dilemas históricos, o Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo, o colapso da União Soviética e das experiências socialistas no leste europeu – é que novas perspectivas historiográficas surgiram, influenciadas por esses fatos, como você encontrará na terceira seção.

Bons estudos!

Seção 2.1

História e Política: da crítica à conservação da ordem

Diálogo aberto

Desde o ressurgimento mercantil, cultural e urbano europeu, a partir das Cruzadas, novas relações sociais foram desenvolvidas, permitindo que uma nova classe social se desenvolvesse, a burguesia mercantil, a qual adquiriu cada vez mais poder econômico dentro de uma estrutura política e econômica marcada pelo feudalismo e pelo poder político aristocrata, o que impedia o pleno desenvolvimento burguês. No campo teórico, a burguesia também se fortalecia na medida em que novos valores surgiram e expressaram seus interesses, como foi no Renascimento, no Humanismo e no Iluminismo, para ficarmos nos movimentos culturais e intelectuais mais importantes. Com a consolidação do capitalismo industrial, com a I Revolução Industrial (1780-1840), e após todas as etapas da Revolução Francesa (1789-1815), as ideias iluministas sofreram uma transição importante, que acompanhou o processo histórico de consolidação da burguesia como classe que transformou seu poder econômico em poder político, que, então, consolidou-se como classe conservadora.

Nesta primeira seção, você verá como os burgueses, oprimidos pelas relações sociais de produção feudais, junto ao enfrentamento bélico, buscaram, no campo teórico, instrumentos de combate ao Antigo Regime, buscando desvelar e criticar a realidade existente para, em seguida, após as revoluções burguesas e com a consolidação do capitalismo industrial, deixarem de ter uma perspectiva revolucionária e crítica para adotarem uma posição conservadora e justificadora da ordem que estavam construindo. É nesse sentido que analisaremos a relação entre História e Política, ou seja, como a questão do poder e da transformação social foi tratada pelas diversas perspectivas historiográficas.

Para debatermos esses conteúdos, imagine que você dará uma palestra na universidade em que leciona sobre História do Pensamento Político e Econômico, mais especificamente sobre

algumas perspectivas historiográficas do século XIX, como a História Política, o positivismo, o historicismo, o nacionalismo, entre outros temas. A partir de uma breve apresentação dos conteúdos, você dirigiu-se aos participantes da palestra e solicitou que levantassem algumas questões iniciais de interesses, dúvidas e questões, surgindo as seguintes: o que é História Política, levando em consideração que o estudo da história deve abarcar necessariamente as questões políticas? A defesa do nacionalismo sempre existiu na medida da valorização dos locais onde os povos viviam? De que forma a burguesia justificou a conservação da nova ordem em construção? Qual é a força de uma teoria na explicação de uma realidade? De que forma ela é capaz de alterar ou justificar uma realidade existente?

Levando em consideração que você dará uma palestra sobre esses temas, animados pelas questões que surgiram, como você lidaria com essa situação? Os conteúdos tratados nesta seção ajudarão nesse sentido. Aos estudos!

Não pode faltar

Dentre as variadas perspectivas historiográficas, a História Política foi a primeira modalidade de História, ainda que não pudéssemos falar em vertentes historiográficas naquele momento. Para uma primeira aproximação com a definição de História Política, podemos encontrar o seguinte:



A palavra 'poder' rege os caminhos internos da História Política da mesma maneira que a palavra 'cultura' rege os caminhos internos da História Cultural, ou que a palavra 'imagem' erige-se como horizonte fundamental para a História do Imaginário. (BARROS, 2015, p. 4)

Nesse sentido, a História, no século XIX, momento de consolidação da profissão do historiador, confundia-se com sua modalidade política, com algumas exceções, por exemplo, a construção de uma Filosofia da História produzida por Marx e Engels. Para a História Política, nesse momento inicial, os fatos históricos relevantes eram as ações dos Estados, dos "grandes homens" e seus feitos, ou dito de outra forma, do poder das instituições e de seus representantes,

tendo também a questão da nacionalidade e do patriotismo adquirido centralidade. Além disso, essa modalidade de história também ficou conhecida como história factual, preocupada com a narração dos fatos históricos e nem tanto com sua interpretação.

Na História Política, a questão do poder tem importância fundamental, mesmo que seu significado tenha abrangido dimensões diferenciadas ao longo do tempo. Mas, para os nossos propósitos, neste material, trataremos a dimensão do poder na sua relação com a manutenção e transformação da realidade existente.

Iluminismo, História e Política: o desvelamento da realidade

Em Immanuel Kant, encontramos a mais alta expressão dos ideais iluministas, em que o progresso seria um fator constante na História. Havia nele e nos demais iluministas uma convicção de que as mudanças em curso produziram um futuro melhor para toda a humanidade. Tratava-se de um período de avanço dos interesses burgueses diante da velha estrutura aristocrática e feudal.

Mas, ao mesmo tempo em que as mudanças provocam fascínio, também indicavam problemas. Goethe produziu sua obra prima, *Fausto*, entre 1770 e 1831, período de intensa turbulência política e social na Europa. A história de Fausto, que faz um pacto com o diabo (Mefistófeles) em troca das mais variadas felicidades mundanas, segundo Berman (1986), expressa o próprio processo de desenvolvimento burguês em curso. Num diálogo com Mefistófeles, Fausto explica:

Entendamo-nos bem. Não ponho eu mira na posse do que o mundo alcunha gozos. O que preciso e quero é atordoar-me. Quero a embriaguez de incomportáveis dores, A volúpia do ódio, o arroubação das sumas aflições. Estou curado das sedes do saber; de ora em diante às dores todas escancarar est'alma. As sensações da espécie humana em peso, quero-as eu dentro de mim; seus bens, seus males mais atroz, mais íntimos, se entranhem aqui onde à vontade a mente minha os abraça, os tasteie; assim me torno eu próprio a humanidade; e se ela ao cabo perdida for, me perderei com ela. (FAUSTO apud BERMAN, 1986, p. 41)



Berman analisa a tragédia de Fausto por meio de três momentos de sua transformação: a) O sonhador, momento solitário e de encontro com Mefistófeles; b) O amador, momento em que descobre o amor; e c) O fomentador, momento em que "conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo; aprende a construir e a destruir. [...] Lança todos os seus poderes contra a natureza e a sociedade; luta para mudar não só a sua vida, mas a vida de todos" (BERMAN, 1986, p. 60-61).

O que Fausto deseja é o que as mudanças em cursos estavam provocando: profunda alteração nos hábitos, na natureza, nas relações sociais, esfumando tudo que estava sólido. Só que a um custo alto para a humanidade, que foi a aparente incapacidade de controlar o destino humano, a reificação da humanidade, ou nos termos faustianos de Berman (1986), a sua tragédia do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas provocava aumento de riqueza da humanidade, havia destruição dessas mesmas forças produtivas.

Hegel é outra importante referência iluminista que constrói uma nova perspectiva histórica na medida em que afirma que o trabalho é o elemento fundamental do processo histórico. Sua posição favorável à Revolução Francesa possibilitou a busca que a própria burguesia revolucionária desejava: para ir além das aparências daquela dada situação, era preciso desvendar os meandros da nova realidade que surgia, ou seja, "o espírito que se move para frente".

Ainda em suas considerações críticas a Kant, ele dá novo sentido para os conceitos de razão e entendimento, sendo que a razão pode ser considerada como pensamento especulativo ou conhecimento dialético, enquanto que o entendimento é o senso comum ou a reflexão não-dialética. No entendimento kantiano, as coisas são idênticas a si mesmas, não há transformação de uma coisa em outra, as coisas estão sempre em oposição irreconciliável, não há movimento, existe identidade imediata entre essência e existência. Isso reflete parte da realidade, que de fato aparece dessa forma, pois não se observa a potencialidade da coisa em seu desenvolvimento, no seu vir-a-ser.

Para Hegel, o motor da história é a contradição, que passa por três momentos: a tese (afirmação), a antítese (negação) e a síntese

(negação da negação). A tese original, ou seja, o movimento inicial de tudo, é Ideia pura (Deus) que, negando-se, cria a Natureza, sua antítese, sua alienação. Essa unidade de opostos em contradição cria o Espírito, a negação da negação, a unidade entre ideia e objetivação, que por sua vez produz um novo movimento contraditório, produzindo a história.

O homem, pela primeira vez, aparece como produtor histórico do mundo por meio do trabalho e do conhecimento, em sua verdadeira essência. Não se trata mais de uma história como junção de fatos, mas como movimento dialético, contraditório. É o espírito no seu processo de autorresgate. Por isso, Hegel representa o auge do idealismo.

Com o advento de uma nova realidade histórica, a partir da Revolução Francesa, a razão, por meio de um método e de conceitos universais, pode unificar esses polos. Chegado a esse ponto, essa unidade não é simplesmente a junção dos opostos, mas a transformação deles num patamar qualitativamente superior: o real, a totalidade, o Espírito Absoluto. Essa realidade é a verdade, atributo da realidade em formação e do pensamento. O que é verdadeiro é aquilo que realiza todas as suas potencialidades e se expressa de forma idêntica pelo seu conceito. O conceito é a passagem de uma forma a outra, formas contraditórias que são compreendidas em sua totalidade, portanto, o movimento é um elemento fundamental do sistema hegeliano. A verdade não está dada de maneira imediata. A razão, que chegou ao estágio de sua possibilidade de liberdade, é que pode transformar o dado (forma ainda negativa, negação da verdade) em sua potencialidade (forma verdadeira). Negar o dado é o princípio fundamental da dialética hegeliana. O dado, a forma do ser, contém em sua negatividade o seu conteúdo e o seu movimento.

História e Política: do desvelamento à conservação da ordem

Se, na Revolução Francesa, o Terceiro Estado representava os setores interessados na transformação social, o mesmo não se pode dizer nos processos revolucionários de 1848/49, que se espalharam pelo restante da Europa. Nesse momento, com o rápido crescimento do operariado, com as mazelas produzidas pela sociabilidade do capital, a burguesia, que ainda não havia produzido a sua revolução,

preferiu caminhos menos perigosos aos seus interesses. Uma unidade entre ela e setores populares seria um risco incontrollável. As revoluções burguesas, nesse momento, vieram “pelo alto”. As manifestações e sublevações operárias foram reprimidas. A partir daí, não interessa mais à burguesia o desvelamento da realidade. Agora, o que interessava era a sua conservação. A teoria vira instrumento de justificação. (ELIEL, 2017)

Essas contradições também se expressam no campo teórico. Variados setores mantiveram a busca da compreensão do real, enquanto outros setores abdicaram desse processo, iniciando uma crítica à própria razão, à possibilidade do conhecimento do real, colaborando, direta ou indiretamente, dessa forma, para a manutenção da ordem social. É importante destacar que isso não foi feito sem contradições. Alguns teóricos, diante da aparência de caos que permeava a nascente sociedade capitalista, expressavam exatamente essa “irracionalidade” em suas teorias (Schelling, Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche, entre outros), enquanto que outros teóricos, conscientemente, justificavam a ordem do capital, como veremos no positivismo após Comte.



Refleta

De que forma podemos afirmar que o irracionalismo, como corrente filosófica, colaborou para a manutenção da ordem social capitalista? Podemos transformar aquilo que não conhecemos? Se não podemos conhecer o real, que é caótico, irracional, como construir racionalmente algo diferente?

Com as profundas transformações ocorridas a partir da I Revolução Industrial, a ciência e a técnica desenvolveram-se fortemente e contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, do lucro. É nesse ambiente que o positivismo se desenvolve. Num primeiro momento, seu sentido é progressista, como atestam Condorcet e Saint-Simon, representantes teóricos dos setores mais progressistas da pequena burguesia. Em seguida, o positivismo, com outros autores, transforma-se e acompanha o próprio movimento burguês de acomodação e de conservação da ordem. Auguste Comte (1798-1857), francês, é o primeiro representante desse movimento teórico positivista de justificação da ordem. Ele compreendia a Revolução Francesa como necessária,

pois representou a progressão do momento teológico para o momento metafísico, movimento ainda insuficiente e provisório. Seria necessário, portanto, o desenvolvimento do espírito positivo da sociedade, “estado fixo e definitivo” da evolução humana, que seria instalado por uma elite científica e industrial. Vejamos como ele define esse novo momento histórico:

Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. (COMTE, 1983, p. 4)

Nesse sentido, o filósofo sacramenta a impossibilidade do pensamento abstrato, que buscava os conceitos universais e da busca da essência das coisas. Por isso, é

[...] absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais. [...] Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras [...]. (COMTE, 1983, p. 7, grifo do autor)

Trata-se apenas de um processo de observação dos fenômenos por meio de um método mais adequado, ou seja, de uma “física social”. A humanidade caminhou, então, da teologia para a física, passando por um momento de transição, o estado metafísico, em que Deus foi substituído pela Natureza, para, finalmente, a Humanidade assumir posição preponderante. Se os demais fenômenos naturais – matemática, astronomia, física, química e fisiologia – já possuíam um método positivo, ainda faltava para os fenômenos sociais; por isso, a necessidade de uma “física social” e, de forma mais ampla, uma filosofia positiva, dando assim um caráter universal, por meio de um único método, a todos os conhecimentos humanos, tarefa em que o filósofo se empenhou. Para que essa física social fosse plenamente desenvolvida, seria necessário, segundo Comte,

ainda que de forma panorâmica, um conhecimento dos cinco fenômenos naturais anteriormente descritos, pois trata-se de uma sucessão e progressão de conhecimentos a serem estudados numa ordem conveniente e por um único método, ou seja, a unidade dos conhecimentos como progresso do espírito humano.

Assim como na biologia não é possível estudar um fenômeno isolado sem levar em conta o organismo vivo como um todo, na sociologia, o indivíduo está submetido ao organismo vivo da sociedade, assim como às demais estruturas sociais.

Nesse sentido, e como se tratava de um processo de consolidação da sociedade industrial como estágio necessário da evolução humana, o domínio político seria exercido pelos setores sociais mais adequados à manutenção da ordem e do progresso sociais. E cada um deveria cumprir adequadamente sua função social, ou seja, "há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais de concentração do poder da riqueza (...)" (COMTE apud LOWY, 1987, p. 23-24). Assim como nas demais ciências naturais, Comte observa a sociedade como um prolongamento dessa evolução:



Sem admirar nem maldizer os fatos políticos, vendo-os essencialmente, como em qualquer outra ciência, como simples temas de observações, a física social considera, portanto, cada fenômeno sob o duplo ponto de vista elementar de sua harmonia como os fenômenos coexistentes e de seu desencadeamento com o estado anterior e posterior do desenvolvimento humano. (COMTE apud LÖWY, 2009, p. 28)

Portanto, a história era tratada de forma progressiva e linear, do desenvolvimento mais simples para o mais complexo.

Assim como Comte, Émile Durkheim também expressava teoricamente o movimento positivista de acomodação e de conservação da sociedade industrial capitalista, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento técnico e científico alterava constantemente a produtividade do trabalho, gerando um sentimento de progresso e de mudanças contínuas. Conservação e mudança. Esse era o ambiente da passagem do século XIX para o XX. A livre concorrência

produziu o seu contrário, o monopólio. Se, no século XVI, a corrida colonial e o escravismo foram fundamentais para a acumulação inicial do capital, agora o neocolonialismo e o trabalho assalariado tornavam-se necessários. Nos dois momentos, o Estado colaborou para que a burguesia ampliasse seus negócios, controlasse as fontes de matérias-primas e de mercados consumidores. Se o monopólio era a negação da concorrência, nesse novo momento histórico, ele readquire um aparente retorno ao estado anterior, ele se coloca em concorrência com outros monopólios e seus respectivos Estados, produzindo, assim, a faceta das guerras contemporâneas.

A fase monopolista e imperialista do capital é o ambiente geral que Durkheim procura compreender. Para isso, busca consolidar a sociologia como nova disciplina e seu método como instrumentos mais adequados de explicação da sociedade em que vivia, e que também nos permite avaliar sua compreensão da relação entre História e Política. Inicialmente, assim apresenta sua perspectiva metodológica:

Nosso método nada tem, pois, de revolucionário. Num certo sentido é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza não é passível de modificação fácil, por mais dúctil e maleável que seja. Muito mais perigosa é a doutrina que não encara esses fatos senão como produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, instantaneamente, transformar por completo! (DURKHEIM, 2002, p. 11-13)

A questão inicial, e também controversa, da sociologia de Durkheim é o tratamento do fato social como coisa, como algo externo à consciência individual. Não se trata da soma das consciências dos indivíduos, mas de algo superior, que possui vida própria e exterior a eles.

Quando nasce, o homem encontra fora de si uma série de hábitos, costumes, regras, crenças e valores que assume como seus e que não foram produzidos individualmente, mas socialmente, propagados pelas várias gerações, e que agem de maneira coercitiva sobre os indivíduos, que pode ser percebida como tal ou não. Nesse caso, quando há identidade com essa coerção, o homem assume de maneira mais “natural” seus valores. Quando nega essas formas,

sofre as sanções sociais e legais. Para modificá-las, necessita-se da produção – também coletiva, e não individual – de um novo fato social.



Exemplificando

Para Durkheim, a educação possui papel fundamental, pois é por meio dela que se aprende ou se é constringido às diversas maneiras de ser e agir. Esses fatos exteriores aos indivíduos, em seu sentido coletivo, é que o sociólogo trata como fatos sociais, como objetos da sociologia. Portanto, o que interessa para a sociologia são as instituições, como se formam e se desenvolvem. Como esses fatores são expressos pelos indivíduos não é, segundo o sociólogo, fato social e preocupação da sociologia. Um exemplo do fato social é a representação coletiva, ou seja, como uma determinada comunidade explica consensualmente a sua vida e o próprio mundo, que se reproduz de geração em geração. Nesse sentido, a educação cumpre um papel fundamental, a de socialização do indivíduo diante do mundo.

Agora, vejamos o que o sociólogo entende no fato social como coisa:



Com efeito, que é coisa? A coisa se opõe a ideia como se opõem entre si tudo o que conhecemos a partir do exterior e tudo o que conhecemos a partir do interior. É coisa todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo que o espírito não pode chegar a compreender senão sob condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. (DURKHEIM, 2002, p. 17)

Para Durkheim, é preciso, na análise da coisa, afastar as pré-noções, os preconceitos e os valores. É preciso neutralidade e objetividade, como se a coisa fosse desconhecida, para expressar o que ela é e não o que julgamos ser.

É nesse sentido que ele busca a compreensão da sociedade, que é tratada, assim como Comte, como um organismo vivo, em que cada um possui sua função social. A coesão, os tipos de consciência

e de solidariedade e a divisão social do trabalho são definidos a partir de uma perspectiva unitária. O Estado seria o órgão de equilíbrio que regularia o funcionamento social atacando as “patologias” e as “formas anormais” (a luta de classes) existentes.

Para o sociólogo não existe a possibilidade de mudanças abruptas, o organismo vivo produz seus próprios remédios contra essas patologias, portanto, não se pode

[...] perseguir desesperadamente um fim que foge à medida que se avança, mas [...] trabalhar com regular perseverança para manter o estado normal, restabelecendo-o se está perturbado, reencontrando suas condições se vierem a mudar. O dever do homem de estado não é mais empurrar violentamente as sociedades para um ideal que lhe parece sedutor, mas seu papel é do médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão das doenças, e, quando estas se declaram, procura saná-las. (DURKHEIM, 2002, p. 65)



Toda reforma social foi efetivada pelo grau de coesão e solidariedade, pelos costumes e hábitos, pela regulação do Estado, de forma consensual, e não pela “guerra de classes”. É nesse contexto que o sociólogo deu importância fundamental para a educação, pois ela permitiu a difusão de valores morais que, externos aos indivíduos, agiram com força coercitiva, moldando os valores individuais, os hábitos e os costumes. Para Durkheim, assim como para as vertentes historiográficas positivistas, não há possibilidades de transformações sociais naquele estágio de desenvolvimento da humanidade, apenas o seu aperfeiçoamento. Os que defendiam alterações abruptas estavam, como as patologias, afetando uma suposta harmonia social.

No decorrer do século XIX, principalmente com a consolidação do capitalismo industrial e da difusão do liberalismo burguês com o período napoleônico e que a Restauração monárquica não foi capaz de impedir, outra importante expressão dos interesses burgueses foi a difusão do nacionalismo e do patriotismo, que impulsionaram importantes movimentos políticos contra os resquícios do Antigo Regime. Foi no final do século XIX que a Itália, em 1870, e a Alemanha, em 1871, consolidam seus processos de unificação, transformando-se em duas novas nações.

Foi na transição do período moderno para o contemporâneo que houve uma dessacralização da política e do espaço da História (sua localidade, sua referência, posteriormente denominada como nação).



A nação aparece como nesse momento como espaço amorfo, referendada pela política que lhe delimita as fronteiras, o caráter, as atribuições. O espaço da História se modifica, passando do extra-humano e se circunscrevendo ao raio de alcance do poder estatal. [...] Duas grandes vertentes político-filosóficas balizam ainda hoje a reflexão sobre o processo que faz com que os homens permaneçam juntos e sobre os fundamentos do poder: o liberalismo, consolidado a partir do século XVIII e o socialismo, do século XIX. Ambos cristalizarão formas duradouras de pensamento histórico e, de forma paradoxal, ambas preconizarão uma redução teórica da questão nacional ao mesmo tempo em que fomentarão práticas políticas calcadas na nação e no nacionalismo. Ambas estimularão escritos históricos tendo como eixo central o espaço nacional-estatal, considerado como o lugar 'natural' da História, apesar de desnaturalizá-lo em sua reflexão mais abrangente. (FONTES, 1998, p. 5-6)

Veremos, na próxima seção, as questões relacionadas ao movimento socialista. Para as vertentes liberais, a nação surge como espaço da liberdade individual e dos vínculos culturais tradicionais, mas com o avanço das relações mercantis, esses laços são quebrados em favor de valores individualistas, restando apenas sua função econômica, expressa no poder do Estado. As tradições seriam lembradas como elementos fundantes da nação, funcionando como contraponto às demais tradições e aos Estados-nações. Nesse aspecto, também podemos notar as transformações da burguesia em relação ao tema da nacionalidade comparando as perspectivas universalizantes de Kant em sua defesa de uma sociedade das nações daquelas defendidas no século XIX, que desembocaram nas políticas imperialistas.

Essa dinâmica nacionalista foi forjada por meio de uma dupla operação, conforme analisada por Fontes (1998, p. 9):

[...] Em primeiro lugar, submissão da nação (o “resquício” tradicional) ao Estado concebido como racional, que a reconstituirá enquanto modelo étnico, cultural, linguístico, político e, sobretudo, histórico de pertencimento. Em segundo lugar, legitimação das diferenças entre as nações por qualidades intrínsecas que as diferenciam, comprovadas pela operação anterior> O espaço da ação histórica encontrava-se congelado no interior do Estado-Nação ou do conflito entre eles.



As diferenciações entre as nações eram transpostas para os indivíduos no interior do Estado-Nação, que também concorriam por melhores condições de vida e trabalho, reforçado pelas ideias de meritocracia, da capacidade e do esforço individual. O Estado-Nação, por analogia, também seria um indivíduo livre em busca de melhores condições de mercado. Nesse sentido, no momento em que a burguesia foi revolucionária, ela foi portadora de valores universais, de toda a humanidade, enquanto que, no período de conservação da ordem capitalista, a burguesia transformou a particularidade nacional em valor supremo.

Com o avanço de perspectivas nacionalistas no século XIX, as vertentes historicistas ganharam importância. Eles se contrapunham à pretensa narrativa imparcial do positivismo afirmando a importância do ponto de vista do historiador, de sua compreensão sobre o passado, ao invés da explicação, que seria o método das ciências naturais e exatas. O historiador estaria afetado pelo seu próprio contexto histórico e, portanto, compreenderia um processo histórico de forma distinta de outro historiador, sendo ambas as compreensões válidas. Para o historicismo, o passado é uma construção do presente. Cada povo, para o historicismo, possuiu sua particularidade, e é nela que conheceríamos sua própria história, e não em leis gerais universalizantes. Foi nesse sentido que muitos governantes contrataram historiadores para a reconstrução histórica de suas nações, de suas particularidades, que deveriam ser valorizadas.

Os museus, por exemplo, ganharam uma conotação política importante no século XIX. O seu surgimento ocorreu no final do Renascimento, com a apropriação de objetos pelo expansionismo e pelo colonialismo, criando um novo mercado, gerando a necessidade de guardá-los, de expô-los ou vendê-los, permitindo o

surgimento de museus, de galerias, de coleções particulares, como espaços próprios, distintos e distanciados do público em geral, tendo acesso essa arte apenas a camada aristocrática e burguesa, público de iniciados, produtores e consumidores de obras de arte. Com o desenvolvimento do capitalismo, além do distanciamento da arte e do público em geral, houve uma individualização da arte, uma pretensão de originalidade, a construção do mito do gênio criador, que conformavam as características de uma arte elitista, que se distanciava da arte para as massas e da arte popular. Essa arte elitista desembocou também na arte como propaganda política, ainda no Renascimento, que buscava a glorificação de personagens por meio de moedas, estátuas, pinturas, e que no século XIX teve na propagação de museus um importante espaço de difusão de uma perspectiva histórica baseada nos grandes feitos, nos grandes homens, nos acontecimentos políticos, na valorização dos processos históricos de cada nação num momento político de afirmação do nacionalismo.

Geary (2005, p. 27-28) afirma que:



A história moderna nasceu no século XIX, concebida e desenvolvida como um instrumento do nacionalismo europeu. [...] Em certo sentido, não apenas o nacionalismo étnico como o entendemos atualmente é uma invenção desse período recente, mas também [...] as próprias ferramentas de análise com a qual temos a pretensão de praticar história científica foram inventadas e aperfeiçoadas em um ambiente mais amplo de inquietações nacionalistas.

Para o autor, as nacionalidades foram “geradas pelos esforços criativos dos intelectuais e políticos do século XIX” (p. 28), levando em consideração que em variados países havia uma grande diversidade linguística, subjugada em favor daquelas “línguas nacionais” que suas elites defenderam. Nesse sentido, os sistemas de ensino proporcionaram a unificação linguística dos povos, as “instituições educacionais se tornaram o lócus da criação do Estado-Nação, tanto com a imposição da ideologia nacionalista, como, de forma mais sutil, com a disseminação da língua nacional, na qual estava implícita essa ideologia” (Idem, p. 46). E dessa forma, “a então língua se tornou o veículo do ensino da história nacional

do ‘povo’ que falava e expressava suas aspirações políticas através dela” (Idem, p. 46). Segundo Geary, as nações, entendidas como unidades culturais, linguísticas e territoriais, constituem um mito, pois não há justificativa histórica, na Europa, desses processos, que são diversificados.

Isso não significa que o nacionalismo e o patriotismo tiveram pouca importância, pelo contrário, eles se constituíram em instrumentos poderosos de unificação de nações, de consolidação política dos Estados-Nações, e permitiram que a burguesia transformasse seus interesses particulares em interesses de toda uma nação, não se tratava mais de defender seus interesses privados, mas a defesa dos interesses da nação. Dessa forma, as classes dominantes, por exemplo, mobilizaram a população trabalhadora e pobre a matar outra população trabalhadora e pobre para defender os “interesses da nação” nas guerras imperialistas a partir do século XIX. O nacionalismo foi uma ferramenta de dominação ideológica eficaz.



Assimile

O que costumamos chamar de “história oficial” ou “história tradicional” é, normalmente, uma referência do senso comum à historiografia política desenvolvida no XIX e no início do XX, que tinha como principal objetivo construir uma história nacional – mesmo quando abordava períodos em que determinado território não constituía uma nação – por meio de acontecimentos supostamente gloriosos e Grandes Homens que reiterassem o sentimento de coletividade e o patriotismo.



Pesquise mais

Para um aprofundamento sobre as questões do nacionalismo, indicamos dois textos utilizados como referência neste material:

- *A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica*, de Virgínia Maria Fontes. In: MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia (orgs).

Nação e Poder: dimensões da História. Niterói: EdUFF, 1998.

- *Uma paisagem envenenada: etnicidade e nacionalismo no século XIX*. In: GEARY, Patrick J. **O mito das nações:** a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

Sem medo de errar

A História Política tradicional, no século XIX, supervalorizou a dimensão política em detrimento dos demais complexos sociais, ou seja, colocou no centro do processo histórico a vontade política dos grandes homens, as ações dos Estados e das instituições como produtores da história, invisibilizando os setores oprimidos. Essa História Política foi fortalecida pelas perspectivas positivistas após Comte, momento em que a burguesia havia se transformado de classe revolucionária para uma classe conservadora. O positivismo, adotando os métodos das ciências exatas e naturais, naturalizou o desenvolvimento social como se fosse um corpo orgânico em que cada indivíduo cumpriria uma função social pré-determinada, o que foi útil para as pretensões conservadoras da burguesia. Se na fase revolucionária da burguesia suas teorias buscaram desvelar a realidade para transformá-la, nesse momento de consolidação capitalista tratava-se de conservar a ordem. A teoria adquiriu uma função justificadora do existente. Tal como a sociedade capitalista funcionava, a teoria justificaria essa ordem e as dificuldades e/ou impossibilidades de transformações mais profundas. Foi nesse sentido que o nacionalismo e o patriotismo surgiram como forças explicativas no século XIX, tornando-se instrumentos importantes de transformação dos interesses particulares da burguesia em supostos interesses universais, os interesses privados foram transformados em interesses de toda a nação, constituindo a face imperialista da disputa entre as nações.

Faça valer a pena

1. No século XIX, a História consolida-se como campo de conhecimento autônomo e também como profissão. A História Política, como foi posteriormente denominada, foi considerada em suas críticas iniciais como uma História Tradicional, com suas características próprias indicadas corretamente a seguir.

Assinale a alternativa que indica corretamente suas características:

a) Os fatos históricos, como ações dos setores oprimidos, verdadeiros construtores da História.

- b) Os fatos históricos relevantes, como ações dos Estados, dos “grandes homens” e seus feitos.
- c) Todas fazem História, sem distinção de classe social.
- d) Não há uma verdadeira História, todas as narrativas históricas são igualmente relevantes.
- e) A verdadeira História é a narrativa das microrrelações de poder, suas formas de produção e reprodução.

2. A História Política teve como referencial filosófico o positivismo num momento de consolidação da sociedade industrial, considerada por seus teóricos como um estágio necessário da evolução humana, sendo que o domínio político seria exercido pelos setores sociais mais adequados à manutenção da ordem e do progresso sociais.

Considerando o texto-base, assinale a alternativa que indica corretamente a perspectiva de Augusto Comte, teórico positivista:

- a) Os proletários devem lutar contra as condições de exploração e opressão.
- b) Os proletários devem alterar suas condições de vida, pois nada é natural na vida social.
- c) Os proletários devem assumir o controle político do Estado como forma de evolução humana.
- d) Os proletários devem respeitar as leis naturais de concentração do poder da riqueza.
- e) Os proletários devem ser substituídos pelo trabalho escravo na reconstrução de sociedades aristocráticas.

3. Com o avanço de perspectivas nacionalistas no século XIX, as vertentes historicistas ganharam importância. Eles se contrapunham à pretensa narrativa imparcial do positivismo afirmando a importância, do ponto de vista do historiador, de sua compreensão sobre o passado, ao invés da explicação, que seria o método das ciências naturais e exatas.

Nesse sentido, considere as afirmações a seguir:

I - O historiador estaria afetado pelo seu próprio contexto histórico e, portanto, compreenderia um processo histórico de forma distinta de outro historiador, sendo ambas as compreensões válidas.

II - Para o historicismo, o passado é uma construção do presente.

III - Cada povo, para o historicismo, possuiu sua particularidade, e é nela que conheceríamos sua própria história, e não em leis gerais universalizantes.

IV - Foi nesse contexto inicial do historicismo que muitos governantes contrataram historiadores para a reconstrução histórica de suas nações, de suas particularidades, que deveriam ser valorizadas.

V - A História pode ser compreendida por meio de suas leis gerais, suas tendências de desenvolvimento a longo prazo, de uma perspectiva totalizante.

Considerando o texto-base, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa V está correta.
- b) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

Seção 2.2

História e Política: a historiografia marxista e a perspectiva de totalidade

Diálogo aberto

Na seção anterior, você estudou o processo histórico em que a burguesia vivenciou a transição de sua fase revolucionária para a conservadora. Desde o Renascimento até o período iluminista, a burguesia, teórica e praticamente, buscou compreender, desvelar e transformar a realidade em que vivia. Com as revoluções burguesas, conseguiu transformar seu poder econômico em poder político. Com isso, não havia mais a necessidade do desvelamento da realidade, mas a sua justificativa. O Positivismo, com Comte e Durkheim, foi a principal expressão teórica desse processo no século XIX. Com a Revolução Francesa e a Primeira Revolução Industrial, uma nova dinâmica política, econômica e social foi colocada em movimento, permitindo a consolidação do capitalismo industrial e também de novas contradições sociais, marcadas pelo conflito entre os interesses do capital e da classe trabalhadora assalariada, que, por meio de suas organizações sindicais e políticas, passou a defender o desvelamento da realidade e da transformação social.

As revoluções de 1830 e as de 1848/1849, na Europa, com o protagonismo do proletariado nessas sublevações, as burguesias que ainda viviam sob condições de domínio aristocrático em seus países não se arriscaram em revoluções burguesas violentas, preferindo caminhos mais seguros com as "revoluções pelo alto", ou seja, em acordo com as antigas classes dominantes. Esse é o momento, segundo Marx e Engels, de conquista de autonomia da classe trabalhadora assalariada, de construção de um projeto societário próprio, desvinculado dos interesses burgueses, como anunciado no Manifesto Comunista de 1848.

Para transformar a realidade, seria necessário um profundo conhecimento da realidade vivida, segundo os teóricos. A superação da sociedade capitalista não seria uma projeção ideal do futuro,

como defendiam os socialistas utópicos, mas pelas possibilidades abertas pelo próprio desenvolvimento capitalista, compreendidas e transformadas pela ação política da classe trabalhadora, como defendiam os fundadores do socialismo científico.

Para desenvolvermos os conteúdos desta seção, imagine que você assumiu a tarefa de preparação de uma aula sobre a relação entre a teoria marxista e suas implicações políticas, tendo as questões a seguir como reflexões centrais a serem debatidas com a turma.

De que forma o desenvolvimento capitalista permite a construção de uma nova perspectiva social se a burguesia atua constantemente não só para manter o capitalismo, como também para combater qualquer forma de contestação à sua estrutura social? Qual é o papel da classe trabalhadora nesse processo, levando em consideração sua diversidade de interesses? Como os fundadores do materialismo histórico e as demais tradições marxistas lidaram com essas questões?

Os conteúdos apresentados nesta seção buscarão responder, em parte, a essas questões, já que elas continuam atuais. Nesse sentido, você encontrará, nas próximas páginas, como Marx, Engels e as primeiras gerações de marxistas estabeleceram a relação entre teoria e prática, entre História e Política, entre Política e Economia, na busca pela superação da ordem capitalista. Além disso, veremos também considerações historiográficas acerca do método de estudo e da análise da realidade, tendo a totalidade como elemento fundamental da tradição historiográfica marxista, ainda que sob diversas modalidades da História.

Bons estudos!

Não pode faltar

Como podemos catalogar a produção de **Karl Marx**? Sociólogo, economista, filósofo ou alguma outra disciplina do conhecimento? O que lhe é peculiar é a abrangência e a articulação de conhecimentos que produziu ao longo de sua vida. Por isso, é inadequado encaixá-lo em uma disciplina específica. Isso expressou sua perspectiva metodológica e política, ou seja, a dimensão da **totalidade**. A mesma observação vale para **Friedrich Engels**, parceiro de Marx por toda a vida e que contribuiu diretamente para a construção da teoria social marxista.

Netto (2002) observa que Marx buscou aliar três dimensões fundamentais em sua teoria, sendo que elas estavam necessariamente interligadas: a dimensão filosófica, com o materialismo histórico e dialético, método que lhe permitiu a compreensão histórica do desenvolvimento capitalista; a dimensão econômica, com sua teoria do valor-trabalho, expressa em *O Capital*, sua obra-prima, que buscou compreender os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista e suas tendências de desenvolvimento; sua dimensão política, com a perspectiva da revolução, processo político e social de transição para uma sociedade comunista.

Não se transforma aquilo que não se conhece. Para a transformação da realidade, Marx e Engels apontaram a importância da centralidade da luta política por meio de uma profunda análise da realidade, buscando compreender a gênese, o desenvolvimento e as contradições do capitalismo para que a articulação da luta econômica e política iniciasse a superação da sociedade capitalista. Nesse sentido, a história tem uma dimensão fundamental em suas análises. O desenvolvimento do materialismo histórico e dialético não foi uma construção a priori, foi a análise do próprio desenvolvimento histórico do capitalismo que lhes permitiram compreender o seu funcionamento, articulando um pressuposto materialista e uma lógica dialética. O pressuposto materialista relaciona-se com o princípio da determinação, debate que divide os filósofos materialistas e idealistas. Para os primeiros, a realidade é o princípio fundamental e determinante da constituição do ser social, enquanto que para os idealistas, as ideias cumprem um papel determinante na constituição da realidade. Para Marx e Engels, as condições materiais dos sujeitos reais, ou seja, a forma como produzem e distribuem a riqueza socialmente produzida é que determina não só as condições de vida das pessoas, como também as formas políticas, jurídicas e ideológicas ou de determinadas formas de consciência social dos indivíduos.

Para os teóricos, o primeiro ato histórico é a produção da sobrevivência material por meio do trabalho, ato que modifica, ao mesmo tempo, a natureza e o próprio ser social, reflexão desenvolvida em *A Ideologia Alemã* (1984). Ao produzirem suas existências, os homens encontram determinadas relações sociais de produção já existentes (a relação entre os homens, a divisão de trabalho), herdadas das gerações passadas, e que são determinadas

pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, pela capacidade do homem de se relacionar com a natureza para a produção de sua sobrevivência. Esse conjunto de fatores, segundo Marx, forma a base ou estrutura econômica ou material de uma sociedade, que determina, em última instância, a superestrutura política, jurídica e ideológica. Para eles, não é o ser social apenas com suas ideias que determina a realidade, mas esta que determina o ser social. Nessa perspectiva, a classe economicamente dominante tende a ser política, jurídica e ideologicamente dominante.

Aliado a esse pressuposto materialista, o método contém uma lógica dialética, permitindo superar o materialismo mecanicista na medida em que a contradição também possui uma dimensão central. Aquilo que determina (a estrutura econômica) também é determinado pela superestrutura – política, jurídica e ideológica – que atua para manter as relações sociais de produção capitalistas. A lógica dialética permitiu aos teóricos compreenderem a história como uma realidade contraditória, em constante modificação, que as contradições também formam uma unidade de contrários, que se desenvolve até romper sua forma antiga para uma nova. Assim, analisaram o processo de transição feudal para o capitalismo e que as contradições dessa sociedade burguesa poderiam se desenvolver até permitir o rompimento para uma nova ordem social.



Exemplificando

Para exemplificar, para Marx, o processo de transição feudal-capitalista, em que o avanço de novas forças produtivas mercantis, no interior da sociedade feudal, num determinado momento de seu desenvolvimento, encontrou nas relações sociais de produção feudais, baseadas na servidão, obstáculos para o seu desenvolvimento, necessitando romper com essas formas, como se deram com as revoluções burguesas na Inglaterra e na França, por exemplo. Esse processo permitiu que o desenvolvimento de novas relações sociais capitalistas produzissem novas contradições, marcadas pela relação conflituosa entre capital e trabalho.

Marx, no prefácio da primeira edição alemã de *O Capital*, de 1867, aponta o seu método quando explica que “é mais fácil estudar um organismo, como um todo, do que suas células” (2002a, p. 16), indicando sua perspectiva de totalidade, que não deve ser

confundida com a simples compreensão de conhecimento do todo social, o que é impossível, mas a totalidade compreendida como a inter-relação entre os diversos fatores sociais, a relação entre o particular e o geral. Na *Introdução à contribuição para a crítica da Economia Política* (1996), Marx apresenta de forma mais evidente o seu método, afirmando que, do ponto de vista da economia política, “Parece correto começar pelo real e pelo concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto” (MARX, 1996, p.50, tradução minha). Entretanto, esse não é o caminho correto, do ponto de vista do autor, pois deixaríamos de lado os elementos que fundamentam essa população, como o trabalho assalariado, o capital etc. Se começássemos pela população, dessa forma, teríamos uma visão caótica do todo. Por meio de uma análise mais precisa chegaríamos a representações mais simples, na decomposição das partes do todo, podendo, assim, percorrer o caminho de volta e chegar à população como uma rica totalidade com suas múltiplas determinações e relações. Dessa forma, do concreto abstrato, passando pela análise das diversas determinações, chegaríamos ao concreto pensado, ou dito de outra forma, do singular, passando pelo particular, chegaríamos ao universal com uma rica compreensão da realidade. Dessa maneira, Marx, em *O Capital*, inicia sua análise da sociedade capitalista pelo seu elemento mais básico, a mercadoria, demonstrando que nessa particularidade continha elementos de sua totalidade.

A preocupação de Marx era compreender a lógica de funcionamento da sociedade capitalista para que a classe trabalhadora atuasse em sua transformação. Seu vínculo com o proletariado se deu desde o início dos anos 1840, quando, redator da Gazeta Renana, viu-se diante da brutal repressão do governo prussiano sobre os camponeses que recolhiam lenha das florestas, considerada ilegal. Marx defende os camponeses no jornal justamente no momento em que seu proprietário fazia acordo com o governo, o que lhe obrigou a partir para uma longa jornada de estudos para entender a relação entre Estado e sociedade civil, tarefa que dedicou durante toda a vida. Nos seus primeiros escritos até a produção, junto a Engels, de *A Ideologia Alemã*, ele ficou absorvido com o acerto de contas com seus referenciais teóricos, a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. A partir daí, é

possível afirmar que produziu com mais autonomia intelectual, o que lhe permitiu uma original reflexão sobre a sociedade burguesa, percebendo que, para entendê-la, precisava buscar na sociedade civil, e não no Estado, o seu fundamento, invertendo a equação hegeliana, que via no Estado a fundação da sociedade. Isso aparece também em sua crítica a Pierre-Joseph **Proudhon** (1809-1865), na obra *Miséria da Filosofia* (2009), em que afirma a historicidade das categorias econômicas, ou seja, que os conceitos possuem validade histórica, que a realidade em constante movimento produz transformações, exigindo novos conceitos e explicações, rompendo com a naturalização da existência das relações mercantis que os economistas políticos faziam, e que Proudhon, destacado dirigente político francês, reproduzia. Além da produção teórica, Marx e Engels atuaram e colaboraram efetivamente em variadas organizações operárias, participando também da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864.

A partir da década de 1850, Marx, refugiado em Londres, na busca da compreensão dos fundamentos da sociedade civil burguesa, aprofunda seus estudos sobre a economia política inglesa, avançando as descobertas de Adam **Smith** (1723-1790) e David **Ricardo** (1772-1823), assim como realiza a sua crítica. Se a Inglaterra era o espaço mais avançado do desenvolvimento capitalista, acompanhado de perto por Marx e Engels, a França era o espaço privilegiado das lutas políticas e sociais, o que fez com que os teóricos acompanhassem de perto os processos ali iniciados, principalmente as revoluções de 1848/1849 e a Comuna de Paris, em 1871. Marx acompanhou a conjuntura francesa atentamente, produzindo reflexões políticas marcantes, com destaque para *As lutas de classes na França* (1848-1850), *o 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1852) e *Guerra Civil na França* (1871).

Na primeira obra (1986a), analisando a situação de penúria da classe trabalhadora francesa e das lutas entre as diversas frações de classes, avaliou como a burguesia comercial e industrial, fração que estava alijada do poder, insufla o proletariado, em 1848/1849, para a derrubada do poder monárquico e, em seguida, promove uma brutal repressão sobre esse setor. Foi nessas condições que Marx e Engels já haviam produzido o *Manifesto Comunista*, e que Marx, nessa obra sobre a conjuntura francesa, reforçou a necessidade de autonomia do proletariado em defesa de um projeto societário

próprio, desvinculado dos interesses burgueses. Marx, analisando esse processo revolucionário, criticou o fato de as organizações proletárias reivindicarem da burguesia reformas sociais de geração de empregos que ela não poderia entregar, pois seu programa consistia exatamente no aumento da exploração da força de trabalho. A França ainda estava rompendo com os resquícios do Antigo Regime, condição fundamental para o desenvolvimento capitalista e para que o proletariado adquirisse força própria, conforme descrito por Marx:

O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que não de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária. (MARX, 1986a, p. 60)

As revoluções de 1848/1849 demonstraram, segundo Marx, que os laços que uniam as variadas classes do Terceiro Estado (burguesia, proletariado, servos, camponeses, artesãos) estavam rompidos, que os interesses burgueses, nessa nova fase, eram distintos dos interesses proletários, que deveriam buscar a emancipação social sob um novo terreno de emancipação política que a burguesia havia promovido.

Após esses acontecimentos, Marx continua sua análise da conjuntura francesa a partir da eleição de Luís Bonaparte, em dezembro de 1848, que reprimiu tanto os setores dominantes descontentes como o proletariado, suprimindo, em 1850, o sufrágio universal. Em 1852, por meio de um golpe, Luís Bonaparte intitula-se Imperador Napoleão III. É nesse contexto que Marx produz o *18 Brumário*, analisando o processo do golpe e buscando compreender “como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói” (MARX, 2002b, p. 14). Além disso, nessa obra, demonstra a fragilidade de Luis Bonaparte de colocar-se na condição do tio, o Bonaparte original: “Hegel observa em

uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2002b, p. 21).

Mesmo que a Revolução Francesa tivesse colocado em movimento relações sociais que estavam em pleno desenvolvimento, Marx, por meio de seu método, procurou demonstrar como um período de transição contém, ao mesmo tempo, elementos da velha e da nova ordem social, como os interesses das diversas frações de classes assumiam contornos variados, identificando Luís Bonaparte como expressão dos interesses de classe dos camponeses conservadores, daqueles que pretendiam ampliar suas propriedades e seus ganhos, classe numericamente expressiva, classe que no isolamento de seus interesses não se permitia atuar como classe, transferindo, assim, para um ser superior a defesa de seus interesses. Foi nessa condição que ele foi eleito e que administrou os interesses das diversas classes sociais, com a importante ressalva de que, com o apoio dos setores da alta burguesia, ajustou a forma política de governo aos seus interesses econômicos. O 18 Brumário (MARX, 2002b) adquiriu importância por apontar, segundo Otávio Ianni, na Apresentação dessa obra,



[...] algumas das principais contribuições do pensamento dialético. Aí está paliçada a teoria da luta de classes, bem como a concepção marxista de Estado. Explica-se a maneira pela qual o exército se envolve na política e quais são os sentidos da 'politização' dos militares. No confronto entre diferentes concepções sobre a organização política da sociedade, verificamos como se manifestam os ideais da socialdemocracia.

Ao mesmo tempo, ficamos conhecendo a maneira pela qual a atividade dos homens, tomados individualmente e em grupo, assume significação coletiva e histórica. Ou melhor, de como as classes sociais e suas facções se apresentam nos acontecimentos, esclarecendo os seus sentidos ou incutindo-lhes novas direções. Nessa linha de reflexão, verificamos como se dá a formação da consciência, em especial como a consciência de classe e a consciência social individual conjugam-se e desencontram-se na produção dos acontecimentos. Além disso, verificamos a maneira pela

qual o Estado aparece representando a 'vontade geral' e em que medida ele exprime os interesses da classe dominante. O 'bonapartismo', de que falavam os políticos e cientistas sociais modernos, é um desenvolvimento da interpretação formulada nessa obra.

Em suma, em *O 18 Brumário* podemos acompanhar as maneiras segundo as quais se dão os encadeamentos entre as diversas esferas da existência coletiva. Em particular, conhecemos as diferentes conexões recíprocas entre o econômico e o político. Observamos, com precisão, as maneiras pelas quais ocorrem as transições de modo de produção às relações de produção e às ideologias. Em outras palavras, nesta obra o pensamento dialético revela-nos a maneira pela qual se dá a produção da história, como dialética do real. (IANNI apud MARX, 2002b, p. 12)

Cabe destacar também a capacidade de Marx, nessa obra, de captar o movimento da realidade, ou nas palavras de Ianni, a "dialética do real" de forma precisa. Suas previsões conjunturais, realizadas no início de 1852, confirmaram-se no final desse mesmo ano, como atesta ele próprio no Prefácio à segunda edição de 1869: "A frase final: 'Mas quando o manto imperial cair sobre os ombros de Luis Bonaparte a estátua de bronze de Napoleão ruirá do topo da Coluna Vendôme', já se converteu em realidade" (MARX, 2002b, p. 14). Lembrando que, no período em que Marx escreveu a obra, ainda vigia o regime republicano, com Luis Bonaparte como presidente eleito. O golpe dado em 1851, com a dissolução da Assembleia Legislativa, completou-se meses depois, no final de 1852, com a autoproclamação de Luis Bonaparte como Napoleão III.

Nesse mesmo período, na década de 1850, anos de profundas dificuldades econômicas para Marx, iniciaram seus estudos sobre a economia política na direção de produzir sua obra-prima, *o Capital*. É nesse sentido que podemos afirmar que o teórico alemão apresenta sua concepção de História de forma mais desenvolvida, na medida em que inverte as concepções positivistas que buscavam analisar o desenvolvimento capitalista a partir de um processo evolutivo das sociedades mais primitivas para as mais complexas. O que Marx propõe é compreender profundamente a sociedade capitalista para que as sociedades anteriores sejam adequadamente entendidas. A

forma atual, afirmou Marx, contém o desenvolvimento de todas as formas anteriores.



A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mas diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. (MARX, 2008, p. 264)



Refleta

Há um aspecto interessante e que merece reflexão na inversão que Marx faz acerca de sua concepção de história que o historiador inglês Eric J. Hobsbawm chama a atenção: “[...] que o passado não pode ser entendido exclusiva e primordialmente em seus próprios termos: não só porque ele é parte de um processo histórico, mas também porque somente esse processo histórico nos capacitou a analisar e compreender coisas relativas a esse processo e ao passado” (HOBSBAWM, 1998, p. 173).

Como você aplicaria esse princípio em seus estudos? Como diferencia do método dos historicistas?

É a compreensão da complexidade da sociedade capitalista que permite ver suas particularidades históricas. Dentre elas, que o seu desenvolvimento material possibilitaria, pela primeira vez na história da humanidade, que as satisfações materiais de toda a humanidade fossem satisfeitas, tamanha a quantidade de riqueza produzida. Acontece que essa riqueza, produzida socialmente, tinha como

tendência sua apropriação cada vez mais privada e centralizada, produzindo uma das contradições do capitalismo. Essa contradição só poderia ser resolvida com a correspondência entre produção social e a apropriação social da riqueza, que o capitalismo não permitia, mas que uma sociedade de livres produtores associados, o comunismo, permitiria.

O próprio desenvolvimento material do capitalismo colocou como possibilidade objetiva a existência de uma sociedade em que a abundância da riqueza pudesse satisfazer as necessidades humanas, mas suas relações sociais de produção, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, em que uma classe trabalhadora e produtora da riqueza social estava subjugada e explorada pelos detentos privados dos meios de produção, impedia essa distribuição social. Além disso, a burguesia, não permitiria níveis avançados de distribuição de riqueza, muito menos um processo de socialização da riqueza, aumentando o grau de violência contra os seus defensores. Nesse sentido, o Estado, para Marx, expressava os interesses da classe dominante, impedindo o avanço de novas relações sociais de produção. Portanto, a dimensão econômica necessitava de uma dimensão política, ou seja, não bastavam as condições materiais para a construção de uma transição socialista, mas havia a necessidade da ação política da classe trabalhadora no sentido de produzir essa transformação. As ações do campo econômico, como reivindicações de salários e melhores condições de trabalho, como também as reivindicações políticas por direitos, eram necessárias, mas insuficientes para alterar realmente as condições de vida da classe trabalhadora, sendo necessário um processo revolucionário, compreendido em duas dimensões: uma política e outra social. A primeira diz respeito ao processo de tomada do poder, e a segunda por um longo processo histórico de transição (o socialismo) para a sociedade comunista.

Vale ressaltar que Marx pouco desenvolveu esse processo de transição, tendo nas gerações marxistas posteriores um desenvolvimento teórico mais detalhado, como foi o caso de Vladimir Ilyich Ulyanov (1870-1924) – **Lênin** –, por exemplo, assim como vivenciaram as primeiras tentativas de construção de uma nova ordem social, como foi a partir da Revolução Russa de 1917.

Outra consideração importante é que somente a partir dos anos 1930 que importantes obras de Marx foram publicadas pela primeira vez, como a *Ideologia Alemã* e os *Manuscritos Econômicos-*

filosóficos, textos em que elementos da subjetividade humana, da consciência, da ideologia e da alienação estavam explicitados em suas reflexões. Toda uma importante geração marxista não conheceu esse material, por exemplo, Lenin, **Rosa Luxemburgo**, Gramsci, entre outros. Esses textos inéditos reabriram uma variedade de debates entre os marxistas, possibilitando aos historiadores dessa tradição um importante material.

A História e a Política vistas de “baixo”

No século XIX, influenciada pelo positivismo, a História Política desenvolveu-se como uma importante modalidade da História, vista como produto dos grandes homens, por grandes feitos, como uma sucessão de fatos políticos encadeados em um processo evolucionista. As contribuições de Marx e Engels, assim como das demais gerações marxistas, serviram para a construção de outra perspectiva historiográfica, em que os reais produtores da história eram aqueles responsáveis pela produção social da riqueza, os setores oprimidos e explorados. Evidentemente, o marxismo não pode ser compreendido de forma homogênea, suas distintas tradições não ficaram imunes à influência de outras perspectivas. Mas, em várias correntes historiográficas, o marxismo e a Escola de Annales foram as principais referências iniciais, como atesta Barros:



No seio do materialismo histórico, a preocupação com a História Social da Cultura tem tido muitos desdobramentos. A escola inglesa do marxismo - com autores como Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill — especializou-se por exemplo em uma triplíce articulação entre a História Cultural, a História Social e a História Política. Seus trabalhos remontam à década de 1960. A renovação dos estudos culturais trazida pela escola inglesa tem sido fundamental para repensar o materialismo histórico – particularmente para flexibilizar o já desgastado esquema de uma sociedade que seria vista a partir de uma cisão entre infraestrutura e superestrutura. Com os marxistas da escola inglesa, o mundo da cultura passa a ser examinado como parte integrante do 'modo de produção', e não como um mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade. (2003, p. 148-149)

Essa cisão entre estrutura e superestrutura que Barros (2003) aborda foi resultado de um marxismo mecanicista que abandonou a dimensão dialética em suas análises, compreendendo os fatores políticos, jurídicos e ideológicos como meros reflexos da economia, quando, na verdade, Marx estabelecia a inter-relação entre esses fatores. Barros também destaca que Georg **Lukács** (1885-1971) e Antonio **Gramsci** (1891-1937), importantes teóricos e militantes marxistas, deram importantes contribuições nesse sentido, abrindo esse campo para o materialismo histórico, assim como a **Escola de Frankfurt**, que buscou aliar uma determinada perspectiva marxista com a psicanálise.

É também nesse contexto que podemos situar a **New Left Review**, fundada no final dos anos de 1950, importante revista de uma nova esquerda que surgia na Inglaterra, mas não só, e que buscava construir uma perspectiva socialista distinta tanto do stalinismo quanto da socialdemocracia e do trabalhismo. Esse foi o primeiro grupo que se somou à revista. O segundo grupo originou-se no interior do Partido Comunista, mais especificamente da crise gerada pela invasão soviética à Hungria, em 1956. Tratava-se de um grupo de historiadores e teóricos marxistas ingleses, como Edward **Thompson**, John Saville, Rodney Hilton, Christopher **Hill**, Victor Kiernan, Eric **Hobsbawm**, Perry **Anderson** e Stuart **Hall**, sendo que grande parte deles rompeu com o partido. Esses dois agrupamentos formaram a maioria dos membros da revista, que funcionou como espaço de debates políticos e teóricos de uma parcela da esquerda inglesa, tendo também como preocupação o debate cultural, que aparecia como elemento fundamental para as reflexões socialistas. Além disso, outros temas foram redefinidos ou inseridos no debate, como a necessidade de compreender a dimensão política de forma mais ampla, o “socialismo humanista”, a questão do “Terceiro Mundo”, a questão da paz e do desarmamento, a comunicação, a cultura popular, entre outros. Os responsáveis pela revista, logo após a fundação, criaram um espaço cultural, o *Partisan Café*, que se tornou uma referência importante para a esquerda londrina e inglesa, estabelecendo relações com várias organizações políticas e sociais.

De acordo com Barros (2003), **Thompson** (1924-1993), historiador marxista inglês, entendia o campo da cultura como parte da inter-relação entre os fatores objetivos e subjetivos. Na analogia entre estrutura econômica e superestrutura, Thompson defendia que a primeira deveria ser compreendida também como espaço de

produção cultural, historicamente construída, na medida em que a produção econômica também expressa culturalmente as maneiras de ser dos indivíduos, ou seja, advoga a incorporação da cultura aos aspectos materiais, conforme atesta o autor:



Uma divisão arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma ideia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar respeito a uma divisão assim. (THOMPSON, 2001a, p. 254-255)

O historiador inglês resgata as reflexões de Marx acerca da relação entre a determinação do ser social sobre a consciência social para defender uma perspectiva materialista de cultura, contrapondo-se ao culturalismo que via na esfera cultural uma autonomia em relação aos demais complexos sociais, particularmente ao econômico. Nesse sentido, a cultura estava diretamente relacionada à materialidade da vida e às condições de classe dos indivíduos. Se um marxismo mecanicista havia separado as esferas econômicas e superestruturais (política, jurídica, cultural), Thompson resgata no próprio Marx a inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento e das esferas sociais, demonstrando que o recurso à analogia entre estrutura econômica e superestrutura foi um recurso metodológico para uma melhor compreensão da relação entre as partes e o todo. Em relação ao conceito de classe social, Thompson apresenta uma importante contribuição para o debate entre os marxistas, levando em consideração que Marx, ainda que tenha o conceito como uma referência central para a sua perspectiva histórica, não desenvolveu uma teoria mais acabada sobre classes sociais. Nesse sentido, as reflexões do historiador inglês tiveram destaque. Em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), ele afirma o seguinte:



A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se

opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempo e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p. 10)

De uma forma diferenciada, Thompson retoma as reflexões de Marx sobre as distinções de classe em si e classe para si, refletindo sobre o papel da experiência e da vivência dos indivíduos em ambientes culturais comuns como formas de construção de uma identidade de classe, que não está dada somente por sua posição no processo produtivo, mas também por condições subjetivas e culturais.

Suas obras, como *Formação da Classe Operária Inglesa* (1960) e *Folclore, Antropologia e História Social*, artigo publicado na obra *A Peculiaridade dos Ingleses* (2001), por exemplo, articularam a dimensão universal com a particularidade, ou seja, o cotidiano dos setores subalternos como expressão de um movimento geral, sendo, com isso, considerado um dos pioneiros da denominada “história vista de baixo”.

Para Thompson, a classe social deve ser compreendida no movimento histórico e no contexto específico de cada formação social, em um processo de contradições que permeiam as consciências dos indivíduos em suas vivências cotidianas de conflitos e lutas, ainda que não sejam totalmente compreendidas conscientemente.



Assimile

A questão que merece destaque tanto na perspectiva de Marx como nas demais gerações marxistas aqui analisadas é a importância da historicidade dos processos sociais, ou seja, compreender a história como movimento contínuo e contraditório, rompendo com as visões

naturalizantes de história, o que permitiu, no ponto de vista político, que as classes subalternas compreendessem seus papéis nos processos de transformação social.



Pesquise mais

Para uma compreensão das reflexões de E. P. Thompson, o texto de Ricardo Gaspar Müller - *Revisitando E. P. Thompson e a "Miséria da teoria"* –, que resgata as críticas do historiador inglês L. Althusser, dará uma dimensão de suas perspectivas teóricas. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=72>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Sem medo de errar

O materialismo histórico e dialético construiu uma concepção de história que permitiu compreender os processos de transformações de uma sociedade em outra baseada nas contradições entre as relações sociais de produção predominantes e o desenvolvimento de novas forças produtivas que, em choque, poderiam provocar a necessidade de resolução dos conflitos na construção de novas formações sociais, também carregadas de contradições próprias. Assim foi a passagem do feudalismo para o capitalismo, que, por sua vez, também colocou em movimento novas forças produtivas – a produção social da classe trabalhadora assalariada – que estavam em contradição com as relações sociais capitalistas, as quais se apropriavam cada vez mais da riqueza social de forma privada e concentrada, ameaçando a própria existência da humanidade. Para Marx, essa contradição só seria revolvida por uma dinâmica política, ou seja, o rompimento dessas relações sociais de produção e distribuição de riqueza por outra, que eliminasse a apropriação privada por uma apropriação social da riqueza.

O capitalismo produziu as condições objetivas desse processo: a enorme produção de riqueza suficiente para produzir abundância material a toda humanidade. Mas as condições subjetivas desse processo dependeriam daqueles que produzem socialmente essa riqueza em transformarem as condições materiais. Marx apontou que a classe trabalhadora assalariada, por sua posição

estratégica no processo de produção de riqueza, seria única classe com motivações para essa transformação, mas isso não era algo dado mecanicamente, seria necessário um processo de auto-organização por meio de lutas que combinassem os interesses econômicos imediatos com um projeto político histórico de construção de uma nova sociedade. O próprio desenvolvimento capitalista criou as condições objetivas para isso, segundo Marx, mas as condições subjetivas, ou seja, a vontade política, dependeria de outras condições históricas, que não estariam dadas a priori, seriam condições excepcionais, momentos históricos particulares, facilitados ou dificultados pelo desenvolvimento capitalista e pelas formas de dominação da burguesia. Por isso, para Marx e para várias gerações marxistas, compreender as particularidades históricas de cada formação social era fundamental para as possibilidades de transformação social.

Faça valer a pena

1. Para a transformação da realidade, Marx e Engels apontaram a importância da centralidade da luta política por meio de uma profunda análise da realidade, buscando compreender a gênese, o desenvolvimento e as contradições do capitalismo para que a articulação da luta econômica e política iniciasse a superação da sociedade capitalista.

Assinale a alternativa correta para o método desenvolvido por Marx e Engels.

- a) O Empirismo.
- b) O Racionalismo.
- c) O Idealismo.
- d) O materialismo histórico e dialético.
- e) A fenomenologia existencialista.

2. Para Marx, a sociedade capitalista, sendo a mais desenvolvida materialmente, contém, portanto, maior complexidade categorial. É a compreensão dessa complexidade que permite ver suas particularidades históricas. Dentre elas, que o seu desenvolvimento material possibilitaria, pela primeira vez na história da humanidade, que as satisfações materiais de toda a humanidade fossem satisfeitas, tamanha a quantidade de riqueza produzida. Acontece que essa riqueza, produzida socialmente, tinha

como tendência sua apropriação cada vez mais privada e centralizada, produzindo uma das contradições do capitalismo.

Para Marx, essa contradição só poderia ser resolvida com:

- a) A correspondência entre a produção social e a apropriação privada da riqueza, que o comunismo não permitia, mas que uma sociedade de livres produtores privados, o capitalismo, permitiria.
- b) A correspondência entre as necessidades diferenciadas entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, em que cada classe social assumiria suas tarefas na ordem social.
- c) A correspondência entre uma vida material básica, sem conforto material, e as limitações do processo produtivo mundial.
- d) A correspondência entre a produção social e a apropriação privada da riqueza, tendo o Estado como mediador da justiça social.
- e) A correspondência entre produção social e a apropriação social da riqueza, que o capitalismo não permitia, mas que uma sociedade de livres produtores associados, o comunismo, permitiria.

3. Edward Palmer Thompson (1924-1993) resgata as reflexões de Marx acerca da relação entre a determinação do ser social sobre a consciência social para defender uma perspectiva materialista de cultura, contrapondo-se ao culturalismo, que via na esfera cultural uma autonomia em relação aos demais complexos sociais, particularmente ao econômico.

Para E. P. Thompson, é correto afirmar que:

- a) A cultura estava diretamente relacionada com a materialidade da vida e às condições subjetivas de classe dos indivíduos em suas vivências cotidianas.
- b) A cultura estava diretamente relacionada à materialidade da vida, sendo um reflexo da base econômica.
- c) A cultura possuía completa autonomia da esfera econômica, sendo compreendida exclusivamente por suas características subjetivas.
- d) A cultura estava diretamente relacionada com a determinação biológica, ou seja, com as características herdadas pelos indivíduos de seus familiares.
- e) A cultura estava diretamente relacionada à determinação geográfica, ou seja, ao ambiente natural dos indivíduos.

Seção 2.3

História e Política: da perspectiva de totalidade à micro-história

Diálogo aberto

Você encontrou, nas seções anteriores, um panorama da produção historiográfica iniciado com a História Política, marcada pelo positivismo e pelas primeiras gerações dos historicistas, em que o nacionalismo conduziu a uma determinada compreensão da História marcada pelos grandes feitos de grandes homens, pela narrativa cronológica e linear, pelo documento como elemento primordial do historiador e as consequências para a esfera política “vista de cima”. Com o surgimento das perspectivas marxistas, os setores oprimidos, mais especificamente as classes produtoras de riqueza, tiveram uma dimensão histórica diferenciada, como produtores da história, o que não acontecia com a história tradicional.

A partir do início do século XX, com as perspectivas do movimento dos Annales, tanto a História Tradicional como o Historicismo foram duramente criticados pelos novos historiadores franceses, abrindo caminho para um processo interdisciplinar e de variações temáticas “vistas de baixo”. A perspectiva de totalidade, em que a História poderia estudar todos os aspectos da humanidade, ganhou uma importante dimensão com os Annales, fundamentalmente em suas duas primeiras gerações. No final da década de 1960, a terceira geração dos Annales, assim como Foucault, promoveram um giro em direção ao particular, à valorização do microespaço, da micro-história, do eventual, do fragmentário que, segundo eles, uma história mais abrangente não era capaz de captar.

Essas perspectivas historiográficas podem ser compreendidas no contexto político, econômico e social do desenvolvimento histórico do capitalismo no século XX. Nesse sentido, imagine que você assumiu a tarefa de organizar uma apresentação para um grupo de estudos de professores que participa de um programa de formação continuada, tendo a tarefa de debater questões historiográficas da atualidade por meio das seguintes questões: de que forma

podemos compreender o movimento da produção historiográfica da perspectiva de totalidade em direção à micro-história? Quais elementos conjunturais permitem explicar esse processo, ou seja, a crítica da totalidade e a valorização do particular? Qual é a relação entre a dimensão historiográfica e a política?

Para buscar as respostas dessas questões, nesta seção, você encontrará um panorama histórico do surgimento do movimento dos Annales até a sua terceira geração, o debate acerca da História Política e das novas modalidades de História, as mudanças de perspectivas no interior do movimento. Além disso, também encontrará, em um diálogo com as preocupações centrais da terceira geração dos Annales, as reflexões de Michel Foucault, que, na crítica à totalidade, focará suas análises nas relações de poder enraizadas nas microestruturas sociais.

Bons estudos!

Faça valer a pena

O contexto do surgimento de uma nova perspectiva historiográfica, o movimento dos Annales, vincula-se à crítica sobre a História Política e às suas narrativas sobre grandes feitos, grandes homens, que seriam responsáveis pela produção da história. **Marc Bloch** (1886-1944) e **Lucien Febvre** (1878-1956) criticaram essa perspectiva tradicional, buscando uma visão mais ampla e totalizante dos processos históricos, defendendo uma “Nova História” contra a “Velha História”, tendo como preocupação política central “dar voz” aos setores oprimidos. A produção teórica marxiana, o historicismo, a produção inicial dos Annales e dos historiadores ingleses reunidos na *New Left Review* permitiram o surgimento de variadas modalidades da História.

A peculiaridade dos Annales surgiu com a produção da revista Annales, em 1929, com os historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, e que também teve em seu núcleo central Fernand **Braudel**. Georg **Duby**, Jacques **Le Goff**, Emmanuel **Le Roy Ladurie**, entre outros, estavam em sua busca pela proximidade com outras ciências, em sua inovação temática, na construção de uma histórica-problema, a história de todas as atividades humanas, e não só a política. Outra questão importante é não tratar os Annales de forma

homogênea, como uma escola no sentido clássico, mas como um movimento marcado por três fases, segundo Burke (1991): a primeira, entre 1920 e 1945, momento de combate à história tradicional; a segunda, após a Segunda Guerra Mundial, momento que mais se aproxima de uma “escola”, fortemente influenciada pela presença de Fernand Braudel; a terceira, após 1968, marcada pela fragmentação. Evidentemente, há muita polêmica entre os estudiosos sobre a correta periodização desse movimento (ou Escola), suas características e até mesmo suas particularidades. De qualquer forma, é inegável que os Annales trouxeram uma importante contribuição historiográfica.

É nesse momento da terceira geração que **Michel Foucault** (1926-1984) tem uma proximidade com a Escola de Annales em função de seus interesses históricos. Em sentido oposto à perspectiva de “História Total” das primeiras gerações dos Annales, Foucault buscará o caminho do particular, da singularidade, das microrrelações.

Cada uma dessas perspectivas historiográficas tem as suas dimensões políticas, ou seja, refletem e produzem projetos societários diferenciados na medida em que possuem determinadas compreensões de mundo, explicam de variadas maneiras o seu funcionamento e suas possibilidades de transformações.

História e Política: da totalidade à micro-história

A História Política, adequada ao clima nacionalista de afirmação identitária das nações no século XIX, deparou-se com o imperialismo e com a barbárie da Primeira Guerra Mundial, provocando contestações no campo historiográfico por diversos setores, entre eles os precursores da Escola de Annales. É nesse contexto também que emergem novas ciências sociais, como a sociologia, a antropologia, a demografia, a linguística, a psicologia, a geografia humana e as diversas modalidades de história. As crises do capitalismo exigiam também estudos no campo social e econômico. É nesse sentido que a interdisciplinaridade ganhava importância para Lucien Febvre e Marc Bloch, marcando a identidade dos Annales.

A crítica ao positivismo e ao historicismo mais conservador, por parte dos novos historiadores, dirigiu-se contra a ideia de que a história poderia ser reconstituída a partir de uma análise puramente objetiva dos documentos históricos, como um dado a ser

desvendado por procedimentos técnicos próprios ao historiador, que, por meio de um ordenamento cronológico, os fatos históricos seriam reconstituídos em uma exposição linear. Contrapondo-se a isso, a Escola de Annales, com seus precursores, defendeu a ideia de “História-Problema”, que tinha por objetivo “[...] um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da História por ela liberados, todo fato histórico passa a ser conseqüentemente uma construção do historiador” (BARROS, 2010, p. 93). A história poderia ser reconstruída e não mais reconstituída.

Essa nova abordagem apontou para além da esfera política, abrangendo as esferas social e econômica aos modos de pensar e agir, aos movimentos populacionais, entre outros.



Um célebre dito de Karl Marx, que afirmara que ‘tudo é história’ – no sentido de que nada escapava ao movimento da História – era agora reapropriado pelos Annales para significar que tudo era legítimo de ser estudado pelo historiador, e não apenas aquele pequeno setor da dimensão política de uma sociedade que correspondia à História da Política tradicional, da guerra, da diplomacia e das elites políticas, universo ao qual praticamente se restringira o historicismo mais tradicional. ‘Tudo é história’ passava a ser, a partir de então, um dos sentidos possíveis para a expressão História Total (a ‘história de tudo’, em uma de suas aberturas de significado; a ‘história do todo’, na sua acepção holística). (BARROS, 2010, p. 94)

Assim como no materialismo histórico, essa compreensão historiográfica dos Annales permitiu que os sujeitos históricos reais – os homens comuns – fossem vistos como produtores da história, e não apenas as elites e instituições políticas, como o positivismo e o historicismo defendiam. Outro elemento importante para compreender a dimensão política da historiografia dos Annales, em suas duas primeiras gerações, é sua dimensão de “Longa Duração”, em que as transformações históricas estavam relacionadas às permanências, ou dito de outro modo, que as mudanças seriam compreendidas em um longo processo histórico, no qual a estrutura social continha, em seu interior, mudanças conjunturais (os eventos), estas possuindo repetições, ciclos. As mudanças estruturais seriam

mais lentas, enquanto que as mudanças em seu interior seriam de outra ordem, portanto, a história era vista com temporalidades distintas. As estruturas sociais possuem características distintas, o que permite perceber as mudanças de maior profundidade, a distinção entre passado e presente, as distinções de menor profundidade histórica nas mudanças conjunturais, o que também lhes permitiam fugir do anacronismo histórico. É dessa forma que o passado é articulado ao presente, tendo a História-Problema como elo de ligação e de reconstrução do passado, permitindo ao historiador compreender melhor o tempo vivido.

Aqui também há uma variação de posições no interior do movimento dos Annales para compreender os processos de transformações sociais ou de suas manutenções: desde os que afirmaram a força da estrutura social sobre os eventos (Bloch), que quase desaparecem, passando pela defesa do evento ou da singularidade histórica como ponto de partida (Febvre) para a compreensão do todo, como também aqueles, como Braudel, que defenderam uma relação dialética entre eventos e estrutura.

Lucien Febvre, com suas obras biográficas sobre Philippe II, Lutero e Rebelais, buscava compreender como as mentalidades de figuras singulares estavam inseridas em uma estrutura social, política e econômica correspondente. Nesse sentido, as mentalidades estavam marcadas por determinadas condições históricas ou pela mentalidade da época. Marc Bloch, trilhando um caminho parecido, buscou, em *Os Reis Taumaturgos* (1924), não só a constituição de uma História Comparada de dinastias reais inglesas e francesas, mas uma análise de como as relações de poder se expressavam na crença popular de um poder milagroso dos reis. Na obra *A Sociedade Feudal* (1939), o autor apresenta sua perspectiva de História Total, em que as variadas dimensões da vida social, econômica, política e cultural são analisadas por meio de uma perspectiva da coesão social, que demonstra influência de Durkheim.

É com Fernand Braudel que os Annales adquirem uma perspectiva de paradigma, consolidam-se institucionalmente, fundando a *École des Hautes Études*. Os principais debates críticos de Braudel dirigiram-se contra as análises que supervalorizam os eventos, como foi o caso de Gurvitch com sua microsociologia, assim como seu polo oposto, o estruturalismo de Lévi-Strauss, buscando,

por meio de uma análise de Longa Duração, uma relação dialética entre o evento e a estrutura, ou a “dialética das durações”, designada por José Carlos Reis (1994), conforme afirma Barros (2010, p. 14). Braudel busca articular as variadas temporalidades do evento, da conjuntura e da estrutura, analisando cada uma delas (a curta, a média e a longa duração) em seu próprio movimento, articulando-as em uma totalidade. Foi dessa forma que produziu sua obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II* (1949).

A terceira geração dos Annales rompe com a perspectiva de “História Total”, o que permitiu um grande debate sobre o movimento, se houve ou não uma descontinuidade com os paradigmas originais. O ano de 1968, que marcou essa passagem, era de efervescência política pelo mundo afora e da fragmentação de movimentos sociais com suas particularidades e identidades. No campo historiográfico, houve uma retomada dos temas políticos, da narrativa, da valorização das biografias, sob novas perspectivas. Além disso, o movimento mais importante foi no sentido do particular, da singularidade, aquilo que as análises macroestruturais não teriam capacidade de análise, da micro-história, como foi posteriormente denominada.



O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser, desta maneira, o espaço microrrecortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar. Se ele elabora a biografia ou a “história de vida” de um indivíduo (e frequentemente escolherá um indivíduo anônimo) o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame microlocalizado desta vida. (BARROS, 2011, [s.p.])

Na micro-história também há importantes variações. Tanto aquelas que buscam, no particular, elementos de compreensão e de relação com o geral e universal como aquelas perspectivas que, na crítica ao universalismo, buscam a singularidade como fator histórico fundamental.

É nesse momento histórico que, em variadas áreas do conhecimento, as metanarrativas começam a ser questionadas, até mesmo a possibilidade da verdade histórica, ainda que relativa, ou dito de outro modo, do conhecimento histórico objetivo. A realidade passa a ser tratada como um discurso, não havendo “[...] nenhuma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que sentimos ser verdadeiro, então minha própria construção da realidade é tão boa quanto a sua ou a de outrem, pois ‘o discurso é o produtor desse mundo, não o espelho’” (HOBSBAWM, 1998, p. 286). O relativismo retoma sua força levando suas perspectivas ao extremo. Esse movimento ficou conhecido como “pós-modernidade”, que também influenciou a historiografia e o movimento de Annales.

A terceira geração do Annales estava envolvida nesse contexto histórico e iniciou uma produção distinta das gerações anteriores, valorizando uma perspectiva fragmentada do conhecimento histórico, questionando as perspectivas totalizantes, mas mantendo a perspectiva interdisciplinar, característica de unidade das três gerações. A Antropologia, nessa nova fase, ganhou destaque e dinamizou as modalidades de História Cultural, História das Mentalidades e Nova História Política. Esse novo momento, o qual Hobsbawm (1998) denominou como crise, em função da diversidade metodológica e temática, estava inserido em um contexto político mais amplo, da Guerra Fria, de combate não só às teses marxistas, mas também às teorias que buscavam uma compreensão mais ampla da estrutura social capitalista. Para aqueles que pretendiam transformar a realidade e compreender os mecanismos de funcionamento da sociedade burguesa, era um elemento fundamental para as possibilidades de transformações.

As teses pós-modernas adquiriam variadas conotações políticas, desde aquelas que negavam uma ordem social que tivesse alguma coerência lógica, resgatando as antigas teorias irracionistas de que a realidade é incompreensível e caótica, e nesse sentido impossível de compreender um desenvolvimento histórico próprio, tendo, por exemplo, Daniel Bell (1919-2011) como expoente importante de uma perspectiva pós-moderna conservadora, como aquelas teses, mais críticas, as quais, partindo dos mesmos pressupostos da impossibilidade de compreensão da totalidade social, afirmam que é no microespaço que a resistência, diante de uma sociedade opressora, se dá, como atestam, por exemplo, Boaventura de Souza Santos (1940-) e Zygmunt Bauman (1925-2017).

Esse é ambiente da terceira geração dos Annales e de Michel Foucault, em que as metanarrativas e a razão iluminista são questionadas. Esse ambiente geral não implicou, necessariamente, da filiação automática de historiadores da micro-história e de Foucault ao pós-modernismo. Foucault, vindo de uma influência inicial do estruturalismo, ficaria melhor alocado nas denominadas teorias pós-estruturalistas. O que destacamos aqui é um clima político e teórico de crítica às metanarrativas, que convergem variadas tradições. Há também muita polêmica a respeito da construção de uma teoria da história em Foucault. De qualquer forma, ele buscou suas referências no conceito de genealogia de Nietzsche, como ele próprio atesta: "O mais honesto teria sido, talvez, citar apenas o nome de Nietzsche, posto que o que aqui digo só tem sentido se o relacionarmos com sua obra que, em minha opinião, é o melhor, mais eficaz e atual dos modelos que temos à mão para levar ao cabo as investigações que proponho" (NIETZSCHE apud IASI, 2002, p. 146).

É isso que permite a Foucault a crítica às metanarrativas e a uma teleologia da história, alterando suas concepções estruturalistas iniciais em direção a uma concepção histórica "[...] do acaso, do acidental, do fortuito, da singularidade do acontecimento" (IASI, 2002, p. 147). Presentismo e relativismo estão conjugados em suas perspectivas. No primeiro caso, sob influência de Nietzsche, e no segundo compreendendo a realidade histórica como um discurso:



[...] interpretar é se apoderar, por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um novo jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpenetrações. (FOUCAULT, 1984, p. 26)

Para Foucault, não há possibilidade de um conhecimento histórico objetivo, já que as tentativas de construção disso representaram "[...] a história de um erro que tem o nome de verdade" (1984, p. 19). Assim também ele encara a questão do sujeito histórico portador da transformação social, contrapondo com a "morte do sujeito", ou seja, com uma crítica a um sujeito da história (sociedade, classes, o Homem) puramente abstrato, distante da realidade concreta do homem em seu cotidiano.



Nesse sentido, aqui, cabe um breve registro das diferenças entre Marx e Foucault em relação ao sujeito histórico, para exemplificar e compreender melhor as perspectivas de totalidade entre os dois teóricos.

Para Marx a ação concreta dos seres humanos no campo vivo, onde a causalidade e a dinâmica imprevisível das forças se expressam, produz e acumula no tempo formas e ordens definidas que não são nem aleatórias nem casuais, formações sociais e modos de produção que materializam interesses concretos de certas classes sociais que baseiam nessas formas históricas sua dominação. Nesse sentido, a alteração revolucionária da ordem existente só pode ser pensada na relação concreta entre as lutas históricas específicas e esta totalidade. (IASI, 2002, p. 160)

Enquanto que para Foucault:

[...] não existe esta totalidade, esta síntese que dá sentido e ordena as diferentes relações que materializam uma ordem dada. A ordem existe por meio e através das relações concretas que materializam no aqui e agora as formas de assujeitamento e de dominação. Não existira um jogo que perdemos entre os séculos XIV e XVIII para a burguesia, sofrendo hoje a dominação decorrente de nossa derrota passada. O jogo está em curso e o perdemos e conquistamos em vitórias ou derrotas a cada dia, a cada confronto. (IASI 2002, p, 160)

Foucault critica a ideia de um sujeito histórico portador de interesses universais na medida em que aponta para lutas e rupturas específicas, que são concretas, e não uma totalidade abstrata. Criticando os intelectuais marxistas, ele afirma que "O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem" (FOUCAULT, 1984, p. 71). Por que essa ação tradicional do intelectual não é mais

importante? Segundo o filósofo, as relações de poder estruturam-se desde baixo, sendo produzidas e reproduzidas em todas as esferas sociais, sem que haja uma totalidade que faça sentido, o que permite que os sujeitos concretos vivenciem diretamente essas relações de poder e, nesse sentido, expressem melhor a consciência desse processo do qualquer outro sujeito. As lutas, sem o caráter universal, adquirem características de resistências particulares, não há revolução social, mas “revoluções moleculares”. O “fim do sujeito”, para Foucault, não significa a inexistência de sujeitos, mas o fim de um sujeito único e abstrato, defendendo a existência de vários sujeitos particulares em suas lutas específicas, expressando uma realidade fragmentada.



Assimile

As dimensões de totalidade e de particularidade merecem especial atenção nos conteúdos desenvolvidos nesta seção. Esses conceitos devem ser compreendidos em cada momento histórico e por meio dos diversos teóricos apresentados. Exemplo disso é a perspectiva de totalidade, que adquire conteúdos diferenciados tanto entre os marxistas como entre os historiadores dos Annales. Um dos aspectos importantes dessa perspectiva é compreender que a relação entre o particular e o universal estabelece uma relação coerente e, ao mesmo tempo, contraditória. Isso significa dizer que há uma inter-relação entre as partes e que estas formam uma totalidade em movimento, portanto, contraditória. A totalidade não significa o conhecimento de todos os aspectos de uma determinada realidade, mas a compreensão das relações fundamentais entre as particularidades, principalmente aquelas que configuram contradições, e sua formação como universalidade. É essa relação que dá a dimensão de totalidade. Exemplo disso é a relação entre capital e trabalho, que permite, para as tradições marxistas, compreender uma das dinâmicas particulares que formam a totalidade do modo de produção capitalista.

Da mesma forma, a perspectiva da particularidade histórica deve ser analisada, tendo configurações tanto em sua relação ou inter-relação com a totalidade como por meio de sua autonomia, como pode ser visto em teóricos da terceira geração dos Annales e também em Foucault. Partindo do pressuposto de que a totalidade é uma impossibilidade para o conhecimento humano e que só conhecemos fragmentos dessa realidade, variadas perspectivas teóricas terão como foco a

particularidade e autonomia de cada complexo social – o político, o econômico, social – ou focalizarão ainda mais a possibilidade do conhecimento para a microparticularidade, para o fragmentário, como aspectos da realidade que não possuem, necessariamente, relação com outras particularidades ou com uma universalidade.



Pesquise mais

Para outra perspectiva de periodização da história do movimento dos Annales, segue um interessante texto de José D'Assunção Barros, *A Escola dos Annales – considerações sobre a História do Movimento*. Disponível em: <ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/953/588>. Acesso em: 8 nov. 2017.

No “Diálogo Aberto”, você encontrou uma situação imaginada para organizar uma apresentação para um grupo de estudos de professores para um programa de formação continuada, tendo a tarefa de debater questões historiográficas da atualidade por meio das seguintes questões: de que forma podemos compreender o movimento da produção historiográfica da perspectiva de totalidade em direção à micro-história? Quais elementos conjunturais permitem explicar esse processo, ou seja, a crítica da totalidade e a valorização do particular? Qual é a relação entre a dimensão historiográfica e a política? As reflexões sintetizadas a seguir podem ajudá-lo nessa tarefa.

O movimento que levou a historiografia no século XX da perspectiva de totalidade à micro-história deve ser compreendido por meio do contexto de desenvolvimento do capitalismo, de suas inovações tecnológicas, que, desde o século XIX, exigiu cada vez mais uma especialização do conhecimento, afetando variadas áreas. Além disso, as teorias sociais clássicas, como o marxismo, o positivismo e a sociologia compreensiva weberiana foram questionadas pelo movimento pós-moderno a partir do final dos anos 1960. Segundo esse movimento, as metanarrativas não tinham mais capacidade explicativa de uma nova realidade permeada pela fragmentação. Algumas dessas teorias que trabalhavam com a perspectiva de totalidade foram associadas a uma perspectiva política totalitária.

Esse conceito, surgido no contexto da Guerra Fria, buscou associar o marxismo e as experiências socialistas ao nazismo, com o objetivo de monopólio da defesa da democracia pelos países capitalistas. Nesse sentido, as teorias pós-modernas receberam um destaque importante nas acadêmicas pelo mundo afora. Se a realidade era fragmentada, não havia mais sentido para teorias abrangentes, o que remetia para a tentativa e compreensão do particular, do evento como um fragmento da realidade. As teorias pós-modernas surgiram de forma heterogênea. Seu sentido mais conservador apontava para a resignação, enquanto as perspectivas mais críticas apontavam para uma ação de resistência ao sistema no plano cotidiano.

Esse ambiente da pós-modernidade de alguma forma influenciou a Escola dos Annales em sua terceira geração, assim como Michel Foucault. A produção historiográfica refletia também o ambiente político geral e suas reflexões tinham consequências no plano político de transformação, de resistência ou conservação da ordem.

Faça valer a pena

1. No início do século XX, uma importante corrente historiográfica surgiu com críticas ao positivismo da História Tradicional e ao Historicismo, consideradas perspectivas que valorizavam uma História Política por meio das ações de grandes personagens históricas, de grandes feitos, de ações dos Estados.

Assinale a alternativa que indica corretamente essa perspectiva historiográfica.

- a) Escola de Chicago.
- b) Escola de Annales.
- c) Pós-modernismo.
- d) Escola de Viena.
- e) Estruturalismo.

2. A Escola de Annales foi marcada por diversos momentos em sua trajetória ao longo do século XX, tendo em Marc Bloch e Lucien Febvre suas principais referências em seu momento inicial, com características próprias que marcaram o surgimento de uma perspectiva historiográfica. Assinale a alternativa que indica corretamente as principais características da Escola de Annales em sua fase inicial.

- a) A perspectiva da totalidade e a interdisciplinaridade.
- b) A recusa da totalidade e a defesa de um campo específico do historiador.
- c) A perspectiva da totalidade e a defesa de um campo específico do historiador.
- d) A recusa da totalidade e a interdisciplinaridade.
- e) A perspectiva da totalidade e a defesa da História Tradicional.

3. Michel Foucault, importante filósofo de meados do século XX, resgatando as perspectivas históricas de Nietzsche, criticou as perspectivas de totalidade e de um sujeito histórico portador de uma universalidade, buscando desvelar a reprodução e produção das relações de poder em todos os espaços sociais.

Nesse sentido, é correto afirmar que, para Foucault:

- a) As lutas cotidianas apresentam características universais, unificadas por um partido representante da classe trabalhadora que produzirá transformações sociais.
- b) Não há nenhuma possibilidade de transformação social, e a tarefa dos intelectuais é se resignarem diante do niilismo.
- c) As lutas sociais imediatas devem se transformar em lutas políticas mais abrangentes, unificando as reivindicações econômicas com um projeto societário socialista.
- d) As lutas, sem o caráter universal, adquirem características de resistências particulares, não há revolução social, mas “revoluções moleculares”.
- e) As lutas cotidianas devem construir as condições de melhorias nas condições de vida e trabalho nos marcos da atual sociedade, já que um projeto de transformação social é impossível.

Referências

BARROS, José D'Assunção. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escritas**: Revista do Curso de História de Araguaína, v. 1, abr. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura na modernidade. Trad. C. F. Moises e A. M. L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

ELIEL, Leandro. Dermeval Saviani e a pedagogia histórico-crítica. **Revista Intellectus**, Jaguariúna: Unifaj. N°40 Vol. 1. 2017

FONTES, V. M. A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. In: MENDONÇA, S; MOTTA, M. (Orgs). **Nação e Poder**: as dimensões da História. Niterói: EdUFF, 1998.

GEARY, P. J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad. Juarez Guimarães e Suzane Felice Léwy. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROS, J. D. História Cultural – um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB), v. 11, n. 1/2, p. 145-171, dez. 2003.

BRECHT, B. **Histórias do Sr. Keuner**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KONDER, L. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MARX, K.. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I. 18. ed. Tradução de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.
- _____. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986a.
- _____. **A Guerra civil na França**: mensagem do Conselho Geral da Associação Geral dos Trabalhadores. São Paulo: Global, 1986b.
- _____. **Introducción general a la crítica de la economía política**. 24. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MULLER, R. Revisitando E. P. Thompson e a "Miséria da Teoria". **Diálogos**, v. 11, maio 2010. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?url=ois&page=article&op=view&path%5B%5D=72>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- NETTO, J. P. **Método em Marx**. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. 2002. Anotações pessoais.
- THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: _____. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001a.
- _____. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: _____. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001b.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 1).
- _____. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escritas**: Revista do Curso de História de Araguaína, [S.l.], v. 1, abr. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>>. Acesso em; 10 nov. 2017.

_____. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, UFGD, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010.

_____. **Micro-História**. 2011. Disponível em: <<http://escritasdahistoria.blogspot.com.br/2011/01/micro-historia.html>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura na modernidade. Trad. C. F. Moises e A. M. L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRECHT, B. **Histórias do Sr. Keuner**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2006.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

IASI, M. L. **O dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Editora Varamundo, 2002.

História econômica e o pensamento econômico moderno e contemporâneo

Convite ao estudo

Seja bem-vindo, caro aluno! Certamente você conhece a palavra economia, e já tomou inúmeras decisões econômicas, mesmo sem querer. Sabe por quê? Porque a economia está no nosso cotidiano, a vida toda convivemos com variáveis e fatos econômicos. Por exemplo, em nosso dia a dia recebemos salários, pagamos nossas contas, fazemos investimentos quando “sobra” uma parte do dinheiro ou fazemos um financiamento quando “falta”. Do mesmo modo, quando vamos escolher um candidato à Presidência da República, levamos em consideração suas propostas de governo que são voltadas para geração de empregos, políticas públicas de distribuição de renda, estabilidade de preços, entre outras.

Mas o que de fato é economia? A economia é uma ciência social, já que tem como objetivo alocar os recursos produtivos, também chamados de fatores de produção, escassos para a produção de bens e serviços de forma a satisfazer as necessidades ou desejos ilimitados da população. Neste sentido, ao longo dos séculos a economia e a história das nações estão diretamente relacionadas, já que teorias e escolas surgiram para explicar determinados fatos econômicos, sociais e políticos que ocorriam, e muitas vezes, propor mudanças para tais situações. Como, por exemplo, os mercantilistas que defendiam a acumulação de metais preciosos como fonte de riqueza das nações, oriunda das Grandes Navegações, ou ainda, os fisiocratas que não concordavam com esta ideia e afirmavam que a agricultura era a verdadeira fonte geradora da riqueza. Em economia considera-se normalmente a “Escola Clássica” do século XVIII como primeira teoria econômica formalizada, tendo como principais pensadores Adam Smith e

David Ricardo. No início do século XIX, com os rumos tomados pelo capitalismo – e, por outro lado, com os socialismos em ascensão –, outro importante autor tomou parte no debate: Karl Marx criticou as crises inerentes ao capitalismo e, ao fazê-lo, produziu uma teoria econômica e política que ficou conhecida como marxismo.

Como você percebeu, o pensamento econômico se apresenta de forma contínua: os fundadores de uma nova teoria partem das ideias dos predecessores para desenvolvê-las ou transformá-las. Assim, conforme cada pensamento econômico for aqui apresentado, procure refletir sobre o cenário histórico de cada conjunto de pensamentos e seus princípios elementares.

Para iniciar nossa reflexão sobre a história do pensamento econômico, teremos a ajuda de um cenário fictício, mas verossímil. O professor Paulo tem percebido que seus estudantes das aulas de História não se interessam por economia e consideram a temática demasiadamente complexa ou, nas palavras deles, “chata”. Não só os dados estatísticos trabalhados em sala, mas a história do pensamento econômico também costuma ser rejeitada pelos estudantes. Para alguns, a economia é vista como uma ciência exata e toda discussão sobre o assunto é vista como doutrinação de uma ou outra ideologia. Já para outros, apenas o lado propriamente histórico – e não as teorias e teses econômicas em si – despertam interesse.

Considerando esse complexo cenário, vamos acompanhar como o professor Paulo conseguiu, trabalhando seus conteúdos de História, despertar nos estudantes o interesse e o entendimento da importância da economia como área indispensável para a compreensão do passado e do presente.

Para responder aos alunos do professor Paulo, a unidade foi dividida em três seções. Na primeira conheceremos os primórdios da economia, e discutiremos a economia como objeto de estudo, a importância de estudar a história econômica, além das escolas mercantilistas e fisiocratas.

Na Seção 2, o início do pensamento econômico será apresentado por meio da Escola Clássica. E na terceira e última seção, Karl Marx e a ascensão do pensamento socialista serão discutidos. Preparado(a) para voltar aos primórdios do pensamento econômico?

Bons estudos!

Seção 3.1

Os primórdios da Economia

Diálogo aberto

Prezado aluno, nesta seção você conhecerá os primórdios da economia como a compreendemos hoje. Apesar de o senso comum afirmar que a economia é uma ciência exata que estuda as melhores maneiras de guardar dinheiro, você verá que esta não é a realidade. A economia vai muito além disso: ela se preocupa em encontrar formas de satisfazer as necessidades da população para gerar bem-estar social. Porém, para atingir seu objetivo principal, teorias econômicas são utilizadas, sendo que cada modelo e seus respectivos pressupostos procuram explicar um determinado cenário. Neste sentido, conhecer a história do pensamento econômico se torna importante.

Para que seja possível atingir nosso objetivo, teremos a ajuda do professor Paulo e seu grupo de estudantes. Logo na primeira aula, o professor Paulo explicou como a economia está presente na vida de todas as pessoas, e a importância do estudo da história do pensamento econômico. O tema em discussão inicialmente foram os mercantilistas e fisiocratas, que foram, para a economia, os primeiros que procuraram explicar o cenário histórico.

No entanto, um de seus alunos que dizia adorar economia, reclama que não conseguia entender os motivos pelos quais ele deveria ser obrigado a conhecer os pensadores econômicos e seu cenário histórico, já que queria trabalhar no mercado financeiro. Este aluno, em especial, sempre adorou matemática e nunca foi muito bom em história. O professor, muito paciente, procurou explicar os motivos da importância do estudo da história da economia para alguém que pretende ter sucesso no mercado financeiro. Quais argumentos utilizar para convencer o estudante da importância de conhecer a história do pensamento econômico?

Não pode faltar

Começaremos a estudar a história do pensamento econômico na época das Grandes Navegações, que tiveram início na Europa, mais exatamente a partir de Espanha e Portugal, no final do século XV e início do XVI. Este período foi delimitado, não porque as políticas econômicas europeias eram as únicas, pioneiras ou principais do mundo, e sim pelo fato da economia e suas teorias como conhecemos hoje, terem sido difundidas e desenvolvidas a partir de então.

A palavra economia vem de *oeconomicus*, que significa gerenciamento das questões domésticas. Segundo Stanley Brue (2013), ainda na Grécia antiga, Aristóteles (384-322 a.C.) distinguiu as artes e técnicas entre aquelas que seriam naturais – atividades como agricultura, pesca e caça, que produzem bens para as necessidades humanas – e não naturais, que envolvem a aquisição de bens acima das necessidades básicas da vida. Antes dele, seu mestre Platão (427-347 a.C.) já havia escrito sobre os benefícios da especialização humana – que hoje conhecemos como divisão do trabalho – dentro do que ele chamou de cidade-estado ideal. Estamos falando aqui, é claro, de uma determinada tradição de pensamento ocidental – isso não significa que em outras regiões do planeta diversos outros povos não tenham refletido sobre questões econômicas. Desde a Antiguidade, impérios como a China, a Pérsia, a Índia e os reinos árabes desenvolveram sofisticadas explicações para as questões relativas à produção de riquezas e sua distribuição. Mas, por conta do desenvolvimento e domínio da economia europeia sobre o restante do globo a partir do século XVIII, não apenas outras histórias e maneiras de pensar foram obliteradas: também se tornou essencial entender a genealogia do pensamento econômico europeu. Por isso costumamos abordar em economia uma linha do tempo “geral” que é, na verdade, profundamente eurocêntrica: citamos os gregos, em seguida a Europa Medieval, para falarmos depois das Grandes Navegações e, enfim, chegarmos nos teóricos da Escola Clássica em diante – excluindo, assim, a maior parte das ideias econômicas da história em todos os outros continentes. Como estudante de história, é importante que você consiga entender essa linha do tempo de maneira crítica e, ao mesmo tempo, saiba refletir sobre a sua importância.

Pensando exclusivamente nos termos da história ocidental, os séculos que precederam à Idade Moderna (1453–1789) foram

profundamente distintos daqueles que se seguiram. Na maior parte dos reinos europeus, apesar do crescimento do comércio desde a Baixa Idade Média, a maior parte dos bens era produzida para a subsistência. A moeda e o crédito não eram recorrentes no cotidiano da maioria da população – quase toda composta por camponeses, apesar do crescimento da burguesia. Além disso, os Estados nacionais soberanos e as economias nacionais não tinham se desenvolvido completamente, portanto, não havia a necessidade de políticas econômicas nacionais.

Entretanto, na Era Moderna os mercados e o comércio europeu se expandiram rapidamente e as grandes explorações geográficas foram resultados desse processo. Com isto, a economia deixou de ser autossuficiente e deu lugar à chamada economia monetária. Neste sentido, Brue (2013) afirma que os Estados Nacionais que apresentavam economia unificada tornaram-se forças dominantes. E foi neste contexto que as primeiras escolas do pensamento econômico surgiram. Uma era política, aos poucos, substituiu a era da filosofia moral em parte da Europa e nas novas terras conquistadas, principalmente nas Américas. Claro que esta “substituição” não ocorreu da noite para o dia e nem todos os aspectos sociais, políticos e econômicos antigos foram deixados de lado para dar lugar ao novo pensamento. Mas, de modo geral, podemos ver esse processo se consolidar gradualmente ao longo da Idade Moderna.



Refleta

Quais potências econômicas atuais podemos inferir que tiveram suas economias unificadas após 1500, quando os mercados e o comércio se expandiram? Houve alguma alteração nas forças dominantes?

Embora os pensadores da Grécia antiga e na Idade Média tenham explorado temas econômicos, como já discutimos, foi somente a partir do século XVII que a expressão **economia política** firmou-se. Foi somente com o desenvolvimento dos novos Estados-nações – como Espanha, Portugal, Inglaterra e França –, quando as questões econômicas se tornaram mais complexas, que a economia foi definida como o conhecimento focado na administração do Estado com o objetivo principal de fortalecê-lo. No século XVIII novas concepções surgiram, e a preocupação principal deixou de ser o fortalecimento do Estado e sim a riqueza das nações – e,

assim, o termo *economia política* caiu em desuso e dando lugar simplesmente à expressão *economia* (ROSSETTI, 2003).

Como já vimos, podemos definir economia como uma ciência social que trata do estudo da alocação dos **recursos produtivos escassos** na produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades ou desejos humanos. A expressão “recursos produtivos escassos” está em negrito, porque a economia existe em razão das necessidades humanas serem ilimitadas, fazendo com que os recursos sejam escassos. Assim, podemos afirmar que os problemas econômicos existem em função da escassez dos recursos. Como a economia sofre influência de distintas concepções político-ideológicas, muitas vezes conflitantes, você percebeu que não temos como formular uma definição abrangente para a economia. Então, cada corrente de pensamento econômico compreende a realidade sob óticas diferentes, e a partir daí, formula seus modelos.



Assimile

Como a economia estuda as melhores formas de satisfazer os desejos da população em uma situação na qual os recursos produtivos (mão de obra, capital e recursos naturais) são escassos, podemos afirmar que ela é uma ciência social, já que estuda a sociedade.

Agora que você conheceu um pouco da história e significados das origens da economia, podemos questionar: E por que é tão importante estudarmos a história do pensamento econômico? Para te responder, recorro novamente à obra de Stanley Brue (2013), que explica que tal estudo aprimora o entendimento do pensamento econômico contemporâneo, já que “*a teoria contemporânea tem cicatrizes dos problemas do passado agora resolvidos, os erros do passado agora corrigidos e não poderá ser completamente entendida, exceto com um legado do passado* (BLAUG, 1985 apud BRUE, 2013, p. 7)”.

Além disso, segundo Brue (2013), as vastas quantidades de análise e evidências que os economistas geraram fornecem uma verificação mais próxima sobre as generalizações irresponsáveis, ou seja, teoricamente as decisões equivocadas do passado deveriam evitar que cometêssemos os mesmos erros. E acima de tudo, o estudo de história do pensamento econômico fornece perspectivas

e entendimentos do nosso passado, de ideias e problemas, ajudando a apreciar o fato de que nenhum grupo tem o monopólio sobre as verdades e que muitas pessoas contribuem para a riqueza e a diversidade intelectual, cultural e material.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a importância de estudar a história do pensamento econômico, leia o artigo "A história do pensamento econômico como teoria e retórica", do autor Pérsio Arida, disponível em http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2010/2010_A_historia_do_pensamento_economico_teorica_retorica.pdf Acesso em 07 nov. 2017.

Caro aluno, agora que começaremos a tratar determinadas escolas do pensamento econômico, é preciso ter em mente os seguintes questionamentos: Qual era o cenário histórico da escola? Quais eram os principais dogmas da escola? Quem a escola beneficiou ou procurou beneficiar? Quais foram as principais contribuições da escola para o pensamento econômico? Vamos lá?

Para iniciar nosso "passeio" pela evolução do pensamento econômico, começaremos com a doutrina econômica conhecida como **mercantilismo**, que perdurou na Europa ocidental durante a Idade Moderna. No Antigo Regime, o sistema capitalista comercial, aos poucos, se desenvolvia. As cidades que já vinham crescendo desde a Baixa Idade Média, ganhavam cada vez mais importância e autonomia frente à nobreza, assim como o comércio que prosperava dentro dos reinos e entre eles, conseqüentemente a moeda era cada vez mais utilizada. A chegada dos europeus às Índias, assim como a conquista de territórios da América e da África, permitiram um aumento exponencial do comércio e do uso de moeda por parte da cristandade dos séculos XV e XVI. A produção, ainda em pequena escala, estava cada vez mais integrada a diferentes mercados consumidores. Entretanto, apesar dos capitalistas estarem se tornando figuras centrais nos negócios, os comerciantes eram vistos com desconfiança, sobretudo na Europa católica.

O comércio se desenvolvia e os Estados nacionais surgiram, concentrando o poder nas mãos do rei e enfraquecendo o poder dos senhores feudais. Entre os Estados nacionais, aqueles que eram

mais poderosos, como Espanha e Portugal, estavam conquistando colônias, o que aumentava a rivalidade entre os reinos. Assim, um conjunto de doutrinas se desenvolveram, e, aos poucos, questionaram os pressupostos aceitos até então, promovendo a ideia de proteger, economicamente, a economia nacional, dando importância ao mercador e justificando uma política de expansão econômica e militar (BRUE, 2013). Este conjunto de noções econômicas seria, séculos mais tarde, denominado de **mercantilismo** – termo com o qual os pensadores do século XVIII acusavam a ênfase nos aspectos mercantis dos antigos pressupostos que regeram as economias colonialistas europeias.

Então, quais são os princípios do mercantilismo? Para os mercantilistas, a riqueza de uma nação depende do afluxo externo de metais preciosos (ouro e prata, principalmente), ou seja, quanto mais ouro e prata um país possuísse, mais rico ele seria. Este princípio ajuda a explicar a sanha dos colonizadores para estabelecer a maior quantidade possível de territórios dominados.

Outro princípio diz respeito à ideia de promover as exportações e acumular a riqueza dos outros países, ou seja, para eles existia uma quantidade fixa de recursos no mundo, e somente aquela nação que dominasse rotas comerciais, vencesse guerras e conquistasse colônias poderia enriquecer em detrimento das demais – e, para isto, era preciso “tirar” dos vizinhos/inimigos. Assim, era preciso importar o mínimo possível – somente o que não era produzido internamente – e as importações deveriam ser isentas de taxas de matérias-primas que não eram produzidas no país. Os bens manufaturados e as matérias-primas produzidas deveriam ser protegidos por meio de tarifas alfandegárias. Mercantilistas como os ministros franceses **Cardeal Richelieu** (1584-1643) e **Jean-Baptiste Colbert** (1619-1683) defendiam a concessão de monopólios e privilégios comerciais que interessassem ao reino. Para que as ideias mercantilistas fossem colocadas em prática, era preciso um forte controle governamental. O governo concedia privilégios de monopólio a empresas envolvidas no comércio exterior e restringia a livre entrada no comércio interno para reduzir a concorrência. As atividades agrícolas, minerais e industriais eram promovidas com subsídios e protegidas das importações via tarifas. O governo também regulava os processos de produção para garantir a qualidade dos produtos e não dificultar as exportações (BRUE, 2013).

Com o desenvolvimento dessas ideias, a relação comercial e o interesse nas colônias também se aprofundaram. Sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII buscava-se proibir ou restringir as importações para as colônias, impedindo produções locais que poderiam ser vistas como rivais da metrópole. O chamado “pacto colonial” pressupunha que a produção e o consumo colonial seriam completamente dependentes da metrópole. No entanto, é importante observar que, na prática, nem sempre o comércio funcionou desta forma e, em muitas situações os produtos não passavam pela metrópole – como foi o caso dos portos brasileiros e da costa da África.



Exemplificando

No caso brasileiro, muitos historiadores buscaram refletir sobre os limites do controle da metrópole sobre a colônia. Procure ler sobre historiadores como Fernando Novais, José Roberto do Amaral Lapa e João Fragoso. De acordo com a conclusão, entender, por exemplo, de onde partiu e quem lucrou com o comércio colonial e o tráfico negreiro durante o período implica diferentes visões sobre os acontecimentos posteriores, como a Independência e os jogos políticos na formação do país.

Dado o contexto que eu apresentei, você já deve imaginar a importância de o país ter uma população numerosa, que poderia fornecer soldados para a guerra, caso necessário, e abundância de mão de obra com baixo salário. O baixo salário reduzia os preços dos bens para a exportação, aumentando a entrada de ouro – preço mais baixo, maior quantidade exportada. Além disso, a visão sobre o trabalho começou a se transformar. Visto durante séculos como uma punição e algo negativo, o trabalho passou a ser valorizado em reinos como a Inglaterra. A ociosidade passou a ser tratada como crime. Em 1536 foi decretado que aqueles considerados vadios teriam suas orelhas decepadas, e, em caso de reincidência, o terceiro delito seria punido com a pena de morte. Em 1547, quem se recusasse a trabalhar poderia ser punido com a escravidão para aquele que o denunciasse.

Os mercantilistas contribuíram com o desenvolvimento do estudo da economia ao enfatizar a importância do comércio internacional, realçando o que hoje chamamos de balanço de

pagamentos. Além disso, a importância do mercador surgiu durante esse cenário histórico, já que antes o catolicismo condenava enfaticamente os comerciantes e banqueiros que apresentavam grandes lucros, vistos como pessoas desprezíveis. A partir das transformações da Idade Moderna, os comerciantes passaram a ser vistos – lembrem-se, em um processo lento e gradual – como pessoas que enriquecem a si e ao reino, desde que as atividades sejam reguladas/canalizadas pelo governo. Assim, os aristocratas passam a participar do comércio sem perder status e dignidade (BRUE, 2013).



Reflita

Quando estudamos a evolução do pensamento econômico, nos deparamos com intelectuais e teorias que procuraram explicar determinados fatos. Em todos os sistemas econômicos já desenvolvidos, sempre temos pessoas que se beneficiam e outras que são prejudicadas quando as teorias ou parte delas são adotadas. Em se tratando dos mercantilistas, quais foram os grupos que mais se beneficiaram?

Como reação ao mercantilismo e aos princípios econômicos do Antigo Regime, o economista e médico da corte de Luís XIV, **François Quesnay** (1694-1774), publicou o seu primeiro artigo sobre economia na *Grande Encyclopédie* (1756) — marco utilizado na economia para o surgimento da chamada **Escola Fisiocrata**. Os fisiocratas discordavam da minuciosa regulamentação da produção pelo governo, que chegou a definir o número exato de fios necessários por metro de tecidos, o que poderia até garantir a qualidade, mas aumentava consideravelmente o preço dos bens, além de não permitir mudanças dos métodos de produção ou na preferência dos consumidores. (BRUE, 2013).

Para Quesnay, apesar do comércio e da concorrência estarem aumentando, a indústria francesa não acompanharia o desenvolvimento necessário em função do governo que impunha pedágios, impostos e tarifas internas. A agricultura francesa também sofria, os camponeses eram submetidos a impostos, que variavam de um ano para outro, sobre a terra e os lucros da lavoura. Ao mesmo tempo, apenas o povo (ou seja, o Terceiro Estado, sobretudo camponeses) pagavam esses impostos, destinados à coroa, ao

clero e à nobreza. Na arrecadação de impostos, os chamados consignatários de impostos – os coletores da tributação – pagavam uma taxa fixa anual ao governo no início do ano e poderiam ficar com o excedente, ou seja, tudo que conseguissem extorquir.

O comércio de grãos na França foi altamente regulamentado, diferente de outros tipos de comércio. A exportação de grãos era proibida, comprovando que as autoridades estavam mais interessadas em manter o fornecimento equilibrado do que promover os interesses da agricultura, com exceção apenas nos anos de fartura, no qual permissões especiais eram emitidas (era definida a quantidade, o tipo de grão exportado e o destino). Outro ponto no qual a agricultura foi prejudicada é que era proibida a venda de grão e farinha entre províncias sem permissão. Com esta licença, um mercador (comerciante) definia todos os detalhes de sua distribuição; o grão ainda era sujeito a restrição adicional dentro de cada província (BRUE, 2013). Para você ter uma ideia, mesmo que em uma área houvesse excedentes e ao lado escassez, não era viável, em função dos pedágios cobrados, fazer a transferência do grão, mesmo que pessoas morressem de fome.

Como resposta, os fisiocratas introduziram a chamada "ordem natural ao pensamento econômico", segundo a qual as leis da natureza governam as sociedades humanas, ou seja, todas as atividades deveriam ser harmônicas com as leis da natureza. Neste sentido foi criada a expressão *laissez-faizer*, *laissez-passer*, que significa "deixai fazer, deixai passar", e constitui um lema contra a interferência do governo nas atividades produtivas. Em outras palavras, os fisiocratas defendiam a mínima intervenção do Estado nacional na economia.

Os fisiocratas também davam ênfase à agricultura, e defendiam que a indústria, o comércio e as profissões eram úteis para somente reproduzir o valor consumidor em matéria-prima e subsistência para os trabalhadores. Assim, apenas a agricultura era de fato produtiva, já que produzia excedente líquido, um valor acima dos recursos utilizados na produção.

Com as nossas discussões sobre a Escola Fisiocrata, você entendeu que os maiores beneficiados seriam os camponeses, que teriam se tornado trabalhadores assalariados em grandes fazendas. Porém, os princípios dessa escola não reinaram na economia da

época durante muito tempo. Anne Robert Jacques **Turgot**, fisiocrata ministro do rei Luís XVI na França, seria derrubado em 1776 pela nobreza receosa com as propostas de reformas econômicas. No mesmo ano, na Inglaterra, era publicado *Welth of nations* (**A riqueza das nações**), de Adam Smith, obra considerada inaugural da Escola Clássica, que veremos na próxima seção.

Apesar de não ter se consolidado como política econômica, tendo muitos de seus princípios rejeitados, os fisiocratas colaboraram para o estabelecimento do pensamento econômico como uma ciência social, sobretudo ao inserir o diagrama do fluxo econômico e a contabilidade da renda nacional. Outras contribuições estão relacionadas à discussão sobre o papel do Estado na economia, e a análise da alteração de impostos e incidência, que até hoje é uma parte fundamental da microeconomia. (BRUE, 2013)

Sem medo de errar

Após nossas discussões, você deve ter conseguido compreender o cenário histórico dos debates econômicos da Idade Moderna. Pensemos, então, em como o professor Paulo iniciou seus trabalhos para a resolução dos problemas apontados inicialmente. Em sua primeira aula, ele explicou como a economia está presente na vida de todas as pessoas, e a importância do estudo da história do pensamento econômico. Na semana seguinte, o tema em discussão foram os mercantilistas e fisiocratas, que foram, para a economia, os primeiros que procuraram explicar um cenário histórico mais amplo do ponto de vista estatal.

Para ajudar seu aluno, o professor Paulo lembrou que economia é uma ciência social que estuda a melhor forma de alocar os recursos escassos para satisfazer as necessidades ilimitadas das pessoas. Para isto, utiliza teorias e instrumentos matemáticos. Mas, para que isto seja possível, é preciso compreender o pensamento econômico contemporâneo e isso só pode ser feito conhecendo o caminho percorrido para se chegar até a atualidade. Em outras palavras, as análises e evidências que os economistas geraram fornecem uma verificação do que foi feito no passado para que não sejam cometidos os mesmos erros.

Entendendo essa questão, o estudante também poderá compreender como a economia é resultante do cenário histórico e,

assim, o estudo do pensamento econômico ajuda a apreciar o fato de que nenhum grupo tem o monopólio sobre as verdades sobre o tema – representando diferentes interesses – e que muitas pessoas contribuem para a riqueza desse debate.

Faça valer a pena

1. A economia e seus temas de estudo são complexos: envolvem dados, estatísticas, índices, entre outros instrumentos. Mas, mesmo com todas essas ferramentas analíticas, esses instrumentos são sempre lidos de acordo com alguma teoria ou escola econômica, que fazem com que, muitas vezes, não exista consenso entre os economistas. Por isso é comum encontrar na imprensa, quase que cotidianamente, erros de previsão de economistas, ainda que com temas da mesma natureza e no mesmo contexto.

A situação apresentada pode ser explicada em razão de? Marque a única alternativa correta:

- a) As interpretações são diferentes, pois o contexto econômico é sempre distinto.
- b) Como o debate sobre a economia envolve juízos de valor, há espaço para diversas interpretações e divergências teóricas.
- c) Os erros de previsão e divergências são oriundos de dados equivocados.
- d) A conjuntura econômica altera o tempo inteiro, assim como as interpretações.
- e) Economia é completamente subjetiva e, portanto, não pode ser pensada a partir do método científico.

2. O mercantilismo é uma doutrina econômica que teve início no século XVI, quando as cidades europeias cresciam e ganhavam cada vez mais importância. Ao mesmo tempo, o comércio prosperava dentro dos reinos da Europa ocidental, assim como com o mundo árabe. Além disso, o comércio foi facilitado ainda mais com a descoberta do ouro no Ocidente.

Assinale a alternativa que expressa o fato histórico mencionado acima e que impactou o comércio europeu.

- a) Grandes Navegações.
- b) Revolução Industrial.
- c) Revolta camponesa.
- d) Descoberta do ouro.
- e) Revolução Francesa.

3. A Escola Fisiocrata durou de 1756 a 1776, e teve como dogmas principais a ordem natural, a defesa da mínima intervenção do governo por meio da expressão *Laissez-fair, laissez-passer*, assim como deu ênfase à agricultura – a qual acreditava ser a única atividade que gerava excedente líquido.

Marque a única alternativa correta que apresenta o fato que deu início à Escola Fisiocrata.

- a) Em função das Grandes Navegações.
- b) Descoberta de metais preciosos no Ocidente.
- c) Como resposta às ideias mercantilistas.
- d) Como reação dos senhores feudais.
- e) Em função da pobreza que só aumentava.

Seção 3.2

O início do pensamento econômico enquanto teoria

Diálogo aberto

Olá, caro aluno, seja bem-vindo a mais essa seção de autoestudo! Após nossas discussões sobre os Primórdios da Economia, iremos nesta aula conhecer o início do pensamento econômico enquanto teoria. Em outras palavras, apesar de os mercantilistas e fisiocratas terem procurado explicar o cenário histórico da época das Grandes Navegações e da formação dos Estados Absolutistas, suas ideias não eram mais válidas para o contexto da Revolução Científica e da Revolução Industrial que estava apenas começando em 1776 na Inglaterra. Foi nesse cenário de crítica às políticas econômicas anteriores – chamadas a partir daí, de *mercantilistas* – que surgiria a obra dos precursores da Escola Clássica, **Adam Smith** e **David Ricardo**.

Nesta aula discutiremos o cenário histórico e as principais contribuições da Escola Clássica para o pensamento econômico. Compreenderemos em especial os pressupostos e teorias formuladas pelo pai da Escola Clássica, Adam Smith. Falaremos de temas como a filosofia moral e a economia política discutida em "The theory of moral sentiments", e o livro A Riqueza das Nações, com ideias que revolucionaram a teoria econômica até então, como a ênfase no *laissez-faire*, a divisão do trabalho e as leis econômicas de uma economia competitiva. David Ricardo é outro intelectual que iremos conhecer por meio das suas teorias, como a teoria dos rendimentos decrescentes e da renda, a teoria do valor de troca e os preços relativos, a distribuição de renda, e a Lei da vantagem comparativa.

Para que seja possível refletir a partir de um exemplo prático dentro dessa temática, voltaremos ao professor Paulo e seus alunos. Ao iniciar os conteúdos de História Contemporânea, o professor começa a preparar suas aulas sobre a Revolução Industrial. Para demonstrar que as mudanças tecnológicas não aconteceram do dia para a noite – e tampouco as transformações sociais e as políticas de estado do mundo capitalista –, o professor Paulo decide explorar o nascimento do pensamento liberal e seus impactos no mundo

contemporâneo. Chegou o momento de os alunos conhecerem as teorias do sistema de pensamento que compõem o que ficou conhecido como **Escola Clássica**. O professor Paulo solicitou que os alunos lessem trechos do livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e um texto sobre as teorias criadas por David Ricardo. Após todas as discussões, dois alunos, Joana – que era filha de agricultores, e Marcelo, cuja família tinha uma pequena fábrica de tecidos – começaram a discutir se, caso ainda estivéssemos na época da Revolução Industrial, como o florescimento das ideias da Escola Clássica afetariam os negócios de cada família. O professor Paulo lembrou aos seus estudantes que vivemos em um mundo capitalista em parte gerado por essas noções econômicas do século XVIII e XIX, por isso estamos muito habituados a grande parte delas. Ele propõe, então, outra questão: será que conseguimos fazer o exercício de “desnaturalizá-las”? Conseguimos imaginar como foi difícil a implantação dessas ideias para aqueles que viviam de acordo com outra lógica, seja na Inglaterra mercantilista ou nas regiões do mundo mais tarde dominadas pela Europa – como a Índia, do século XIX? Como ajudar os estudantes nesse processo de analisar um sistema pelo qual todos nós fomos, em parte, moldados?

Não pode faltar

O processo de transformação social e de mentalidades que resultou no abandono das antigas práticas comerciais feudais e mercantilistas não se deu do dia para a noite. Caro aluno, lembre-se de que este não foi um processo homogêneo: no Império Austríaco e na Rússia, por exemplo, a servidão permaneceu até a segunda metade do século XIX. Nesta aula nosso foco é o caso inglês, mas não perca de vista essa ressalva: o mundo ao redor não desaparece simplesmente porque estamos restringindo o nosso recorte. O século XVIII da Revolução Industrial é o mesmo do recrudescimento de políticas mercantilistas nas colônias americanas e do avanço do Império Turco Otomano. Como já foi dito, são os resultados da Revolução Industrial e do capitalismo europeus que nos levam aqui a abordar sua origem.

O modelo de produção capitalista atingiu seu apogeu e transpareceu suas características socioeconômicas na Revolução Industrial, que ocorria, inicialmente, na Inglaterra nas últimas décadas

do século XVIII e que foi difundida para os demais países europeus no século seguinte. Para você ter uma ideia, segundo Emery Hunt e Mark Lautzenheiser (2013), entre 1700 e 1750 a produção das indústrias inglesas aumentou 7%, enquanto as exportações, 76%. Já entre 1750 e 1770 o aumento foi de 7% e 80%, respectivamente. Esse processo de aceleração e mecanização da produção da indústria inglesa desenvolveu a chamada **Revolução Industrial**, que alterou profundamente a vida das pessoas – de diferentes maneiras, de acordo com a classe social.

Como você percebeu, o mercado inglês naquela época era bem desenvolvido, e o modo tradicional de produção e comércio dava lugar ao nascimento de um mercado capitalista. Assim, segundo Hunt e Lautzenheiser (2013), para a Inglaterra, maiores quantidades de produtos industrializados, mesmo a preços mais baixos, significavam lucros cada vez maiores. A junção da busca pelo lucro com a crescente demanda externa (a procura maior estimulou a mecanização da indústria) fez com que houvesse uma explosão de inovações tecnológicas já no fim do século XVIII e início do século XIX.

Neste contexto, a indústria têxtil se destacou. E um ponto fundamental para que isto fosse possível foi a proibição de importação de xitas da Índia em 1700, o que protegeu o mercado interno inglês, aumentando ainda mais a demanda. Com isto, o desequilíbrio entre o processo de fiação e tecelagem levou às inovações tecnológicas. Por exemplo, a roda de fiar não era mais tão produtiva, principalmente após a invenção da lançadeira móvel, inventada em 1730, que tornou o processo de tecelagem mais eficiente. Assim, para equilibrar a fiação e tecelagem foram inventadas a fiadeira de fusos em 1769 (na qual uma pessoa tecia vários fios ao mesmo tempo), o filatório contínuo em 1775 (fundamental para o aperfeiçoamento da fiação no qual os rolos trabalhavam com velocidades diferentes) e a fiadeira automática no final de 1770 (uma junção das duas invenções anteriores, mas que aproveitava a energia a vapor). O número de fábricas aumentou consideravelmente e cada uma empregava entre 150 e 600 pessoas – a produção que antes era doméstica tornou-se uma indústria fabril.

Outra indústria que exerceu papel fundamental para o início da Revolução Industrial foi a metalúrgica, principalmente por ter dado a base para o desenvolvimento da produção fabril mecanizada. No começo do século XVIII, o carvão vegetal ainda era utilizado

para a fundição, o que devastou as florestas ao redor das minas de ferro, fazendo com que a Inglaterra importasse a maior parte de seu carvão. Para tentar solucionar este problema, em 1709, Abraham Darly desenvolveu um processo para a produção de coque de carvão que passou a ser utilizado no processo de fundição. Porém, foi somente no final do século XVIII que o coque foi demandado mais intensivamente. Esta demanda foi feita pelos militares, que desejavam fabricar armas e munições. E assim, inovações surgiram, tais como a eliminação do excesso de carbono deixado pelo coque, criação de laminadoras, o alto-forno, martelo a vapor, entre outras, permitindo não apenas o desenvolvimento da indústria metalúrgica, mas outras que utilizavam as máquinas de ferro (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

As cidades industriais inglesas cresceram consideravelmente, a produção manufatureira quase duplicou na segunda metade do século XVIII e aumentou ainda mais no início do século XIX. Em 1801, praticamente 30% da mão de obra estava na indústria e na mineração, e este percentual passou para 40% em apenas três décadas (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Assim, como afirma Stanley Brue (2013, p. 48), surgiu “uma força de trabalho móvel, mal paga, livre e vigorosa”. Com a luta desses trabalhadores, foi possível conquistar algumas concessões do governo, como a gradual regulação da mão de obra e das condições de trabalho visando “proteger” o trabalhador. Mas o Parlamento Inglês e o governo, de modo geral, eram ocupados por figuras que normalmente representavam os interesses dos empresários. Para exemplificar: até o século XVIII, os juizes das províncias regulavam os salários impondo pisos salariais, mas com as condições de oferta e demanda por trabalho, os salários se tornaram inferiores e, com a pressão econômica, esta lei acabou em 1762. Lembre-se de que o **salário é o preço do trabalho**, assim, se há uma demanda maior do que a oferta por trabalho, o preço do salário reduz - e foi o que aconteceu na Inglaterra na época.

Outra lei aprovada pelo Parlamento da época foi a consolidação dos chamados “cercamentos”: a autorização do uso de cercas para delimitar as antigas terras comuns e os campos abertos sem cerca onde os camponeses podiam anteriormente cultivar a terra, criar gado ou porco e encontrar lenha. E qual foi o impacto desta lei? Além de piorar a situação da vida dos camponeses: gerou o

êxodo rural, o estímulo à agricultura de larga escala e mais intensiva de capital, elevando a produtividade agrícola, o enriquecimento dos senhores de terras e a transformação nas relações sociais estabelecidas anteriormente. A mão de obra camponesa tornou-se assalariada, ou seja, os antigos camponeses tinham que procurar emprego com os donos de terras, mercadores e fabricantes, ao mesmo tempo, os artesões perderam competitividade para as fábricas têxteis. E esta situação se agravaria ainda mais conforme as fábricas iriam se desenvolvendo, aumentando ainda mais o número de novos trabalhadores (assalariados) no mercado à procura de emprego. O Parlamento, que procurava manter os salários em baixa, não precisava mais se preocupar, já que com o aumento na oferta de mão de obra, o salário dos trabalhadores pobres reduzia, incrementando o lucro dos industriais. A ideia do *laissez-faire* (mínima intervenção do Estado na economia) se tornava cada vez mais forte.

Com a Revolução Industrial, a Inglaterra se tornou a maior potência econômica e política do século XIX, com grandes centros urbanos industriais e um sistema fabril dominante com alta produtividade.



Refleta

Como você compara o atual cenário brasileiro e a nova lei trabalhista aprovada em 2017 no Brasil com os mecanismos adotados, em termos de salário, durante a Revolução Industrial e o pensamento econômico clássico?

Foi em meio ao cenário aqui exposto que, em 1776, **Adam Smith** publicou o trabalho ***A Riqueza das nações***, o que mais tarde seria considerado o início da **Escola Clássica**, que contribuiu fortemente para o pensamento econômico ao concentrar sua análise em leis e teorias econômicas explícitas, o que jamais tinha sido efeito até então. A doutrina clássica é chamada por alguns de **liberalismo econômico**, tendo como base: a liberdade pessoal, a propriedade privada, a iniciativa individual, a empresa privada e a interferência mínima do governo (BRUE, 2013). É importante observar que o termo liberalismo está diretamente ligado com o contexto histórico discutido anteriormente. As ideias clássicas estão em contraste com a lógica das práticas dos senhores feudais, trabalhadores rurais e

urbanos e dos mercantilistas, discutidas na aula anterior. Mas quais são os dogmas da Escola Clássica? Segundo Brue (2013), o primeiro princípio da Escola Clássica é a **mínima intervenção do Estado**, ou seja, para os clássicos, as forças do *livre mercado* definiriam de forma mais eficiente a produção, a troca e a distribuição, e a economia vista como autoajustável, tenderia ao equilíbrio. Assim, o governo deveria intervir somente na aplicação dos direitos de propriedades, fortalecimento da defesa nacional e da educação pública.



Pesquise mais

Um texto clássico que permite entender como as novas ideias liberais entravam em conflito com as práticas tradicionais da sociedade inglesa – e a resistência dos trabalhadores ao liberalismo – é o “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, de E. P. Thompson. Para você conhecer um pouco sobre o artigo, mas a partir da trajetória do conceito da economia moral dos pobres, acesse o link <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_313.pdf> Acesso em 08 nov. 2017.

Outro dogma da Escola Clássica é a defesa do **comportamento econômico de autointeresse**, já que a busca individual pelo lucro faria com que bens e serviços fossem ofertados, e os trabalhadores venderiam sua força de trabalho para receber salários e demandar mercadorias: supostamente, todos sairiam ganhando.

Além disso, para os clássicos, todos os **recursos produtivos** (terra ou recursos naturais, mão de obra e capital) e **as atividades econômicas** (agricultura, produção, comércio internacional e nacional) **eram importantes** e contribuíam para a riqueza das nações (diferente dos mercantilistas, que defendiam que a riqueza dos países dependia apenas do comércio, e dos fisiocratas, que acreditavam na terra e na agricultura como geradora de riqueza).



Assimile

Para os clássicos, a riqueza das nações depende de todos os recursos produtivos e atividades econômicas, diferente dos mercantilistas e fisiocratas.

Apesar de a Escola Clássica ter tido contribuições de diversos pensadores, tais como Thomas Malthus, Jeremy Bentham, Jean-Baptiste Say, Nassau William Senior, John Stuart Mill, entre outros, os nomes mais estudados são Adam Smith e David Ricardo



Pesquise mais

A obra de Jeremy Bentham é uma das mais representativas das lógicas que acompanharam o surgimento de um mundo industrial, racionalizado e que buscava o controle metódico sobre a sociedade. Sua obra **O Panóptico** propunha uma prisão onde os prisioneiros fossem vigiados constantemente por uma torre central na qual não se veriam os guardas. Sua ideia era que o controle viria da sensação constante de ser observado. O filósofo francês Michel Foucault produziu uma célebre reflexão a respeito na obra **Vigiar e punir**: Nela, Foucault analisa como a partir do século XVIII se organizou uma sociedade de controle, na qual a prisão, a escola e a fábrica partem de uma mesma lógica de opressão e controle dos indivíduos.

O **Panóptico** está disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/81000/mod_resource/content/1/TC%20O%20pan%C3%B3ptico.pdf> Acesso em 09 nov. 2017.

Para iniciar nossas discussões, vamos conhecer um pouco sobre Smith?

Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da Escola Clássica, nasceu na Escócia. Aos 14 anos começou a frequentar o Glasgow College, e, na sequência, estudou ciência moral e política, e línguas na Balliol College de Oxford. Retornou ao seu antigo colégio, onde foi professor de lógica em 1751 e de filosofia moral por 12 anos. Em 1759 publicou a obra *The theory of moral sentiments* (BRUE, 2013).

O livro **A Teoria dos Sentimentos Morais** discutia as forças morais que restringiam o egoísmo e uniam as pessoas em uma sociedade trabalhista. Smith, portanto, confere papel central aos sentimentos de simpatia e empatia, o que pode ser visto já no primeiro capítulo, quando ele discute a solidariedade e afirma que ela supera o egoísmo, já que a empatia faz com que desejemos o sucesso do outro, apesar de não recebermos nada em troca. O sofrimento e a alegria nas pessoas estimulam nossos sentimentos e

nos colocamos no lugar das outras pessoas. Para Smith, a angústia que sentimos ao observar o sofrimento das outras pessoas é fruto de uma consciência baseada na empatia.

Seguindo uma longa tradição filosófica de debates a respeito da natureza humana, Smith afirma que o homem é uma criatura dotada de um conjunto de propensões básicas que ele chama de paixões, que podem ser sociais ou não sociais (egoístas). O ódio e o ressentimento são não sociais, diferente da bondade, do carinho, que são sociais. As paixões acabam se contrapondo e equilibrando-se internamente em cada pessoa. Este equilíbrio das paixões internas transparece no plano social, gerando o princípio da simpatia. Por exemplo, quando percebemos que as pessoas não estão aprovando nossa conduta, sentimentos ruins surgem e nós mudamos nossas condutas para termos aprovação dos demais.

Como as pessoas se identificam mais com as alegrias do que tristezas, nós exibimos as riquezas e escondemos a pobreza. Neste sentido, Smith ainda observa que muito do nosso trabalho pesado é responsável não por suprir as necessidades básicas, mas por satisfazer nossa vaidade: somente assim seríamos notados com simpatia e aprovação. É assim, de acordo com o economista escocês, admiramos os ricos e poderosos enquanto menosprezamos os pobres – situação que o autor considera a maior e mais universal causa da corrupção dos nossos sentimentos morais.

Para Smith, as pessoas são expostas às injúrias mútuas e por este motivo precisam de ajuda. Isso se dá por meio do amor, da amizade, da estima e da gratidão, somente assim a sociedade se desenvolveria feliz, segundo o autor. É neste ponto que a justiça se fez necessária, ou seja, para Smith, é por meio da justiça que as pessoas deixarão de prejudicar umas às outras a todo instante: o escocês deduz daí que a nossa moral é baseada no egoísmo.

Segundo sua obra, apesar de as pessoas agirem de forma egoísta e para proveito próprio ou da classe a que pertencem, existem leis naturais ou da Divina Providência que guiam esses atos, na direção da harmonia. Essa lei natural Smith chamou de **mão invisível**, e a economia é regulada por ela, sem a necessidade de intervenção do governo.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a Teoria dos Sentimentos Morais de Adam Smith, leia a resenha do seu livro com o mesmo nome disponível no link <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/angela>> Acesso em 20 nov. 2017.

Em 1776, Adam Smith publica a obra *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, que ficou mais conhecida como **A Riqueza das Nações**. Nela, Smith procurou analisar o funcionamento das sociedades comerciais e os problemas agregados à divisão do trabalho, valor, distribuição da renda e acumulação de capital. A obra foi dividida em cinco livros/partes, cada uma tratando de um tema distinto. No primeiro livro são discutidos os problemas da divisão do trabalho e as trocas. No livro dois são discutidos os condicionantes e as características da acumulação de capital. O terceiro livro apresenta testes empíricos das teorias dos anteriores. O quarto é dedicado basicamente ao comércio internacional e o último contém proposições sobre a receita pública e as responsabilidades do Estado.

Para falar sobre a divisão do trabalho, vamos a um exemplo citado por Smith. Vamos imaginar uma pequena fábrica de alfinetes. Um trabalhador não instruído para sua fabricação é capaz de produzir um alfinete por dia. Porém, como a fábrica utiliza a divisão do trabalho, uma pessoa desenrola arame, outra estica, o terceiro corta, o quatro aponta, o quinto afia a ponta para colocar a cabeça, e assim sucessivamente, até que após dez operações diferentes, o alfinete é fabricado. Assim, apesar dos trabalhadores são serem capacitados, juntos conseguem produzir 12 libras (cada libra tem mais de quatro mil alfinetes) de alfinetes por dia.



Pesquise mais

Para melhor compreensão do exemplo citado da fábrica de alfinete, assista ao vídeo "Adam Smith: A Riqueza das nações", disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yHz58pCeg0w>> Acesso em 20 nov. 2017.

Em outras palavras, se cada trabalhador se especializa em apenas uma tarefa, com a divisão do trabalho uma fábrica consegue produzir

mais do que na produção tradicional/artesanal, quando um único indivíduo é responsável por todo o processo produtivo. Assim, segundo Smith, a divisão do trabalho aumenta a quantidade de produção por três razões: primeiro, cada trabalhador desenvolve uma habilidade maior na realização de uma simples tarefa repetitivamente. Segundo, economiza-se tempo, pois se cada trabalhador não puder ir ao trabalho, outro fará sua função. E terceiro, o maquinário pode ser desenvolvido para aumentar a produtividade, pois as tarefas foram simplificadas por meio da divisão do trabalho (BRUE, 2013).



Pesquise mais

Adam Smith procurou explicar a nova divisão do trabalho que teve início na Revolução Industrial. Para aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, leia o texto dos capítulos de I a III em "A Riqueza das Nações", disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4881/mod_resource/content/3/CHY%20A%20Riqueza%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es.pdf> Acesso em 18 nov. 2017.

Outro tema discutido por Smith em *A Riqueza das Nações* é a articulação entre a *harmonia dos interesses* e o *laissez-faire*. Para Smith, os agentes econômicos tendem a buscar os seus interesses pessoais, ou seja, um açougueiro ou padeiro consideram o seu próprio interesse ao vender seus produtos para as pessoas, e não vendem porque as pessoas desejam, simplesmente. Assim como o consumidor procura por preços mais baixos e qualidades ao adquirir um produto, e o trabalhador visa um salário mais alto ao procurar um emprego. Porém, nestas relações de interesses individuais existe uma ordem natural (mão invisível) que direciona o comportamento do próprio interesse para o bem social. Como existe a ordem natural, a intervenção do governo na economia não é necessária e desejável, já que, para Smith, os governos são corruptos, ineficientes, esbanjadores e concessores de privilégios de monopólio, ações que prejudicam toda a sociedade.



Assimile

Laissez-faire é uma expressão francesa com significado de "deixe fazer", que defende que o mercado deve funcionar livremente e o governo somente deve proteger os direitos de propriedade, segurança e educação.

Ao analisar a economia do mercado, Smith criou as leis econômicas de uma economia competitiva, que incluem valor e preço, salários, lucros e rendimentos, função da moeda e desenvolvimento da economia.

Para Smith, existem dois tipos de valor: o *valor de uso* e o *valor de troca*: por exemplo, a água tem muito valor de uso, mas pouco de troca, diferente do diamante, que tem pouco valor de uso e muito de troca (um diamante é trocado por inúmeros bens). Em sua teoria, Smith focou no valor de troca, que para ele é definido pelo custo de produção. Assim, em sociedades nas quais o trabalho é o único recurso produtivo, o valor relativo de um bem é definido pela quantidade de trabalho necessário para produzi-lo. Agora, se o capital é inserido na produção, a teoria do valor do custo do trabalho apresentada anteriormente é invalidada. Imagine duas mercadorias, A e B, produzidas com a mesma técnica de trabalho, e que cada mercadoria demore duas horas para ser produzida. A mercadoria A não requer capital para ser produzida, apenas terra fértil, como a batata; já a mercadoria B depende de capital (caro e complexo), como o fio de algodão. Agora, se uma libra de fio de algodão fosse trocada por dez libras de batata, as pessoas iriam produzir a batata, que requer custo menor e geraria o mesmo lucro (BRUE, 2013).

Para Smith, em economias que requerem capital e terra, os bens são trocados por outros bens, por dinheiro ou por trabalho a um preço que cubra os custos com salários, aluguéis e os lucros. E os lucros dependerão do valor total do capital. Assim, a demanda não influencia o valor das mercadorias.



Refleta

E hoje, a teoria de Adam Smith quanto à determinação do preço dos bens e serviços ainda é válida? Quais variáveis determinam o preço das mercadorias na atualidade?

David Ricardo (1772-1823) foi outro importante expoente do desenvolvimento das ideias clássicas, ao demonstrar um método abstrato de raciocínio para formular as teorias econômicas (BRUE, 2013). Dentre suas teorias estão a teoria dos rendimentos decrescentes e da renda; a teoria do valor de troca e os preços relativos; a distribuição de renda, e a Teoria das Vantagens Comparativas. Vamos conhecer um pouco delas?

A **Teoria dos Rendimentos Decrescentes e da Renda** foi desenvolvida como resposta à lei dos cereais (leis inglesas que favoreciam os cereais ingleses por meio de tributação). Ricardo define renda como aquela porção da produção da terra que é paga aos seus proprietários pelo uso dos poderes do solo e essa renda surgiria das margens de cultivo, que pode ser intensivo ou extensivo. O funcionamento do seu conceito é o seguinte: no início do processo de povoamento, estoque de capital e população ocupam as melhores terras e a produção total atende à demanda de alimentos com lucros positivos. Quando a população aumenta, a demanda por alimentos cresce também, com isso os preços aumentam e novas terras, menos produtivas e mais longe do mercado consumidor, são utilizadas.

Vamos a um exemplo: imagine que existem dois tipos de terra, terras do tipo A (margem intensiva de cultivo), que são de melhor qualidade e próximas dos consumidores, por isto são utilizadas primeiro. E as terras do tipo B, que são menos férteis e distantes do mercado consumidor. Para as terras do tipo A há incentivo para uso intensivo de capital, o que faz aumentar o rendimento e o lucro do produtor. Já para as terras do tipo B, sua utilização se dá quando a população aumenta e os preços dos alimentos sobem. Conforme a população cresce, novas terras, cada vez menos férteis e mais distantes do mercado consumidor, são utilizadas (margem extensiva de cultivo). Assim, as terras do tipo A são valorizadas e esta transformação adicional transforma-se em renda fundiária (embolsada pelos proprietários de terra).



Pesquise mais

Apesar de ter ficado mais conhecida após a formulação por David Ricardo, a Teoria da Renda da Terra é um dos temas mais discutidos da história do pensamento econômico. Para conhecer e evolução e as discussões de diferentes autores sobre renda da terra, leia o artigo "A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx", disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30332/000681594.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 nov. 2017.

Como Ricardo se preocupava com os valores relativos e não com os valores absolutos, ele quis descobrir a base para a relação de troca entre as mercadorias. Para isto, ele publicou o *Principle of economy and taxation* (1817), no qual apresentou a **Teoria do Valor de Troca e os Preços Relativos**. Ricardo escreveu que para uma mercadoria ter valor de troca, era preciso que ela tivesse valor de uso, ou seja, a utilidade não é uma medida de permuta, embora seja essencial. De acordo com Brue (2013), o valor de uso de uma mercadoria deriva do valor de troca de duas origens: da escassez e da quantidade de trabalho exigida para obtê-la.

Para as demais mercadorias, Ricardo definiu que elas são produzidas sem restrições sob as condições da competitividade (para estes bens, Ricardo adotou a teoria de valor do trabalho). Porém, diferente de Smith, Ricardo aplicou sua teoria para uma economia desenvolvida, já que sem capital nenhum bem poderia ser produzido. Assim, o valor de troca de uma mercadoria depende do tempo de trabalho necessário para produzi-la. É importante observar que o valor de trabalho é incluído na fabricação do bem, mas também na matéria-prima e nos bens de capital consumidos no processo de produção (BRUE, 2013).

Outra teoria é a **distribuição de renda**, na qual Ricardo se preocupou em compreender as forças que determinam as divisões do acúmulo de renda nacional, como salário, lucro e renda. Para ele, como todas as mercadorias, o salário tem seu preço natural, que depende do preço das necessidades de vida das pessoas. Assim, se as necessidades aumentam, os salários nominais tendem a aumentar também. Já o lucro é influenciado pelos movimentos de preços e controla o fluxo de capital, assim, os empresários optariam pelas áreas de negócios que oferecessem lucros maiores. Por exemplo, se a taxa de lucro for maior na indústria do que na renda da terra, o capital fluirá da agricultura para a indústria.

Ricardo, em 1817, procurou explicar, também, os motivos pelos quais os países comercializam entre si por meio da teoria básica do comércio internacional, o chamado Princípio ou **teoria das Vantagens Comparativas**. De acordo com esta teoria, cada país deve se especializar na produção do bem em que é relativamente mais eficiente ou que o custo seja menor, e exportá-lo. Por outro lado, esse mesmo país deve importar as mercadorias cuja produção

implica um custo maior ou que ele seja menos eficiente. E assim, a especialização dos países na produção de bens distintos é a base do processo de troca entre as nações.



Exemplificando

Teoria das Vantagens Comparativas

Vamos imaginar que existam somente dois países, Inglaterra e Portugal, dois produtos, vinho e tecido, e um fator de produção, que é a mão de obra. Com base no trabalho, a produção de cada país pode ser vista no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 | Teoria das Vantagens Comparativas

País/Produto	País/Produto	Vinho
Inglaterra	100	120
Portugal	90	80

Fonte: Vasconcellos (2011, p. 367)

Analisando o quadro, podemos ver que Portugal é mais eficiente na produção tanto de tecido quanto de vinho, se compararmos com a Inglaterra, pois o custo que os portugueses têm em produzir os bens é mais baixo do que os ingleses. Porém, em termos relativos, o custo de produção de tecidos em Portugal é 90, enquanto na Inglaterra é 120. Já o tecido custa 90 em Portugal e 100 na Inglaterra. Com base na teoria de Ricardo, Portugal tem vantagem relativa na produção de vinho e a Inglaterra na produção de tecidos. Assim, os dois países irão se beneficiar ao se especializarem na produção do bem que tenha vantagem comparativa, exportando esse bem e importando o outro bem.

No longo prazo, as lógicas consolidadas pela economia clássica transformaram a sociedade inteira. Suas teorias foram adotadas pelas políticas governamentais ocidentais e se tornaram centrais para o desenvolvimento e a expansão do capitalismo. Essas ideias geraram o acúmulo de capital e o crescimento econômico, estimularam a indústria, o comércio e a agricultura intensiva. Os industriais, aos poucos, se tornaram uma elite poderosa. Por outro lado, surgia no mesmo processo uma nova classe social: o proletariado urbano. Os trabalhadores recebiam baixos salários e trabalhavam longas horas por dia, e as contradições dessa sociedade não seriam ignoradas por seus contemporâneos, como estudaremos a seguir.

Sem medo de errar

Caro aluno, esperamos que com nosso percurso você tenha conseguido ter clareza de qual foi o cenário histórico que produziu o debate da Escola Clássica e, sobretudo, considerando os objetivos dessa disciplina, tenha entendido as proposições elementares dos pensadores trabalhados.

Retomemos nosso problema inicial: para caminhar à possível resposta do professor Paulo, é preciso lembrar que a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII alterou toda a estrutura política e econômica da época, tornando a economia inglesa a maior potência mundial, com um mercado desenvolvido.

A Inglaterra saiu, gradualmente, de um sistema baseado na lógica do Antigo Regime, no qual existia uma série de princípios marcados por uma relação paternalista e tradicional entre senhores de terras e camponeses. O exercício de tentar imaginar o mundo do século XVIII pelos olhos desses camponeses que agora estão sem terra e se sentem completamente desamparados por seus senhores, nos ajuda a entender como a "racionalidade" do pensamento econômico que se estabelecia no mundo contemporâneo pode ser impactante para aqueles que viviam de acordo com outro sistema. Pensando no aluno, que questionava a respeito das transformações na agricultura, esse é um ponto fundamental.

Ao mesmo tempo, a produção artesanal, que já estava em transformação com a manufatura, se transforma por completo com o advento da maquinofatura. A indústria têxtil, tema importante para um dos alunos, foi justamente a que mais se destacou no período estudado, no qual a oferta e procura pelos seus produtos só aumentava, gerando altos lucros e necessidade de inovações. As cidades industriais cresceram consideravelmente, assim como a produção manufatureira. Quase metade da população inglesa trabalhava em fábricas, o que fez com que a mão de obra se tornasse barata. Outro ponto que você deve lembrar é em relação à inserção da divisão do trabalho, na qual Adam Smith defendeu que se cada trabalhador se especializa em apenas uma tarefa, com a divisão do trabalho uma fábrica consegue produzir mais do que se cada pessoa for a responsável por todo o processo produtivo. Enfim, mais do que destacar a mudança tecnológica trazida pela Revolução Industrial, é importante destacar as transformações na vida dos trabalhadores.

Faça valer a pena

1. Um dos maiores precursores da escola econômica clássica foi Adam Smith (1723-1790), que até os dias atuais é considerado um dos maiores economistas do mundo. Seu trabalho mais importante e que alterou, até aquele momento, as teorias econômicas, foi o livro "A Riqueza das Nações", no qual Smith procurou explicar, dentre outros temas, o motivo que faz alguns países serem ricos e outros não. Em relação à filosofia de Adam Smith, analise as afirmativas a seguir:

- I - Um elemento para o aumento da riqueza nacional é o trabalho.
- II- O comércio deve ser livre para equilibrar a economia.
- III- O Estado deve intervir nas atividades econômicas.
- IV- A agricultura é a principal atividade econômica.

Marque a alternativa que contempla todas as afirmativas corretas:

- a) Somente I e II estão corretas.
- b) Somente III e IV estão corretas.
- c) Somente I, II e III estão corretas.
- d) Somente I, II e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

2. Imagine a seguinte situação de comércio internacional: existem dois países A e B que produzem apenas dois tipos de produtos, peças para avião e peças para carros. O país A tem um custo de 100 para produzir peça para avião e de 150 para peças de carros. Já no país B, o custo para peças de avião é de 130 e para peças de carros, 90. Com base na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, cada país deverá produzir e exportar apenas um produto.

Com base na Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, marque a alternativa correta:

- a) O país A deve se especializar na produção de peças para avião e o país B na produção de peças para carros.
- b) O país A deve se especializar na produção de peças para carros e o país B na produção de peças para avião.
- c) Os países A e B devem se especializar na produção tanto de peças para carros quanto peças para avião.

d) Os países A e B devem se especializar na produção de peças para avião, pois são mais caros no mercado internacional.

e) Nada se pode afirmar, a especialização depende da demanda internacional por cada produto.

3. A Escola Clássica começou em 1776, com a publicação do trabalho de Adam Smith intitulado *A Riqueza das Nações*, tendo como cenário histórico o início da Revolução Industrial. Os dogmas clássicos foram aceitos por muitos anos, e alguns até os dias atuais. Em relação aos dogmas clássicos, analise as afirmativas a seguir:

I. Mínima intervenção do governo na economia, somente em segurança nacional, educação pública e em assegurar os direitos de propriedades.

II. Para os clássicos, as pessoas tomavam decisões em função do próprio interesse, e que somente para obter vantagens (lucros) é que os bens eram ofertados.

III. Todos os recursos produtivos, capital, mão de obra e terra, assim como todos os setores econômicos, eram importantes para a economia.

IV. Os clássicos foram os principais a formular teorias completas, e inseriram os conceitos de *laissez-faire*, mão invisível.

Marque a alternativa que contempla todas as afirmativas corretas:

a) Somente I e II estão corretas.

b) Somente III e IV estão corretas.

c) Somente I, II e III estão corretas.

d) Somente I, II e IV estão corretas.

e) I, II, III e IV estão corretas.

Seção 3.3

Karl Marx e a ascensão do pensamento socialista

Diálogo aberto

Olá, caro aluno, tudo bem? Acabamos de conhecer o pensamento da chamada Escola Clássica e, agora, estudaremos seus mais ferrenhos críticos: discutiremos nesta aula o contexto histórico no qual o pensamento socialista surgiu, e **Karl Marx** – o mais famoso dos teóricos socialistas – elaborou suas críticas ao sistema econômico capitalista e à Escola Clássica. Apesar das críticas de Marx ao sistema capitalista e do pensamento liberal, é importante observar que o filósofo alemão partiu justamente da leitura dos autores que buscava criticar, como Adam Smith. Em outros termos, mais do que uma crítica, Marx se apropria de alguns dos princípios da escola econômica anterior, discorda de outros e aponta novas direções, distintas daquelas que se moldavam na sociedade de sua época. Sua crítica partia, portanto, de um debate profundamente fundamentado. Assim, tal como todo grande pensador, é importante que nós também evitemos ideias preconcebidas. No caso de nossa aula, evitemos clichês, simplismos e ideias preconcebidas sobre o socialismo marxiano – tanto favoráveis quanto contrárias – e procuremos compreender a complexidade do pensamento marxista e sua importância na época em que foi formulado.

Para enriquecer nossas discussões, teremos novamente a ajuda do professor Paulo e de seus alunos. Em uma de suas aulas, Paulo começou a discutir o contexto histórico no qual o socialismo surgiu, e apesar da complexidade da discussão, o debate em sala ganhou contornos simplistas e acalorados. Um dos alunos, de orientação política liberal, disse que não concordava que em pleno século XXI ainda se discutisse o socialismo, já que o capitalismo se mostrou superior ao socialismo na Guerra Fria e se tornou hegemônico no mundo. Para mostrar a complexidade e a atualidade da discussão, você lê, junto da turma, a seguinte notícia: “Crise aumenta procura por obras de Karl Marx na Alemanha” (disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081020_marxvendas_mp.shtml>, acesso em 16 jan. 2018). A partir deste

debate e do cenário histórico do surgimento das críticas ao capitalismo, quais argumentos o professor poderia utilizar para explicar a importância do pensamento de Marx para um aluno, demonstrando que essa compreensão não é sinônima de apoio ao ideário socialista?

Não pode faltar

A Revolução Industrial, que se desenvolvia nos séculos XVIII e XIX, alterou a estrutura econômica, política e social inicialmente na Inglaterra e, mais tarde, em toda a Europa. A estabilidade dos artesãos e dos vilarejos agrícolas foi abalada com o surgimento das fábricas. O processo de expulsão dos camponeses de suas terras resultou na aglomeração de pessoas pobres nos espaços urbanos nos quais se desenvolvia a atividade industrial, o que, por sua vez, gerou muita procura por trabalho e, com oferta insuficiente, resultou na queda dos salários. As péssimas condições de moradia e alimentação, o trabalho exaustivo, as novas relações sociais... tudo isso compunha um cenário de pobreza conhecido por todos aqueles que estudaram o início da história contemporânea. As associações de trabalhadores, como os sindicatos, eram consideradas ilegais e a punição para os trabalhadores que se rebelassem contra os patrões ou suas máquinas era, não raramente, a morte. Direitos trabalhistas que conhecemos hoje – proibição do trabalho infantil, salário mínimo, férias ou licença maternidade, por exemplo – ainda se tornariam realidade a partir da pressão e das lutas desses trabalhadores, nas fábricas e no Parlamento.

Naquele momento, enquanto milhões de trabalhadores sofriam com a miséria, os industriais ficavam mais ricos, e a ideia clássica da mínima intervenção do Estado na economia prevalecia. O argumento comumente apresentado por essa escola de pensamento era o de que a pobreza era resultado da grande quantidade de trabalhadores oferecendo sua mão de obra – uma das maneiras de solucionar o problema seria, então, o controle de natalidade – e o Estado não poderia intervir ou auxiliar diretamente essas pessoas. Este cenário histórico já deve ser conhecido por você e, agora, pensando nas ideias econômicas, deve ficar clara a necessidade de uma transformação da sociedade que muitos de seus contemporâneos vislumbraram.

Os gastos com bens de consumo populares fizeram com que se intensificassem os investimentos em bens de capital, sacrificando ainda mais as massas. As relações tradicionais foram substituídas por relações de mercado, e o trabalho tornava-se cada vez mais especializado (operações mecânicas simples) com o objetivo de que cada trabalhador, incluindo mulheres e crianças, produzissem cada vez mais sob o atento olhar de capatazes que usavam de violência física se considerassem necessário aumentar a velocidade da produção.

Diante deste contexto, surgiram inúmeras revoltas de trabalhadores contra o novo sistema que se desenvolvia nas fábricas, enfrentando forte repressão policial – lembre-se, a união de trabalhadores e as greves eram consideradas ilegais. Em 1799, a Lei das Associações, que tinha como objetivo coibir as ações dos primeiros grandes sindicatos na indústria têxtil, foi criada. No entanto, isso não foi suficiente para conter os movimentos dos trabalhadores. Se, inicialmente, a ação dos trabalhadores se dava, sobretudo, nas fábricas, com as greves e quebras de máquinas – como aquelas realizadas pelos Ludditas –, os trabalhadores não tardaram em se organizar politicamente, como o caso dos **cartistas** e da formação dos partidos de trabalhadores demonstrou. Com a pressão, Estado e industriais criavam um sistema complexo de assistência aos mais necessitados. Além disso, em 1834, uma nova legislação foi promulgada na Inglaterra, que, dentre outras coisas, condicionou a assistência ao pobre à exigência de internação nas casas de trabalho e procurou assegurar os direitos das crianças.

Muitos membros da sociedade não acreditavam que as novas leis conteriam o quadro social criado pelo capitalismo industrial e alguns pensadores imaginavam outro tipo de sociedade, com novas regras e princípios. Historicamente, a Revolução Francesa (1789) criou a noção moderna de que o povo poderia tomar o poder e eliminar as injustiças sociais. Com isto, os primeiros movimentos socialistas nasceram na França no início do século XIX, motivados pelas péssimas condições de trabalho, jornadas de 14 a 16 horas por dia, trabalho infantil, enquanto os nobres franceses aproveitavam suas vidas de luxo e ociosidade arcadas pelos impostos pagos pelo povo.



A palavra "socialismo" possuiu diferentes significados nos últimos três séculos. O termo adquiriu seu sentido moderno nos programas de cooperação entre os operários e nos de gestão comum dos meios de produção propugnados pelos seguidores de Robert Owen na segunda metade da década de 1820-1830, sendo, em seguida, largamente empregado, na década seguinte, na Inglaterra e na França. P. Leroux contrapunha o Socialismo ao individualismo no artigo sobre o individualismo e o Socialismo, publicado em 1833, na "Revue encyclopédique"; nos mesmos anos, "Socialismo" era usado pelos fourieristas como sinônimo de "escola societária". Em 1835, o estudioso francês L. Reybaud publicava na "Revue des deux mondes" uma série de artigos, reunidos depois sob o título Estudos sobre reformadores ou socialistas modernos (Paris, 1842-1843), e o alemão L. von Stein publicava em 1842, em Leipzig, Socialismo e comunismo na França de hoje. No fim da década de 1830 começava a ser usado na França, por E. Cabet e outros, o termo "comunismo" como equivalente a "Socialismo", mas acabando, em parte, esta sobreposição em 1840. Em 1847, para alguns observadores, o termo Socialismo se referia a um movimento burguês e o comunismo a um movimento da classe operária. Para saber mais sobre o termo, leia as páginas 1196 a 1201 do Dicionário de Política, de Norberto Bobbio, disponível em <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>> Acesso em 02 jan. 2018.

Diante deste cenário, alguns intelectuais imaginavam um processo transformador, no qual os donos dos poderes políticos e econômicos seriam sensibilizados quanto às necessidades de oferecer condições de vida melhores aos trabalhadores. Neste sentido, Gracchus **Babeuf** (1760-1797) defendia sua visão de socialismo como modelo social, pregando – com a maioria dos socialistas da época – que a transição para o novo modelo poderia ser feita pacificamente. Porém, a partir da metade do século XIX, surge a concepção do socialismo revolucionário, alcançado por meio da revolução social, e não por reformas nas leis e no sistema político. Em outras palavras, o termo socialismo possuía sentidos distintos, se referindo vagamente a uma noção de sociedade igualitária, sem qualquer consenso sobre como se daria essa transformação. Neste sentido, é primordial conhecermos os principais socialismos da época. Vamos lá?

Há uma clássica divisão criada por Karl Marx – em benefício próprio – que classifica todos os socialismos anteriores ao marxismo como **socialismos utópicos**. Foram assim classificadas as ideias de autores como Henri Comte de **Saint-Simon** (1760-1825), **Charles Fourier** (1772-1837) e **Robert Owen** (1771-1858), entre outros. Em comum, esses pensadores consideravam a economia de mercado competitiva injusta e irracional, procuravam pensar em modelos novos de organizações sociais harmônicas que, por supostamente beneficiarem a todos, receberiam apoio dos capitalistas até mesmo via financiamento dos projetos.

Robert Owen acreditava que deveriam ser criados empreendimentos industriais experimentais para comprovar a superioridade de seu novo modelo, voltado para as relações humanas, no qual os trabalhadores seriam estimulados a aumentar a produtividade em troca de um tratamento mais justo. Os experimentos de Owen não contaram com o apoio esperado e a própria lógica do trabalho em seus projetos fora suplantada pela rígida disciplina do trabalho, muito diferente do que se pretendia inicialmente.

Outro intelectual a propor experimentos dessa natureza foi Charles Fourier, que também defendeu a reforma do capitalismo, já que o considerava um sistema irracional, pois apenas uma classe realizava o trabalho útil. Fourier idealizou, então, uma comunidade organizada de forma descentralizada destinada à produção e composta por menos de dois mil trabalhadores que trabalhariam de acordo com suas vocações, os chamados **falanstérios**. Como não havia investidores para financiar este projeto, essas comunidades nunca saíram do papel.

Outro pensador francês, Saint-Simon, muito conhecido entre historiadores por sua análise da Revolução Francesa, foi um dos socialistas “utópicos” pioneiros. Ele acreditava que o governo deveria intervir diretamente na produção e distribuição de riquezas, a propriedade privada deveria ser utilizada para o interesse das massas e não ser abolida, e que as grandes fábricas deveriam atender ao interesse público e não o privado. Em outras palavras, as empresas privadas não são vistas por ele como um mal, mas deveriam exercer uma marcada responsabilidade social em nome de um bem-comum.

Tal como o socialismo, outro termo que possuiu diversas definições foi o **anarquismo**. Muitos dos pensadores assim definidos,

como Pierre Joseph **Proudhon** (1809-1865), também foram vistos como socialistas durante o século XIX. Para essa corrente de pensadores, seguidores de Proudhon, a propriedade privada deveria ser substituída pela posse coletiva em grupos cooperativos. A sociedade proposta pelos anarquistas é caracterizada pela ausência de um Estado e marcada pela cooperação, sem hierarquias, em especial as de classe. Muitas das feministas do XIX e XX se identificaram com o anarquismo em sua busca por repensar as hierarquias sociais, nas quais podemos incluir os papéis de gênero.



Pesquise mais

Para conhecer a discussões sobre o termo "anarquismo", leia as páginas 23 a 29 do **Dicionário de Política**, de Norberto Bobbio, disponível em <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>> Acesso em 03 jan. 2018.

O **socialismo cristão** foi desenvolvido na Inglaterra e na Alemanha após 1848 com Charles Kingsles, após o fracasso dos movimentos radicais nestes países. Segundo Brue (2013), a religião era o consolo dos trabalhadores, que a procuravam para amenizar o sofrimento e dar esperança aos trabalhadores. No socialismo cristão, a Bíblia era o manual do líder do governo, do empregado e do trabalhador, a ordem de Deus era o amor e companheirismo mútuo, e a propriedade privada dos ricos deveria ser administrada em benefício de todos. Esse movimento defendeu a reforma sanitária, a educação, legislação da fábrica e as cooperativas.

Até aqui você já deve ter percebido como existem diversos socialismos e que este termo não possui um sentido único. Chegamos, assim, finalmente, ao mais famoso deles: o **socialismo marxista**, também chamado por Marx de **científico**, que se baseia na teoria valor-trabalho, que discutiremos mais à frente. Para falarmos deste tipo de socialismo, vamos conhecer seu criador.

Como nós já discutimos, os socialistas chamados por Marx de "utópicos" criticavam o capitalismo, os males causados por ele e defendiam reformas sociais ou pequenos experimentos que conduziram à igualdade social. Karl Heinrich **Marx** (1818-1883) e seu principal parceiro de escrita, Friedrich **Engels** (1820-1895), não

concordavam com esta abordagem, e procuraram demonstrar que o sistema capitalista tinha contradições internas que iriam garantir seu fim com o desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, a revolução socialista, para Marx, seria inevitável nos países capitalistas desenvolvidos – o que não o impedia de defender que os trabalhadores deveriam se unir para antecipar o fim do capitalismo.

Marx nasceu na Renânia (atual Alemanha), em uma família relativamente abastada, seu pai foi jurista, de origem judaica e convertida ao cristianismo. Aos 17 anos, ingressou no curso de Direito na Universidade de Bonn e, no ano seguinte, seu pai enviou-o à Universidade de Berlim, onde permaneceu por quatro anos, e aos 23 recebeu o grau de doutor em filosofia. Marx acabou tornando-se jornalista em Paris, onde estudou o socialismo francês e a economia política inglesa. Na França conheceu Engels, seu amigo e parceiro intelectual com o qual escreveu **O Manifesto Comunista** em 1848. Voltando a Londres, deu continuidade aos seus estudos e, em 1867, publicou o primeiro volume da sua obra mais conhecida: **O Capital**, os outros dois volumes foram publicados após a sua morte por seu amigo Engels.



Pesquise mais

Para conhecer **O Manifesto Comunista** (1848), acesse o link <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273> Acesso em 01 nov. 2017.

Além de socialistas e contemporâneos, como Proudhon e Engels, outros intelectuais que participaram da formação do debate de Marx foram Ricardo (isto mesmo, caro aluno, o economista clássico), e os filósofos alemães Georg **Hegel** (1770-1831) e Ludwig **Feuerbach**. Foi com a leitura de Hegel que Marx se apropriou de um de seus conceitos fundamentais: a **dialética**. Para Hegel, o conhecimento e o progresso histórico se desenvolvem em um processo de conflitos de ideias, dialético, no qual a ideia já existente, a tese, é confrontada com a ideia contrária, a antítese. A partir dessa noção e das contradições que observava na sociedade capitalista, Marx criou o **materialismo histórico dialético**: nessa leitura, tal como uma antiga tese dominante seria confrontada pela antítese que gerara, a classe dominante seria derrubada pela classe oprimida que criou.



A luta de classes para Marx e Engels



A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [Homem] livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta. [...]

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado. (MARX; ENGELS, 1998 [1848], p.7)

Já ao estudar as obras de Adam Smith e David Ricardo, Marx ficou intrigado com a teoria do valor do trabalho. Para ele, a teoria possuía falhas e precisava ser reformulada. Uma das mais importantes teorias criadas por Marx é resultante de sua leitura de Ricardo e diz respeito à **Lei do valor-Trabalho**, que procura explicar que o valor das mercadorias, que é o preço delas, está relacionado ao trabalho dedicado à sua produção, ou seja, o valor das coisas depende do fator de *produção trabalho*. Para melhor compreensão desta teoria, é preciso entender as duas variáveis que estão presentes – trabalho e valor – e, claro, a relação entre elas.

Preço e valor são conceitos diferentes, pois o primeiro, o *preço*, pode ser entendido como o que se paga por uma mercadoria, enquanto *valor* se refere à representação, em dinheiro, do que se está levando. Quando o preço é igual ao valor, temos uma situação de equilíbrio. Imagine a seguinte situação: um amigo lhe pergunta

se uma mercadoria (que você não sabe qual) que custa R\$ 2,00 é barata ou cara. O que você responde? Provavelmente você responderá que sim, dois reais é um baixíssimo preço. Mas é preciso lembrar que, nesse exemplo, você não sabe qual é a mercadoria – você está considerando somente o valor. Então, para pensarmos sobre o que é *caro* e *barato* é preciso comparar preço com valor. Em outras palavras, uma pessoa considera barata uma mercadoria cujo preço seja menor do que o valor que ela atribui ao produto. Por outro lado, se a mercadoria for considerada cara, significa que o valor atribuído a ela é menor do que o preço. A situação ideal, de equilíbrio, é quando esta mesma pessoa considera o preço justo (valor e preço são iguais).

Marx defende que o trabalho é uma condição eterna do homem, mas esse trabalho pode ser **trabalho concreto**, que é executado pelo trabalho para benefício próprio, portanto, não é explorado pelo capitalista; e o **trabalho abstrato**, que é aquele explorado pelo burguês, gerando lucro. Para o marxismo, no começo da Idade Contemporânea temos o início de um processo de dissociação entre o trabalhador e seu reconhecimento em seu trabalho, perdendo a autonomia de sua produção. Diferentemente do artesão que se reconhece naquilo que produz a partir de seu conhecimento, ferramentas, habilidades e força de trabalho, o trabalhador capitalista perde o controle daquilo que produz. Esse é o processo conhecido como *alienação do trabalho*.

Para o filósofo alemão, o trabalho humano é a única forma de conferir valor ao produto ou serviço, ou seja, **o valor de uma mercadoria é representado pela quantidade de trabalho empregada para produzi-la**. Assim, Marx, em *O Capital*, definiu que o valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária para a fabricação de uma mercadoria, considerando as condições normais de produção, a competência média e a intensidade do trabalho no tempo. Em outras palavras, uma média de tempo dedicado pelos trabalhadores para elaborar um bem ou serviço, sendo socialmente aceitável em função de ser o conjunto de trabalhadores e não apenas um. Além disso, o trabalho socialmente necessário compreende o trabalho direto na produção da mercadoria, o trabalho embutido no equipamento e na matéria-prima utilizada durante o processo de produção e o valor transferido à mercadoria durante esse processo.

Karl Marx procurou também definir o valor do fator de *produção trabalho*, que são os salários pagos pelos capitalistas pela força de trabalho dos operários. Para isto utilizou como base a *Lei Férrea dos Salários* criada pelo clássico David Ricardo. A preocupação de Marx em definir os salários vem da constatação de que no sistema capitalista, assim como as mercadorias, a força de trabalho tem um valor e este é o preço da mão de obra expresso em dinheiro. Quando o produtor vende sua mercadoria, o dinheiro recebido representa o preço daquele produto, já o operário vende sua força de trabalho, recebendo um salário por isto, e este representa o preço do trabalho.

Porém, o operário recebe o salário após o tempo gasto com o trabalho, e seu pagamento é fixado de acordo com a quantidade de tempo trabalhada, horas, por exemplo, ou de acordo com a quantidade de mercadoria obtida.

Vamos imaginar agora um operário que trabalhe 8 horas por dia e receba 4 reais ao dia, sendo que nas 4 primeiras horas ele produz um valor equivalente a 4 reais (seu salário já foi pago), e nas últimas 4 horas ele produz mais 4 reais. Estas últimas quatro horas constituem a chamada **mais-valia**, conceito fundamental do pensamento marxista que vê o lucro como resultado da apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador por parte do capitalista. Resumindo, o operário que produz 8 reais mas recebe 4, tem a falsa impressão de que todo o seu tempo gasto com trabalho lhe foi pago, mas não foi.

Se o salário pago ao operário não é o valor ou preço do trabalho, e admitindo que o trabalho é uma mercadoria como qualquer outra e, portanto, tem um valor, como medir este valor? Por meio do trabalho? Seria difícil, caro aluno, medir *trabalho com trabalho*, correto? E nós temos mais um problema: se o empresário pagasse o valor do trabalho, ou seja, os 8 reais que falamos acima, a mais-valia não existiria e, conseqüentemente, o modo de produção capitalista também não. Então, o capitalista compra uma mercadoria, que é a força de trabalho (tempo do operário gasto com o trabalho), e esta força de trabalho sempre será menor do que o valor criado pelo trabalho (lembre-se do nosso exemplo, o trabalhador produz 8 reais e recebe 4 reais). Além disso, para aumentar a mais-valia, o capitalismo desenvolveria as diferentes formas de "organização científica do trabalho", como o taylorismo e o fordismo, bases do

princípio máximo de intensidade de trabalho. A lógica desses sistemas foi implementada inicialmente durante as revoluções industriais e resultou em trabalhadores executando as mesmas tarefas repetitiva e velozmente com o objetivo de aumentar a produção.

Nesse cenário, ao analisar o modo de produção capitalista, Marx concluiu que a produção capitalista tende a reduzir o salário médio. A explicação é que, como o salário é o preço da força de trabalho, e como outra mercadoria qualquer, é determinado pela *lei do valor*. O nome pode parecer estranho, mas você se depara com a lei do valor diariamente, já que quanto menor for a demanda por uma mercadoria, menor é seu preço, correto? O mesmo é válido para o salário: se existe mais procura por emprego do que oferta de postos de trabalho, o preço da força de trabalho (salário) tende a reduzir. Com a Revolução Industrial, novas técnicas produtivas foram desenvolvidas e aumentaram a produtividade do trabalho, reduzindo a quantidade de trabalho necessária para a produção de mercadorias, aumentando a quantidade de trabalhadores ociosos e dispostos a aceitar ganhar cada vez menos, aumentando a *mais-valia* dos empresários. Por outro lado, o nível de necessidades materiais dos operários aumentava com as transformações da sociedade industrializada e urbana.

Como, para os economistas, cada país determina seu nível de salário por meio da lei do valor da força de trabalho, temos aqui um dos principais elementos da **luta de classes** entre trabalhadores e capitalistas, ou, como Marx utilizava, *proletariado* e *burguesia*. Os capitalistas desejam elevar seus lucros pagando o menor salário possível, gerando **mais-valia**, enquanto os operários lutam para que seus salários sejam os maiores possíveis. Esse conflito teve início com o capitalismo industrial na Inglaterra e foi se espalhando para outros países capitalistas e suas colônias. Com o tempo, a luta de classes assumiu formas políticas mais complexas, por meio do desenvolvimento de sindicatos e partidos políticos de trabalhadores, enquanto os capitalistas, por sua vez, utilizavam a força policial ou da lei para conter as lutas dos trabalhadores – por conta desse processo, para Marx, o Estado é a expressão política dos interesses econômicos da burguesia. Com o passar das décadas, a organização dos trabalhadores e as propostas revolucionárias de sociedades socialistas pressionaram os países capitalistas a promulgar leis trabalhistas, como a definição de um salário mínimo e a proibição do trabalho infantil.



Para aprofundar seus conhecimentos sobre a Lei férrea dos salários, leia o artigo "A teoria marxiana do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata", disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao2/Rodrigo_Castelo_Branco.pdf> Acesso em 30 nov. 2017.

Agora que você conheceu noções básicas como *luta de classes*, as *leis valor-trabalho* e como o salário é formado segundo Marx, vamos compreender sua abordagem sobre as **crises periódicas inerentes ao capitalismo**.

Para o filósofo, as crises do sistema capitalista são originadas de suas próprias contradições: de um lado, temos os capitalistas que detêm os meios de produção e, de outro, os trabalhadores que são os produtores diretos e estão privados dos meios de produção, possuindo apenas sua força de trabalho. Esse antagonismo gera uma ruptura que se manifesta nas crises de superprodução capitalistas, ou seja, de um lado temos o excesso de meios de produção, de mercadorias e de capital, e de outro lado, a abundância de força de trabalho, as massas desempregadas e privadas dos meios de existência. Segundo os marxistas, enquanto o capitalismo existir, as crises de superprodução ocorrerão.

A primeira crise industrial que afetou amplamente a economia ocorreu em 1825 na Inglaterra. Onze anos depois, em 1836, uma nova crise se dá no mesmo país, mas se estendeu também aos Estados Unidos. No final dos anos 1840, outra crise, desta vez de maiores proporções, eclodiu na Inglaterra, afetando novamente os Estados Unidos e diversos países europeus. Esta foi considerada a primeira grande crise econômica mundial. E de lá para cá, diversas outras crises de escala global se desenvolveram no seio das potências capitalistas: nos Estados Unidos, a grave crise de 1873 ficou conhecida como *Pânico de 1873* e teve origem na falência de uma financeira norte-americana e na dissolução da Bolsa de Valores de Viena, agravada devido à superprodução (resultado do Fordismo e Taylorismo); a crise de 1890, economicamente, uma das mais famosas crises de insolvência de uma nação no século XIX, tendo seu ápice com a quase falência do banco inglês Baring, em função, principalmente, dos investimentos de risco argentinos. Desde então,

uma série de grandes crises se sucedeu, inclusive a mais famosa e grave: a crise mundial que levou à **Grande Depressão**, que ocorreu em 1929 com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, que discutiremos em uma próxima aula.



Refleta

Após nossas discussões sobre o socialismo marxista, e principalmente as críticas feitas por Karl Marx ao sistema capitalista, podemos afirmar que atualmente a situação econômica e social é diferente do que na época de Marx? Convido-o a refletir sobre as mudanças (ou não) do modo de produção capitalista e da situação do trabalhador.

Caro aluno, com nossas discussões, você conseguiu compreender o cenário histórico no qual o socialismo marxista surgiu e suas principais ideias? Os fatos apresentados nos ajudam a entender os questionamentos apresentados inicialmente.

Para responder ao aluno do professor Paulo, lembre-se de que a Revolução Industrial alterou a estrutura econômica, política e social da época. Com as invenções, a segurança da antiga economia agrícola acabou e, ao redor das fábricas, surgiram comunidades de trabalhadores nas quais a fome e a miséria estavam presentes. E do outro lado, os industriais capitalistas tornavam-se cada vez ricos. Foi nesse cenário que alguns intelectuais franceses defendiam a necessidade de abandono do modelo tradicional de produção capitalista, voltado para o individualismo e a desigualdade, e propuseram outros sistemas que imaginavam mais harmônicos e capazes de produzir o bem-comum. As diversas propostas, vagamente definidas como socialistas durante o século XIX, seriam ainda classificadas mais tarde como utópicas, anarquistas e até mesmo cristãs.

Neste sentido, foi a partir desse debate e do cenário de profunda desigualdade da Europa do XIX que Karl Marx formulou suas ideias: ele acreditava que apenas as contradições existentes no próprio sistema capitalista levariam ao seu fim, e os trabalhadores deveriam se unir para antecipar este fim inevitável. Marx procurou compreender o capitalismo e suas deficiências, criando noções e leis que não apenas criticavam o antigo sistema, mas propunham mudanças, o que deu origem ao socialismo marxista ou científico.

O entendimento da obra deste filósofo só pode se dar, portanto, a partir do cenário que buscamos aqui reconstruir.

Podemos discutir, finalmente: quão diferente é o nosso cenário atual? Seguramente, nas sociedades centrais do capitalismo, a discrepância entre ricos e pobres é muito menor do que aquela existente no XIX e os trabalhadores contam com uma série de direitos e garantias. No entanto, como vimos, essas conquistas também se deram a partir da luta de socialistas e da pressão dos trabalhadores e seus movimentos políticos. Em outros termos, uma série de contornos da nossa sociedade capitalista atual se deram como alternativa de negociação, um meio-termo negociado entre trabalhadores e elite diante de um cenário no qual o socialismo era visto como possibilidade concreta. Enfim, apesar de inicialmente parecer que o pensamento de Karl Marx não é válido nos dias atuais, para muitos autores esta não é uma verdade absoluta. A luta de classes ainda é um fato para os críticos do capitalismo, e as disparidades das economias europeias do século XIX ainda podem ser encontradas nos países da periferia do capitalismo. Além disso, a noção de crises sistêmicas do capitalismo ainda pode fornecer importantes instrumentos para refletir sobre a economia contemporânea, como a notícia inicial demonstra.

Faça valer a pena

1. Após diversas revoltas dos trabalhadores contra o sistema fabril, o governo interveio nas relações sociais e alterou as poucas leis que existiam quanto ao trabalho. Apesar disso, muitos intelectuais não acreditavam nas novas regras, e não concordavam com o modo de vida que os trabalhadores tinham. Por este motivo, propunham a criação de uma nova sociedade, com novos princípios e regras.

Com base no exposto, marque a alternativa correta quanto ao surgimento dos primeiros pensadores socialistas modernos:

- a) Na Inglaterra após a primeira Revolução Industrial.
- b) Na França após a Revolução Francesa.
- c) Na Inglaterra do século XIX.
- d) Na Rússia com a Revolução Russa.
- e) Na Espanha na época das Grandes Navegações.

2. Marx criticou o capitalismo em diversos aspectos, entre eles, a relação entre proletariado e burguesia, dando ênfase ao operário e seu valor social. Como afirma Marx, “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1998, p. 326). Assim, para Marx, o trabalho tem valor admirável na vida humana, no qual, seu potencial criador - em uma sociedade sem as determinações da exploração burguesa - seria amplamente reconhecido.

A única alternativa que apresenta a caracterização de um problema decorrente da produção em escala ocorrida da ampliação da divisão do trabalho sobre o moral do trabalhador é:

- a) O trabalhador se realiza menos no trabalho sem ser escravizado por ele.
- b) O trabalhador passa a compor seu mundo com as ideias dando forma à matéria.
- c) O trabalhador é levado a perder a noção de sua contribuição no processo produtivo.
- d) O homem passa a se sentir incapaz de mudar e passa a ser muito lento em sua mutação.
- e) O empregado é forçado a desejar ter o bem que produz.

3. A teoria valor-trabalho criada por Marx procura explicar que as mercadorias são expressas em valores de troca e são reflexo da igualdade do trabalho necessário para produzi-las. Assim, o valor de um produto é medido por meio da variável trabalho médio. Com base na Teoria valor-Trabalho, analise as afirmativas a seguir:

- I. O valor das mercadorias é igualdado pela variável trabalho.
- II. Para Marx, é impossível diferenciar os valores em valor de uso e valor de troca.
- III. O valor de uso se refere à própria mercadoria.
- IV. O valor de troca é o responsável pela determinação do valor.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) Somente I e II estão corretas.
- b) Somente III e IV estão corretas.
- c) Somente I, II e III estão corretas.
- d) Somente II, III e IV estão corretas.
- e) Somente I, III e IV estão corretas.

Referências

- BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage, 2013.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Resenha bibliográfica da teoria marxista do valor. **Rev. adm. empres.** São Paulo, v. 21, n. 4, p. 98, dez. 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000400014&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico**: Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MARX, Karl. **O capital** - Livro 1 - Vol. 1 e 2: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016. 938 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- ROSSETTI, José. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2003.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril, 2003.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

O pensamento econômico do século XX

Convite ao estudo

Olá, caro aluno, tudo bem com você?

Seja muito bem-vindo a quarta e última unidade do livro História do Pensamento Político e Econômico. Nossa caminhada sobre a evolução do pensamento econômico e sua historicidade continuará. Porém, agora nosso objetivo é compreender o pensamento econômico do Século XX, mais exatamente entre os anos 1930 e 2000, incluindo a realidade e os impactos político-econômicos em nosso país.

Como é do seu conhecimento, a partir do Século XX os EUA tornaram-se a potência econômica e política mundial dominante e, por isso a nossa ênfase sobre o pensamento econômico voltado à realidade estadunidense.

A Crise de 1929 e a seguinte Grande Depressão naquele país compuseram a maior crise econômica vista até então. Com ela, o pensamento clássico que tinha seus postulados aceitos durante o último Século, mostrou-se incapaz de explicar totalmente o motivo de a crise ter ocorrido. Nesse contexto, em 1936, John Keynes lançou o livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda e apresentou explicações mais coerentes para as demandas da realidade da época. Os paradigmas dominantes do pensamento econômico tomam uma nova forma, questionando parte do pensamento clássico com a defesa da necessidade de intervenção do Estado da economia.

Como sempre, essa visão sobre a economia não era unânime, nem todos concordavam com a intervenção estatal, assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgem a chamada Escola de Chicago e os monetaristas, defensores do livre mercado e da moeda como principal variável econômica. Essas ideias deram

a base para o chamado neoliberalismo. No mesmo período e com outra perspectiva, na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) procurava explicar os motivos que impediram o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Como parte desse cenário, a história brasileira, também sofreu impacto das escolas econômicas.

Para iniciarmos as discussões sobre o pensamento econômico do Século XX, teremos a ajuda do professor de história João Batista, que apesar de defender, politicamente, que o Estado deve intervir na economia, sempre se preocupou muito em não impedir o debate e as diferentes abordagens sobre um mesmo tema - mediando o processo de ensino-aprendizagem, e potencializando a capacidade de análise crítica do aluno. Neste semestre, o cuidado será ainda maior, pois os conteúdos tratados pelo professor João são atuais, polêmicos e controversos, e certamente, pela sua experiência com a disciplina, as discussões em sala de aula serão muitas, e diversas dúvidas surgirão.

Para responder os possíveis questionamentos dos alunos do professor João, a unidade foi dividida em três seções. Na primeira, conheceremos o contexto histórico e a teoria que alterou o pensamento econômico aceito até então, que foi a teoria Keynesiana. Iremos estudar a importância da intervenção do governo na economia, a necessidade de investimento produtivo e de gastos e também, como Keynes procurou por meio da sua teoria, combater os especuladores e o desemprego. Já na segunda seção, iremos para o lado oposto desta discussão, ou seja, compreenderemos o chamado neoliberalismo e o estado mínimo. Para isto, conheceremos Friedrich Hayek, Milton Friedman e, claro, o cenário histórico que estes intelectuais formularam suas teorias. E, para finalizar a unidade, passaremos ao pensamento econômico latino-americano, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e os pensamentos econômicos brasileiros de 1930 aos anos 2000. Preparados?

Bons estudos!

Seção 4.1

A revolução do pensamento econômico: a intervenção estatal

Diálogo aberto

Olá, caro aluno! Nesta seção, começaremos a compreender o pensamento econômico do Século XX por meio de um fato ocorrido em 1929 nos EUA, mas que envolveu todo o mundo capitalista, inclusive o Brasil: a **Crise de 1929**. Foi diante do cenário de crise inaugurado com a Quebra da Bolsa de Valores em Nova York - e que se estendeu durante a década de 1930 - que as ideias de um economista em especial ganharam destaque: **John Maynard Keynes**, que procurou explicar os motivos da chamada **Grande Depressão**.

Para que nosso objetivo seja atingindo, o professor João Batista começou sua aula explicando os postulados da economia clássica e sua aceitação como política econômica no mundo capitalista do final do Século XIX e primeiras décadas do XX. Mas, lembrou o professor João, a Crise de 1929 abalou essas certezas. John Keynes criticou fortemente os princípios da economia clássica, criando uma nova doutrina econômica que supostamente manteria o sistema capitalista distante de novas grandes crises.

Ao final da aula, um dos alunos foi a mesa do professor com um questionamento: "Como a teoria keynesiana está relacionada à Grande Depressão? Suas ideias evitam as crises econômicas de fato?" Quais são explicações que o professor João poderá dar a esse aluno?

Não pode faltar

A Crise de 1929 e a Grande Depressão

Como você sabe, a história do pensamento econômico não está dissociada das transformações da história. Mais do que uma sucessão de ideias que se deu em um "contexto" ou "cenário" histórico, os dogmas das escolas econômicas são eles próprios frutos da realidade vivida e dos projetos criados a partir das demandas das grandes economias mundiais. Com a **Teoria Keynesiana** - nosso

principal tema nesta seção – não foi diferente. Assim, até o final dos anos 1920, os pressupostos clássicos, como a mínima intervenção do governo na economia, a oferta criar sua própria demanda, a ideia do comportamento econômico de autointeresse e a harmonia de interesse, eram aceitos pela maioria dos estudiosos e adotados pelas principais potências capitalistas. Porém, em 1929, estoura uma grande crise econômica do sistema capitalista iniciando a chamada Grande Depressão, e não houve uma resposta satisfatória dos postulados clássicos para explicar os motivos de tal crise. Pelo contrário, de acordo com o que era defendido pelos economistas seguidores de Adam Smith, David Ricardo e outros, uma crise com essas dimensões não seria possível. Foi nesse contexto que surgiu o pai da macroeconomia moderna, **John Maynard Keynes** (1883 – 1946) que conseguiu, pelo menos em parte, explicar a crise econômica e propor novos caminhos que deveriam ser seguidos.

A Grande Depressão tem seu início nos EUA, quando a Bolsa de Valores “quebrou”. Mas como isso ocorreu? Durante e após a Primeira Guerra Mundial houve uma superprodução, principalmente de aço, máquinas, e carvão nos Estados Unidos, já que a Europa era o próprio cenário da guerra. Com isso, as empresas norte-americanas tiveram lucros exorbitantes, fazendo com que o país – que já havia crescido vertiginosamente nas décadas anteriores – se tornasse a maior potência econômica do mundo. Essa situação perdurou por, aproximadamente, dez anos, chegou-se até a se falar em “*American way of life*”, expressão utilizada por muitos até os dias de hoje, que significa “modo de vida americano”, como referência ao estilo de vida baseado no consumo e no conforto trazido pela indústria, com novos produtos lançados a todo tempo.

Esse “boom” econômico fez com que as ações das empresas no mercado de capitais fossem valorizadas, e os norte-americanos passaram a investir cada vez mais no mercado acionário. O aumento no investimento fez com que o preço unitário aumentasse significativamente (lembre-se de que quando temos muita procura/demanda por algo, o preço tende a subir), e as empresas, para financiar sua produção, vendiam mais e mais ações, ou seja, a especulação na bolsa de valores era cada vez maior durante a década de 1920, já que os lucros altos e as novas sociedades anônimas surgiam. Por outro lado, com o fim da primeira guerra e o início da recuperação do setor produtivo dos países da Europa,

a demanda pelos produtos dos Estados Unidos reduziu, inclusive os produtos agrícolas, cujo setor foi o primeiro a sentir o impacto ao ter suas exportações reduzidas. Sem vender seus produtos, os grandes proprietários não conseguiam saldar as dívidas adquiridas no período da expansão da demanda e do crédito – o que também afetou o setor financeiro, especialmente os pequenos bancos. Além disso, com os produtos agrícolas encalhados, os produtores pagavam taxas altas de armazenagem, aumentando ainda mais a dívida. Diante dessa situação, muitos agricultores faliram, dessa forma, as cidades sentiram o reflexo da crise no campo por meio do desabastecimento, do êxodo rural e do desemprego gerado pela perda das terras de pequenos proprietários (confiscadas pelos bancos) e também por meio do aumento do uso da tecnologia no campo e nas indústrias.

Diante desse cenário, em 24 de outubro de 1929, uma quinta-feira, os valores das ações caíram significativamente em função do aumento da oferta de ações na bolsa de valores (70 milhões de títulos foram postos à venda sem ter demanda suficiente), e, como você sabe, com os preços mais baixos, os investidores desejam vender rapidamente o ativo para que eles não continuassem a perder dinheiro. E, foi exatamente isto que ocorreu nessa época: os investidores queriam vender as ações, mas ninguém queria comprar! Sem mercado consumidor, os preços das ações reduziam ainda mais, e mais investidores colocavam suas ações a venda, como um ciclo mesmo e, assim, a famosa Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou.

Qual foi o impacto dessa quebra da Bolsa norte-americana? Com os preços baixos das ações de uma empresa, os empresários não investiam nela, afinal, não há incentivo para investir em uma empresa à beira da possível falência. Sem investimentos, as empresas não conseguiam produzir, aumentando o desemprego, reduzindo a renda e o consumo. Dessa forma, várias empresas faliram, assim como diversos bancos, que fizeram empréstimos a essas empresas e não conseguiam receber de volta o dinheiro emprestado. Assim, a quebra da bolsa de valores dos EUA acarretou em desemprego e falência generalizada na economia norte-americana.



Assimile

A Grande Depressão se iniciou nos Estados Unidos em 1929 quando a Bolsa de valores de Nova Iorque quebrou, afetando a economia da maior potência capitalista do mundo e, por consequência, do resto do globo. Diante desse cenário, os postulados do pensamento econômico clássico não pareciam capazes de explicar a situação e tampouco salvar a economia das condições desastrosas vividas nos anos seguintes.

Nessa época, ainda não se falava em *globalização*, mas havia grande integração econômica entre as potências capitalistas e suas colônias ou territórios de influência, e, por isso, o problema não ficou restrito apenas aos Estados Unidos. As Bolsas de Londres, Berlin e Tóquio também quebraram, pois existia e ainda existe, uma relação comercial (compra e venda de bens e serviços) e não comercial (compra e venda de ativos, envio de lucros ao exterior, investimento direto estrangeiro etc.) dos Estados Unidos com os demais países. Assim, esta se desenvolveu como a maior crise econômica mundial, já que os Estados Unidos e outros países não importavam mais mercadorias de diversas nações que dependiam delas, o que aumentava os estoques de bens desses países, como aconteceu com a economia brasileira.



Pesquise mais

A seção 5 do texto *A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica, semelhanças e diferenças com a crise atual* traz uma discussão muito interessante sobre a relação entre a Grande Depressão e as ideias keynesianas no contexto da economia norte-americana por meio de interpretações de autores estadunidenses. O texto está disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>> Acesso em: 9 dez. 2017.

Nesse período, o café era o principal produto da economia brasileira e praticamente toda sua produção era vendida (exportada) para outros países. Essa dependência do café originou uma importante elite cafeeira, cujo poder cresceu no mesmo ritmo em

que aumentava o peso do café na economia brasileira a partir da segunda metade do Século XIX. O domínio político da oligarquia fundiária originou a chamada política “café com leite”, no qual existia um acordo/arranjo político que vigorou durante toda a República Velha entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, para que paulistas e mineiros se revezassem na presidência da república, daí o nome, “café” produzido em São Paulo e “leite” produto produzido em Minas Gerais. São Paulo e Minas Gerais eram as mais ricas e influentes províncias da época.

A economia brasileira dependia em grande parte da produção e da exportação de café. Com a crise, porém, esse produto deixou de ser importado, fazendo com que o preço dessa *commodity* (*commodity* significa mercadoria, e é qualquer bem em estado primário, como os produtos agropecuários e de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala, cujo o preço é determinado no mercado internacional) reduzisse. Assim, em 1930, dois elementos estavam presentes: a produção nacional era enorme e a economia mundial estava em crise. A depressão no mercado internacional fez com que o preço do café fosse reduzido ainda mais, e o governo (lembre-se, composto de membros da própria elite cafeeira) interviu, comprando e estocando o produto, e desvalorizando o câmbio.

John Keynes e o keynesianismo

Agora que você conheceu um pouco mais sobre o contexto histórico da Grande Depressão, vamos discutir as ideias de Keynes nesse cenário. Acredito que você pode ter a impressão de que o pensamento clássico não era questionado por nenhum intelectual, e que foi Keynes o primeiro a discordar de tais dogmas. Mas não se esqueça que durante todo o Século XIX, de Auguste Comte a Karl Marx, muitos pensadores questionaram os dogmas do liberalismo. Além disso, os próprios fundamentos das ideias de Keynes datam de antes de 1929, mais exatamente a partir da Primeira Guerra Mundial quando os controles econômicos exigiram uma visão mais geral da economia. Perceba então, caro estudante, que muitas vezes um sistema ou conjunto de ideias econômicas pode permanecer relativamente “esquecido” até que as demandas da realidade levem as pessoas a buscar novos caminhos para os problemas enfrentados.

Diante desse contexto, os trabalhos de muitos economistas

passaram a tratar da estrutura da economia agregada (economia como um todo, um conjunto) ou na macroeconomia, diferentemente da escola clássica que considerava a microeconomia (setores individuais, produtores e consumidores separadamente). O pensamento de Keynes também teve origem na preocupação com a taxa decrescente de crescimento, já que com o término da Primeira Guerra Mundial as empresas privadas do mundo ocidental ficaram menos vigorosas. Além disso, o crescimento populacional estava decaindo, e não havia, inicialmente, espaço para a expansão demográfica (BRUE, 2013), ou seja, o mercado consumidor não aumentava diferentemente da produção que excedia o consumo.

Após a crise de 1929, alguns intelectuais defendiam que o governo deveria intervir na economia, e que algumas políticas deveriam ser implementadas. Mais tarde, Keynes estruturou analiticamente as ideias que eram discutidas, e tais políticas ficaram conhecidas na economia como “revolução keynesiana”.



Pesquise mais

Falamos muito em ruptura das ideias clássicas com o surgimento da teoria keynesiana, mas isto é real? Para entender esta ruptura (ou não), leia o artigo intitulado *Continuidade ou ruptura? Uma análise de alguns aspectos da filosofia social de John Stuart Mill, Alfred Marshall e John Maynard Keynes* da pesquisadora Laura Valladão Matos disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000200360&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2017.

A economia keynesiana é uma das principais teorias da atualidade, surgindo em 1936 com a publicação do livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Como Keynes afirma em sua obra: “O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico” (KEYNES, 1982 [1936], p. 43). Portanto, nesse trabalho, Keynes criticou fortemente os postulados da economia clássica e combateu a lei de Say, que afirma que a oferta cria sua própria demanda. Nesse sentido, Keynes (1982 [1936]) contesta essa ideia, afirmando que, se fosse verdade, significaria de modo expressivo, mas não claramente definido, que o total dos custos de produção

deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto. Para ele, os postulados clássicos que foram aceitos até então não conseguiam explicar a Grande Depressão.



Pesquise mais

Para conhecer o livro *Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda*, lançado em 1936, que revolucionou a teoria econômica ao criticar os postulados clássicos, leia o capítulo dois (páginas 44 a 58). O livro está disponível no link: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/090320170036_Keynes_TeoriaGeraldoempregodojuroedam oeda.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Nesse sentido, as principais características e princípios da economia a keynesiana, são:

Ênfase macroeconômica, ou seja, a preocupação era com as variáveis agregadas de consumo, poupança, renda, produção e emprego; os keynesianos estavam mais interessados no consumo de toda uma população em conjunto, do que em entender os gastos individuais.

Demanda efetiva, ou gastos agregados, é uma preocupação de Keynes e seus seguidores, pois, para eles, a demanda é a determinante imediata da renda nacional, da produção e do emprego. Os gastos agregados são a soma dos gastos de consumo, do investimento, do governo e a exportação líquida. As empresas produzem a quantidade que esperam vender, mas nem sempre conseguem vender tudo que produziram e acabam demitindo funcionários para reduzir a produção. A ideia é que a demanda efetiva que estabelece a produção real da economia e não ao contrário (oferta determina a demanda) como afirmavam os clássicos.

Instabilidade na economia, para Keynes, a economia tem a tendência a aumentos rápidos de produção e consumo em função da irregularidade dos gastos planejados com investimentos. Como o investimento não é planejado sempre, a renda e a produção nacional mudam mais rapidamente e em quantidades maiores do que os investimentos. Resumindo, a economia não é estável em função dos níveis de gasto com investimento serem irregulares. Certamente, você deve estar pensando que essa foi uma conclusão

óbvia. Sim, hoje sabemos que, de fato, a economia é instável, mas na época era aceito por muitas nações que, a partir dos pressupostos supostamente infalíveis do pensamento clássico, a economia tenderia sempre à estabilidade.



Refleta

Vimos ao longo das aulas anteriores, cenários históricos distintos nos quais alguns postulados econômicos foram criados. Diante da constatação da instabilidade econômica pela economia keynesiana, podemos afirmar que antes a economia era estável?

Como afirmava Keynes, os **salários e preços são inflexíveis** e com tendência a queda, em função da existência de instituições, como contratos, sindicatos, lei do salário mínimo, entre outros. Assim, em períodos de recessão econômica, ou seja, quando a demanda agregada por bens e serviços reduz, o preço é mantido, a produção diminuiu, e funcionários são demitidos (os que permanecem mantêm o mesmo salário). Enfim, o nível de preços cai, os preços somente reduzem se a economia permanecer em recessão por um período maior de tempo.

A última característica que destacaremos aqui - e talvez a mais conhecida da economia keynesiana - é a **intervenção do governo na economia** por meio das políticas monetárias (taxa de juros e moeda em circulação) e fiscal (gastos e arrecadação), para promover o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico. Então, para combater a recessão econômica, o governo deve aumentar seus gastos ou reduzir o percentual ou quantidade de impostos. Além disto, o governo deve aumentar a oferta de moeda para fazer com que a taxa de juros baixe e assim incentivar os gastos com investimento.

Na visão de Keynes os gastos deveriam ser voltados para as obras públicas, como construção de escolas, hospitais, parques e outras comodidades para as pessoas. Por outro lado, é sabido que tais obras trariam mais benefícios para as pessoas de renda média e baixa do que para os ricos. Nesse sentido, como o poder político estava nas mãos dos ricos, provavelmente, eles defenderiam políticas que não redistribuíssem a sua renda, e nesse caso, Keynes sabia que poderia

ser politicamente necessário canalizar os gastos para as empresas privadas. Para você ter uma ideia da necessidade de intervenção do governo na economia, Keynes defendia ironicamente que, caso necessário, o governo deveria contratar dois grupos de pessoas: um grupo para fazer buracos e outro para tapar os buracos. Certamente você deve estar pensando que seria um gasto público desnecessário, certo? Mas, na visão do economista, essa estratégia faria com que a renda nacional aumentasse e, com isso, o investimento e o consumo seriam estimulados.



Exemplificando

O pensamento de Keynes

O antigo Egito foi, duplamente, afortunado e, sem dúvida, devia a isto sua fabulosa riqueza, pois tinha duas atividades, a saber, a construção das pirâmides e a busca de metais preciosos, cujos frutos, como não podiam servir para atender as necessidades do homem pelo consumo, não se deterioravam com a abundância. A idade Média construía catedrais e entoava cantos fúnebres. Duas pirâmides, duas missas para os mortos são duas vezes melhor do que uma: mas isso não acontece com duas estradas de ferro de Londres e York. (KEYNES, 1982, p. 131)



Caro aluno, para não deixar dúvidas, é importante observarmos que quando a economia keynesiana defende a intervenção do governo, ela não está falando em intervenção total ou socialismo, muito pelo contrário. Keynes defendia o capitalismo com intervenção estatal para incentivar a geração de emprego, a estabilidade e o crescimento econômico. Em outros termos, Keynes apresenta um conjunto de ideias que buscam trazer mais estabilidade para o sistema capitalista.

As ideias de Keynes se tornaram um importante paradigma do mundo capitalista nas décadas seguintes à Grande Depressão. A partir delas, consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial – e especialmente na Europa – uma série de políticas econômicas que visaram um “Estado de bem-estar social”, garantindo serviços

públicos e condições mínimas para o consumo e o trabalho da grande maioria da população. No entanto, como sabemos, a economia é uma área instável e o pensamento keynesiano seria fortemente debatido e desafiado a partir das crises econômicas dos anos 1970 e do surgimento do **neoliberalismo**.



Pesquise mais

Caso deseje conhecer mais a fundo a teoria keynesiana assista ao vídeo em Teoria Keynesiana disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9CW7d-4URUY>> Acesso em 12 nov. de 2017;

Sem medo de errar

Olá, caro(a) aluno(a), com as nossas discussões acredito que você tenha conseguido compreender o cenário histórico no qual a economia keynesiana surgiu e quais problemas ela buscava combater. Voltemos então ao nosso estudante que buscava uma resposta do professor João.

O professor lembrou que, apesar de já receber algumas críticas a partir do início da Primeira Guerra Mundial – tais como a necessidade de uma visão mais ampla da economia e a utilização de estatísticas para explicar o crescimento da produção e do comércio em larga escala –, o pensamento econômico clássico era bem aceito por muitos intelectuais e governos. Quando estourou em 1929 a maior crise do sistema capitalista até então, os postulados clássicos passaram a ser ainda mais contestados. Nesse contexto, John Keynes estruturou analiticamente as ideias que eram discutidas e traçou o que chamamos de “revolução keynesiana”, combatendo a ideia de que a oferta cria sua própria demanda e que a economia tenderia à harmonia sem necessidade de intervenção estatal. Para ele, os postulados clássicos que foram aceitos até então não conseguiam explicar a Grande Depressão.

Ao final da explicação, o professor ainda esclareceu que muitos economistas – e governantes – até os dias de hoje defendem o keynesianismo como uma maneira de evitar grandes crises do capitalismo. Como veremos a seguir – e lembrou o professor João ao seu aluno –, as lógicas do keynesianismo ainda seriam

desafiadas por novas maneiras de ver a economia e, nesse sentido, não há uma fórmula infalível que evitaria as crises econômicas no sistema capitalista.

Faça valer a pena

1. O sistema econômico capitalista é marcado por períodos de expansão econômica, quando há aumento do consumo, da produção, do emprego e da renda, e, na sequência, por períodos de recessão econômica, quando há uma redução no consumo e na produção, afetando outras variáveis. Dentre as grandes depressões, pode-se citar a Grande Depressão iniciada nos Estados Unidos em 1929.

Marque a única alternativa que apresenta três fatores que ocasionaram a Crise de 1929:

- a) O protecionismo à indústria norte-americana, a escassez de crédito bancário e a superprodução.
- b) A saturação do mercado internacional, a crise na agricultura e o crash da bolsa de Nova Iorque.
- c) A superprodução, a saturação do mercado e a expansão exagerada do crédito bancário nos Estados Unidos.
- d) A intervenção do governo norte-americano, redução na produção de bens, e o aumento na renda nacional.
- e) O aumento na oferta de terras para a agricultura, a recuperação europeia no pós-guerra, redução no preço das ações.

2. Durante muitas décadas, o modelo clássico foi aceito para explicar as variações econômicas, até que em 1929, quando estoura a grande crise mundial, os pressupostos do modelo clássico não conseguiam explicar, por exemplo, por quê, mesmo com os salários nominais reduzindo, a taxa de desemprego continuava a aumentar. Diante desse cenário, as ideias de intervenção estatal na economia ganharam destaque, e Keynes lançou sua obra, *Teoria Geral, do Juro e da Moeda*, criticando os postulados clássicos e lançando as bases conceituais da macroeconomia moderna. Em relação à teoria keynesiana, leia as afirmativas a seguir:

- I. Keynes confirmou que a oferta cria a demanda.
- II. Keynes inseriu as expectativas no processo decisório das firmas.
- III. Para Keynes preços e salários são regidos no curto prazo.
- IV. Diferente do modelo clássico, o modelo keynesiano é de longo prazo.

Marque a alternativa que contemple todas as afirmativas corretas:

- a) I e II estão corretas.
- b) III e IV estão corretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) I e IV estão corretas.
- e) II, III e IV estão corretas.

3. A década de 1920 nos Estados Unidos foi atípica, já que desde o final da Primeira Guerra Mundial, o país produzia e consumia desenfreadamente, fazendo com que pessoas e empresas acreditassem em um novo estilo de vida. Porém, essa situação não perdurou muitos anos, e em outubro de 1929 a bolsa de valores de Nova Iorque quebra.

Marque a única alternativa correta que mostra uma consequência da crise de 1929 para o mercado internacional.

- a) Os preços e salários subiram fortemente, aumentando a demanda por empregos nas indústrias europeias.
- b) A Europa, que foi devastada com a Primeira Guerra, recuperou sua riqueza com altos investimentos norte-americanos.
- c) A economia brasileira não foi afetada, e continuou produzindo e exportando café para o mercado internacional.
- d) Muitos países, como Brasil, foram impactados com a crise, pois não conseguiam exportar seus produtos.
- e) A Alemanha conseguiu recuperar seu mercado consumidor, já que os Estados Unidos não era mais concorrente.

Seção 4.2

O Estado liberal

Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção, nossas discussões a respeito do pensamento econômico do século XX continuarão: nosso foco se centrará agora sobre o mundo capitalista após a Segunda Guerra Mundial, os impactos das ideias de Keynes nessas sociedades e o surgimento da crítica ao keynesianismo presente no **neoliberalismo**. Para atingir nosso objetivo, teremos novamente a ajuda do professor João Batista, que continuou com suas aulas após explicar aos alunos a relação entre a Grande Depressão e o surgimento da teoria keynesiana.

Em uma das aulas seguintes, João se deparou com uma discussão acalorada em sala, na qual um aluno afirmava que o Estado tem como obrigação intervir na economia e que as ideias neoliberais surgiram somente porque os países desenvolvidos desejavam dominar as nações em desenvolvimento, tanto que por isso, segundo ele, não foram postas em prática nos países do centro do capitalismo. Como o professor João poderia explicar para esse aluno o contexto histórico do surgimento da doutrina neoliberal e seus princípios? Como fazê-lo para produzir um entendimento menos maniqueísta do tema, sem uma narrativa de apoio ou condenação a esse ideário?

Não pode faltar

Quando discutimos políticas econômicas no Brasil – e no mundo – sempre passamos por um debate que envolve diferentes leituras sobre a intervenção do Estado na economia. Um país deve possuir empresas estatais em setores estratégicos, como energia, distribuição de água ou mesmo indústria bélica? A saúde, a educação e o ensino superior devem ser oferecidos pelo Estado? Um governo deve criar taxas e barreiras que favoreçam seus produtos em detrimento dos importados?

Essas questões, sempre à tona em momentos de debate político, só podem ser respondidas a partir de determinados pontos de vista que, por sua vez, dependem da teoria econômica adotada. Como vimos, segundo o keynesianismo, a solução para evitar as grandes crises do capitalismo seria a intervenção do Estado na economia gerando empregos, aumentando a demanda e diminuindo as desigualdades. Essa doutrina, base para muitas propostas de política econômica a partir dos anos 1930-40 se tornou elemento central do mundo capitalista do pós-guerra: na Europa se fortalecia o Estado de Bem-Estar social e, na América Latina, o desenvolvimentismo cepalino eram exemplares da força do keynesianismo.

O primeiro desafio mais sério levantado contra essa teoria econômica então hegemônica se deu ao final da Segunda Guerra Mundial (1945) com a obra, *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek (1899 – 1992). A “nova” doutrina proposta por Hayek consistia em uma atualização dos princípios do liberalismo econômico – daí o nome **neoliberalismo** – e ganhou destaque a partir dos anos 1970 em todo o mundo capitalista. Mas o que é neoliberalismo? Como surgiu? Quem são os principais expoentes? Essas são algumas perguntas que nortearão nossa aula.

Como estudamos, o pensamento keynesiano foi aceito amplamente pela teoria econômica na década de 1930 e início dos anos 1940, e estava se consolidando nas práticas políticas e econômicas dos Estados Unidos e em parte da Europa. Após a Segunda Guerra Mundial (1939- 1945), porém, teóricos como **Milton Friedman** (1912 - 2006) e **Friedrich Hayek** não concordavam com o Estado intervencionista e de Bem-Estar defendido por Keynes, (re)apresentando as propostas liberais. A ideia era defender a liberdade do comércio e os dogmas liberais defendidos nos séculos anteriores pelos economistas clássicos, associando-os aos ideais de democracia e liberdade política.

Hayek e a Escola Austríaca

Para autores como Hayek, o capitalismo baseado nos ideais keynesianos – como a defesa da participação do Estado como elemento central das políticas econômicas, a busca do pleno emprego – constitui uma distorção do liberalismo e o início do caminho para uma espécie de socialismo disfarçado. Hayek, é

considerado o “pai” do neoliberalismo e *O Caminho da Servidão*, de 1944, sua obra inaugural, argumentava que o governo não poderia intervir na economia, formalizando que os mecanismos de mercado que estavam sendo impostos pelo Estado limitavam a liberdade econômica e política. O alvo de Hayek era o Partido Trabalhista Inglês, defensor do Estado de Bem-Estar, que estava às vésperas de ganhar as eleições. Hayek queria deixar a mensagem de que, apesar das boas intenções, a chamada social democracia inglesa conduziria a uma servidão moderna, tão desastrosa quanto as experiências totalitárias como o nazismo alemão.

Em 1947, quando o Estado de Bem-Estar já estava consolidado em parte da Europa, Hayek convocou um grupo de intelectuais com a mesma orientação ideológica para uma reunião em *Mont Pèlerin*, na Suíça. Dentre os intelectuais estavam **Milton Friedman** (que discutiremos mais à frente), Karl Popper, Lionel Robbins, **Ludwig Von Mises**, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga. Nessa reunião foi formada a Sociedade *Mont Pèlerin*, altamente organizada e com reuniões internacionais a cada dois anos. O propósito dessa sociedade era combater o keynesianismo que avançava e preparar o alicerce para um novo tipo de capitalismo, sem a intervenção do governo.



Exemplificando

Trecho de *O caminho da servidão*

Observe como o autor busca associar liberdade econômica à liberdade política:

A transformação gradual de um sistema hierárquico organizado em moldes rígidos num sistema em que os homens podiam pelo menos tentar dirigir a própria vida, tendo a oportunidade de conhecer e escolher diferentes formas de existência, está intimamente ligada ao desenvolvimento do comércio. (HAYEK, 1987, p. 40)

No chamado neoliberalismo, os princípios que reiteram o chamado “Estado Mínimo” questionam a necessidade de intervenção do Estado, assim como consideram o pleno emprego

prejudicial para os empresários e para a economia. Para os liberais, as grandes empresas são a forma mais eficiente para organizar a produção e gerar crescimento para o país, introduzindo inovações e dimensionando o mercado. Deste modo, a política econômica dos países capitalistas deveria ser pensada, de acordo com essa ideologia, para favorecer os interesses do grande capital. Ao mesmo tempo, nessa proposta, as instituições financeiras multilaterais colaborariam com esse novo olhar capitalista por meio da regulação do dinheiro mundialmente, com cotações fixadas a partir do dólar (até 1971 o padrão-ouro ainda era utilizado na cotação das moedas) e determinando as condições das negociações e empréstimos a partir dos princípios neoliberais.



Pesquise mais

Definir termos como liberalismo e conservadorismo não é uma tarefa simples: essas palavras possuem diversos sentidos de acordo com o contexto histórico. Nos EUA, por exemplo, usa-se o termo liberal no debate político para qualificar grupos progressistas e/ou associados ao Partido Democrata (apesar de sua postura mais intervencionista na economia) em oposição aos conservadores (que, nesse caso, são os maiores defensores do liberalismo econômico). Em outros contextos e países, porém, o termo liberal é muitas vezes utilizado apenas como descrição da postura de apoio ao liberalismo econômico. Para saber mais sobre as diferentes acepções dos termos, leia as páginas 242 a 246 e 686 a 708 do **Dicionário de Política** de Norberto Bobbio disponível em: <<https://goo.gl/6W13wj>>. Acesso em: 12 fev. de 2018.

Porém, esta não seria uma tarefa fácil, as condições econômicas não eram nada favoráveis para os neoliberais, pois a economia de diversos países apresentava crescimento considerável. Mesmo assim, Hayek defendia que o igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar acabava com a liberdade das pessoas e com a concorrência. Esse pensamento permaneceu na teoria por aproximadamente 30 anos, quando, na década de 1970, as economias de diversos países centrais do capitalismo sofrem **estagflação**, ou seja, baixo crescimento com altas taxas de inflação: a primeira grande crise econômica após a Grande Depressão de 1929. As facetas principais dessa crise estão na política fiscal adotada pelos governos, das

ideias keynesianas e as duas crises do petróleo em 1973 e 1979. Hayek e seus seguidores afirmavam que a origem da crise estaria no poder excessivo dos sindicatos e com a crescente pressão para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. A solução neoliberal era manter um Estado forte que priorizasse a estabilidade monetária em detrimento de gastos sociais, que acabasse com o poder de sindicatos e criasse taxas de desemprego que favorecessem os interesses dos empresários.

Para que a estabilidade monetária fosse possível, os liberais defendiam uma disciplina orçamentária, ou seja, contenção dos gastos com bem-estar (gastos sociais): saúde, educação, programas sociais. Com a restauração da taxa natural de desemprego – fim do pleno emprego – deveria ser aceito um exército industrial de reserva de trabalho (conceito de Marx para o desemprego estrutural da economia capitalista, se refere à força de trabalho que excede a necessidade da produção), o que faria com que os salários reduzissem e acabaria com o poder dos sindicatos. Em outros termos, com taxas mais elevadas de desemprego, os trabalhadores, lutando por sua sobrevivência, não exigiriam salários mais altos aos seus empregadores nem fariam greves.

Além disso, reformas fiscais deveriam ser feitas para incentivar os agentes econômicos. Defendidas pelos neoliberais, elas consistem em reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Com isso, os empresários iriam ter incentivos para investir, gerando emprego e renda. Essas medidas faziam com que fosse reestabelecida uma nova e saudável desigualdade, dinamizando as economias mais avançadas. Assim, o crescimento econômico retornaria a partir da estabilidade monetária e dos incentivos para o mercado. Como um dos últimos pilares da doutrina que propunha, Hayek, um dos principais economistas da **Escola Austríaca**, era adepto da evolução espontânea da economia e opunha-se ao planejamento das estatais.



Pesquise mais

Um dos principais trabalhos de Friedrich Hayek é a clássica obra *O Caminho da servidão*. Leia o primeiro capítulo, *O caminho abandonado*. HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/ Instituto Liberal, 1987.

Friedman e a Escola de Chicago

O pensamento neoliberal se expande academicamente com a **Escola de Chicago**, nome dado ao grupo de economistas neoliberais da Universidade de Chicago que se consolidam sob a liderança de **Milton Friedman**, um dos principais expoentes da doutrina neoliberal. Apesar de ter feito parte da equipe do *New Deal* norte-americano, Friedman se tornou um crítico feroz de tal política. Nesse contexto, é importante observar que, durante a Segunda Guerra Mundial, a intervenção do Estado na economia norte-americana se fortaleceu consideravelmente: os anos de guerra intensificaram as políticas de intervenção iniciadas com o *New Deal*.

Você se lembra do **New Deal**? Foi um conjunto de medidas econômicas e sociais implementadas entre 1933 e 1937 durante o governo de Franklin D. Roosevelt e tinha como objetivo recuperar a economia do país após a Grande Depressão de 1929 com forte intervenção do Estado na economia, como investimentos em obras de infraestrutura, construção de pontes, aeroportos, portos, rodovias, hospitais, escolas, entre outros. Outras medidas foram a reforma dos sistemas bancário e monetário, no qual o governo modificou e criou leis para poder controlar e fiscalizar o mercado financeiro – com isso, as fraudes financeiras e especulações seriam evitadas e o risco de operação dos agentes financeiros seriam reduzidos; os preços e a produção foram controlados, já que, economicamente, uma das causas da Grande Depressão foi o aumento dos estoques das empresas privadas. O *New Deal* também procurou implementar medidas voltadas para o setor agrícola, como subsídios e empréstimos voltados para o aumento da atividade agrícola, tanto da agricultura familiar quanto as grandes propriedades e aumentar a produção de gêneros agrícolas. Assim, buscava-se aumentar o número de empregos no campo impedindo o êxodo rural e o desemprego urbano. Na área social também havia medidas, como a criação da Previdência Social, do seguro desemprego, do seguro para idosos acima de 65 anos e a redução da jornada de trabalho.

Com o passar dos anos, o *New Deal* gerou, gradativamente, tímidos resultados positivos, o mercado acionário voltou a funcionar inteiramente, a taxa de desemprego reduzia lentamente e, conseqüentemente, a renda nacional aumentava. Pouco a pouco as indústrias voltaram a produzir, aumentando as vendas

no mercado interno e externo (exportações). Por outro lado, os gastos públicos aumentaram consideravelmente, assim como as renúncias fiscais. O aumento nos gastos gerou aumento da dívida pública, inevitável quando o governo gasta mais do que arrecada. E esse, em especial, se tornou um ponto crítico para o debate econômico e para a perspectiva dos neoliberais: o gasto do estado deveria ser o mínimo possível.

Friedman defendeu reformas que davam mais confiança ao mercado do que ao governo. De acordo com o economista, o sistema de mercado protege não só a liberdade econômica, mas também a liberdade política. Nesse sentido, o autor “perguntava” - já respondendo negativamente - se uma nação pode ter verdadeiramente liberdade política quando a imprensa escrita pertence ao Estado e os trabalhadores são funcionários do governo. Acrescentava ainda que o homem livre não perguntará o que sua pátria pode fazer por ele ou o que pode ele fazer por sua pátria. Segundo Friedman, perguntará o que podemos fazer por meio do governo para ajudar cada um de nós a tomar nossas responsabilidades, a alcançar nossos propósitos e objetivos diversos e, acima de tudo, a proteger nossa liberdade (FRIEDMAN, 1988).



Reflita

Um lema utilizado por Milton Friedman muito famoso na economia é: *não existe almoço grátis*. Tomando como base o *New Deal*, as ideias neoliberais e suas críticas ao pensamento keynesiano, o que você entende por essa afirmação?

Entre as propostas de Friedman podemos destacar: o sistema internacional de taxas de intercâmbios flexível, ou seja, o câmbio seria determinado pelo mercado por meio da lei da oferta e demanda de moeda estrangeira; a interpretação mais flexível de lei antitruste; o fim das experiências dos Estados Unidos com política de renda; o imposto de renda negativo e com taxa padrão; a legalização de drogas recreativas; a privatização de vários serviços públicos. Algumas propostas foram incorporadas pela política norte-americana e por seus aliados durante o contexto do fim da Guerra Fria, outras foram abandonadas ou estão sendo discutidas até os dias de hoje.

Enfim, em linhas gerais, após explicarmos as ideias de Hayek e Friedman, podemos afirmar que entre as características principais defendidas pelos neoliberais estão: a redução do papel do Estado na economia, ou seja, a intervenção do governo deve ser mínima, deixando o mercado funcionar livremente (Estado Mínimo); abertura econômica para aumento da concorrência; privatizações das empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais; ênfase à globalização; e corte de gastos estatais e de cobranças de tributos.



Refleta

Com base nas características neoliberais, podemos afirmar que o governo brasileiro atual adota a doutrina liberal?



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre a relação (ou não) entre a ideia de Estado mínimo e a doutrina neoliberal, leia o artigo *O projeto neoliberal e o mito do Estado Mínimo*, disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_moraes.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

O neoliberalismo na prática: de Pinochet a Thatcher

A supremacia do neoliberalismo não se construiu de um dia para o outro. O início, ou melhor, o laboratório para as novas ideias neoliberais se deu no Chile após o golpe liderado pela CIA e pelos militares chilenos sob a égide do General Augusto Pinochet em 1973. Durante os anos da violenta ditadura chilena (1973-1989), os economistas da Escola de Chicago se tornaram figuras centrais da política econômica imposta no período.



Pesquise mais

O filme ***Chicago boys*** (CHI, 2015) mostra como os jovens economistas da Escola de Chicago participaram da ditadura de Pinochet, assumindo ministérios e elaborando seus princípios econômicos. Na notícia abaixo, temos uma breve análise do filme em que um dos economistas da época afirmara que:

[...] apenas sob uma ditadura elas [as propostas da Escola] poderiam ser implantadas. De fato, numa sociedade politizada como a chilena, só a poder de baioneta poderia ser adotado um programa radical de desregulamentação da economia, enxugamento do Estado, fragilização de sindicatos e privilégio ao capital.

Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,chicago-boys-mostra-o-neoliberalismo-e-sua-genese-na-america-latina-,1855293>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

A partir da experiência chilena na década de 1970, as ideias neoliberais foram generalizadas nos governos de **Ronald Reagan** (presidente dos EUA entre 1981 e 1989) e **Margareth Thatcher** (primeira ministra inglesa entre 1979 e 1990), espalhando-se pelo mundo ocidental na década de 1980. A partir daí e ao longo dos anos seguintes, as políticas econômicas das potências capitalistas foram gradativamente voltadas para uma menor regulamentação dos mercados e para a privatização em busca de um aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, casos icônicos, ainda foram adotadas a redução de impostos sobre as classes mais altas e os cortes de gastos sociais.

Thatcher adotou a contração monetária, elevou as taxas de juros, reduziu os impostos sobre altos rendimentos, acabou com o controle sobre fluxos financeiros, privatizou diversas empresas, cortou gastos sociais e impôs uma dura legislação contra os sindicatos. Os trabalhadores das minas de carvão realizaram então uma grande greve, em 1984, contra as políticas adotadas pelo governo Thatcher – entre elas a privatização e encerramento das atividades das minas de carvão no Reino Unido. A greve que durou cerca de um ano é considerada um dos embates políticos mais marcantes dessa década, e, além da derrota dos mineiros – que perderam seus empregos ou tiveram seus salários reduzidos –, teve como consequência a redução da produção interna de carvão e a importação de carvão estrangeiro a um preço mais baixo, aumentando o desemprego entre os trabalhadores do setor.

Já a política liberal norte-americana foi baseada essencialmente na redução de impostos das classes mais ricas, elevação da taxa de juros, cortes de gastos sociais e repressão da greve da aviação civil (única greve enfrentada pelo governo). No contexto da propaganda da Guerra Fria e já no fim da década, a queda do Muro de Berlim, em 1989, favoreceu a entrada do pensamento neoliberal nos países do leste europeu – colaborando para o seu estabelecimento hegemônico no globo no início dos anos 1990.

O pensamento neoliberal, difundido nos últimos vinte anos do século XX, pregava a saída do Estado de todas as atividades produtivas, incluindo saúde e educação, e também intervencionistas, por meio, inclusive, de privatizações e desregulamentações. Enquanto o primeiro era justificado pela participação grande do Estado na economia antes da década de 1980, o que gerou aumento da dívida pública, o segundo, a desregulamentação, favorecia a liberdade das empresas privadas atuarem, o que estimularia o investimento, gerando crescimento econômico.

A política neoliberal, apesar de hegemônica, sofreu diversas contestações em diferentes contextos e a questão da intervenção ou não do Estado na economia se tornou o ponto central do debate político-econômico. Embora também tenha aplicado parte do ideário neoliberal, o partido democrata, nos EUA, foi mais cauteloso em relação ao Estado Mínimo proposto pelo partido republicano a partir de Reagan. Assim, nos EUA, o neoliberalismo perdeu parte de seu vigor com a derrota do republicano George Bush (pai) em 1993 para a presidência dos EUA e a vitória do democrata Bill Clinton, que governaria até 2000. Clinton governaria por dois mandatos, sendo sucedido por um republicano (Bush filho) e, novamente, por um democrata (Barack Obama) e um republicano (Donald Trump).

Como você deve imaginar, há ainda um grande debate a respeito dos limites da intervenção do Estado na economia. Um caso exemplar: a proposta do democrata Obama de criar um sistema básico de saúde para todos os cidadãos foi considerada importante por alguns e como um desvio socialista por outros. A discussão, nesse caso é: um sistema de saúde cabe ao Estado ou é exclusivo da iniciativa privada? Os neoliberais mais entusiastas afirmarão que a iniciativa privada é mais eficiente e, por meio da livre-concorrência, oferecerá saúde de qualidade a preços acessíveis.

Na Inglaterra, os governantes conservadores (lembre-se, nesse contexto estes são os mais favoráveis ao neoliberalismo) perderiam o poder 1997 para retornar apenas em 2010. Em outras partes da Europa, governos adotaram uma política neoliberal mais cautelosa, com foco na disciplina orçamentária, nas reformas fiscais e menos ênfase ao corte de gastos sociais ou repressão dos sindicatos. França, Grécia, Portugal e Itália foram casos distintos, com predomínio de governos críticos do neoliberalismo dos EUA, mas que, apesar disso, adotaram políticas em alguma medida semelhantes, priorizando a estabilidade monetária, a contenção de gastos, concessões fiscais às empresas e o abandono de políticas de pleno emprego.

A América Latina e o neoliberalismo

A América Latina não ficou a parte desse novo pensamento. Como vimos, foi justamente nos países latino-americanos que a “onda” neoliberal se iniciou, a partir da ditadura de Augusto Pinochet sob influência direta de Friedman. No entanto, o fortalecimento do neoliberalismo no restante do continente se deu apenas no final dos anos 1980 e início dos 1990. Os casos mexicano, argentino, peruano e brasileiro são exemplares na importância do **Consenso de Washington**. O Consenso de Washington, elaborado em 1989 pelo economista norte-americano John Williamson, foi uma recomendação internacional que tinha como objetivo principal propagar a conduta neoliberal para combater as crises econômicas dos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. O **Fundo Monetário Internacional** (FMI) adotou tais medidas como obrigatórias para oferecer ajuda aos países em crise e renegociar suas dívidas externas. Em outros termos, para pagar suas dívidas e utilizar os empréstimos do FMI os países latino-americanos passaram a ser forçados a adotar um conjunto de medidas que colaborasse com a liberalização da economia.

Dentre as medidas, estão as **reformas fiscais**, que promoveriam alterações profundas no sistema tributário, reduzindo os tributos das grandes empresas e cortando gastos do governo; a **abertura comercial** que proporciona aumento das importações e das exportações por meio de redução das tarifas alfandegárias; a **privatização** para reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, transferindo o custo das empresas estatais para a

iniciativa privada. Assim, na década de 1990, tanto o Brasil, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, quanto a Argentina de Carlos Menem passaram por processos de privatizações, diminuição dos gastos sociais e rígido controle monetário sob olhar atento de instituições como o FMI.



Pesquise mais

Para saber mais sobre as políticas neoliberais adotadas pelo governo dos países na América do Sul e suas consequências, leia o artigo, *As políticas neoliberais e a crise na América do Sul*, disponível em: <<https://goo.gl/AqJdfr>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Tal como aconteceria na Inglaterra com as seguidas vitórias do partido trabalhista, também, na América do Sul, as políticas neoliberais foram contestadas a partir das eleições do final da década de 1990 e início dos anos 2000. A crise que atingiu México, Argentina, Brasil e seus vizinhos foi terreno fértil para os críticos do neoliberalismo e a chamada “guinada à esquerda” na América Latina – marcada, por exemplo, pelas eleições de Hugo Chávez na Venezuela, Nestor Kirchner na Argentina, Luís Inácio Lula da Silva no Brasil e Evo Morales na Bolívia.

Como você deve perceber ao acompanhar o noticiário, parte das figuras e dos partidos políticos mencionados nesta seção ainda são elementos centrais da discussão das políticas econômicas contemporâneas. O debate aqui apresentado é, portanto, onde nos encontramos na atualidade: quando e como o Estado deve intervir na economia? O que é tarefa do Estado e qual a tributação exigida para cumprir com essas atividades? As tarifas alfandegárias devem proteger a produção interna de exportações ou, antes todos nos beneficiaremos da livre-concorrência entre os países? Estas são questões centrais para o entendimento e construção de um debate político-econômico consciente no mundo contemporâneo – e que vai além da simpatia pela figura política x ou y.



Agora que chegamos ao final de nossa seção, leia os discursos abaixo, exemplares de posições divergentes desses governantes a respeito da função do Estado e sua intervenção na economia.

Margareth Thatcher afirmou em 1987:

Acho que atravessamos um período no qual muitas crianças e pessoas foram levadas a acreditar que, se tenho um problema, é a missão do governo resolvê-lo ou que conseguirei uma subvenção para lidar com ele ou que, se sou um sem teto, o governo deve me dar moradia — de tal modo que essas pessoas estão arremessando seus problemas sobre a sociedade. Mas, o que é a sociedade? Não existe essa coisa. O que existe são homens e mulheres, indivíduos e famílias. (Disponível em <<https://goo.gl/dM2yho>>. Acesso em: 15 fev. 2018.)



E Barack Obama afirmou em 2013:

Se você foi bem-sucedido, não chegou lá por conta própria. Se você triunfou, alguém no caminho deu-lhe alguma ajuda. Houve um grande professor em algum ponto de sua vida. Alguém ajudou a criar esse inacreditável sistema americano que permite que você prospere. Alguém investiu em estradas e pontes. A internet não nasceu espontaneamente. A pesquisa financiada pelo governo criou a internet, de modo que todas as empresas pudessem lucrar com ela. Quando alcançamos sucesso, triunfamos por nossa iniciativa individual, mas também porque fizemos coisas juntos. (Disponível em <<https://goo.gl/dM2yho>>. Acesso em: 15 fev. 2018.)



Sem medo de errar

Após nossas discussões, você deve ter conseguido compreender o cenário histórico dos debates das doutrinas econômicas após a Grande Depressão de 1929. Pensamos, então, como o professor João que, em uma de suas aulas, depara-se com uma discussão

na qual um aluno afirmava que o Estado tem como obrigação intervir na economia e que as ideias neoliberais surgiram somente porque os países desenvolvidos desejavam dominar as nações em desenvolvimento, tanto que não foram postas em práticas.

Para ajudar seu aluno, o professor João lembrou que o pensamento neoliberal não surgiu nos anos 1980, como ele atribuía, mas muito antes, como uma reação teórica e política às ideias propostas por Keynes, adotadas por muitos países após a Grande Depressão. O professor retomou a obra do austríaco Friedrich Hayek, *O Caminho da Servidão*, publicada em 1944, e expôs seus argumentos a respeito da não-intervenção do governo na economia, formalizando que os mecanismos de mercado que estavam sendo impostos pelo Estado limitavam a liberdade econômica e política. Como vimos, esse debate intelectual se dá no centro do capitalismo europeu e não em um processo de dominação posterior. Inclusive, foi na mesma década de 1940, como abordado, que se formou a *Sociedade Mont Pèlerin*, com propósito de combater o keynesianismo que avançava.

Nesse sentido, o professor João enfrentou uma situação complexa. Quando discutimos, por exemplo, o caso chileno – a relação entre a Escola de Chicago e a ditadura de Pinochet – ou as imposições do FMI a partir do Consenso de Washington, poderíamos pensar em aspectos de uma dominação do centro do capitalismo em relação aos países periféricos na implementação do neoliberalismo. Mas é igualmente importante lembrar que essas políticas também se encaminharam em países centrais desse sistema, como os EUA de Reagan e a Inglaterra de Thatcher.

Um entendimento aprofundado do tema, sem recorrer a maniqueísmos e explicações simplistas para as diferentes doutrinas econômicas, foi o que buscamos ao longo das últimas seções e, mais uma vez, é importante lembrar que não há uma teoria econômica “absoluta”. As “verdades” do pensamento econômico são profundamente ligadas ao contexto histórico de sua formulação e aos interesses em disputa em cada época. A compreensão desses cenários nos permite um olhar mais crítico não apenas para a economia, mas para o debate político-econômico que nos cerca constantemente.

Faça valer a pena

1. O neoliberalismo é uma doutrina econômica oriunda dos paradigmas da escola clássica, que começou a ser discutida nos anos 1930/40, mas que ganhou força a partir das décadas de 1970/80 quando os governos do Reino Unido e dos Estados Unidos adotaram algumas de suas ideias. Em relação às características do neoliberalismo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Presença do Estado na economia.
- II. Corte de tributos.
- III. Abertura comercial.
- IV. Privatização.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

2. Analise o seguinte trecho da obra *O Caminho da Servidão*:

Enquanto concentramos todas as nossas energias em vencer esta guerra, é-nos às vezes difícil lembrar que mesmo antes da guerra os valores pelos quais hoje lutamos estavam ameaçados em nosso próprio país, e destruídos em outros. Embora neste momento os ideais diferentes sejam representados por nações antagônicas que lutam para preservá-los, não devemos esquecer que o atual conflito surgiu de um embate de ideias no seio do qual, não há muito, havia uma única civilização europeia” (HAYEK, 1990, p.40).

Marque a alternativa que apresenta corretamente o embate de ideais no qual Hayek (1990) se refere:

- a) Embate entre as ideais keynesianas e liberais.
- b) Embate entre as ideias socialistas e capitalistas.
- c) Embate entre as ideais marxistas e liberais.
- d) Embate entre as ideais fascistas, nazistas e liberais.
- e) Embate de ideais das Escolas Austríaca e de Chicago.

3. Um dos pontos tratados pela doutrina neoliberal é a arrecadação governamental, ou seja, sua tributação. Friedman, em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (1988), afirma que:



é difícil para mim, como liberal, encontrar alguma justificativa para a taxaço gradual em termos de pura redistribuiço de renda. Parece-me um caso claro de coerço, em que se tira de uns para dar a outros, e assim se entra em conflito frontal com a liberdade individual. (FRIEDMAN, 1988, p.156)

Marque a alternativa correta que apresenta a forma de tributação ideal defendida pelos neoliberais.

- a) Taxação das classes mais altas.
- b) Isenção de tributos das classes mais baixas.
- c) Redução geral de tributos da economia.
- d) Aumento geral de tributos da economia.
- e) Redução dos tributos das classes mais ricas.

Seção 4.3

O pensamento econômico nas últimas décadas

Diálogo aberto

Prezado aluno, nesta seção, você conhecerá parte do pensamento econômico das últimas décadas, com foco na economia brasileira. Você verá que existe uma corrente de pensamento econômico que foi formada por intelectuais latino-americanos, como o argentino **Raúl Prebisch** e o brasileiro **Celso Furtado**. Esses pensadores criaram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (**CEPAL**) que procurou explicar a realidade econômica e social nos países latino-americanos. Além da CEPAL, entenderemos o pensamento, ou melhor, as distintas correntes de pensamento econômico adotadas e/ou discutidas para a economia brasileira.

Para que seja possível atingir nosso objetivo, teremos a ajuda do professor João Batista que finalizou o ano letivo discutindo o pensamento econômico latino-americano do Século XX e resolveu aplicar uma atividade avaliativa para sua turma. Um dos grupos afirmou, equivocadamente, que o pensamento econômico predominante no Brasil no Século XX foi o neoliberalismo, pois, segundo os alunos, o Estado em poucos momentos interviu na economia. O grupo de alunos não concordou com a nota baixa na atividade e foi contestar o professor, que com muita paciência explicou quais são os pontos que deveriam estar presentes no texto. Quais argumentos utilizar para convencer os alunos do equívoco cometido?

Não pode faltar

Ao estudar o pensamento econômico da América Latina, não podemos deixar de compreender sua corrente mais famosa: o pensamento da **Comissão Econômica para a América Latina** (CEPAL). Apesar de a vertente cepalina não englobar totalmente o pensamento latino-americano, ela representa sua principal corrente ao abranger os postulados inerentes à realidade social e econômica desses países a partir de década de 1950.

A CEPAL surgiu no dia 25 de fevereiro de 1948 por meio da Resolução 106 do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da Organização das Nações Unidas (ONU) com o propósito de “ajudar os governos latino-americanos a fomentar o desenvolvimento econômico de seus países e elevar o nível de vida de seus povos” (ONU, 1969, p. 343). Além desse objetivo principal, a CEPAL se propôs a coordenar as ações para a promoção do desenvolvimento econômico e reformar as relações econômicas dos países da região entre si e com o resto do mundo. O desenvolvimento da CEPAL a partir da ONU coaduna, portanto, com estes ideais do desenvolvimento econômico e debate político do pós-guerra. Nessa época, a ONU era composta inicialmente por 51 Estados-Membros e tinha como objetivo principal garantir a paz mundial. Atualmente são 193 nações que fazem parte da organização e os objetivos são diversos, tais como criar e implementar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento econômico, a segurança nacional, definição de leis internacionais, assegurar os direitos humanos e o progresso social dos países.



Assimile

A CEPAL foi criada em fevereiro de 1948 com o objetivo principal de ajudar os governos dos países da América Latina a desenvolverem suas economias.

Inicialmente, os países membros eram Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e República Dominicana (posteriormente Canadá, Espanha, Itália, Países Baixos e Portugal, aceitos pelos vínculos históricos, econômicos e culturais com os países na região). Em 1984, a CEPAL determinou que a área de atuação incluísse o Caribe, e os objetivos passaram a englobar a dimensão social, surgindo assim a nova denominação: **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**. Atualmente, todos os países da América Latina e Caribe fazem parte da CEPAL, além de Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat e Porto Rico, que são territórios independentes, sendo considerados países associados.

A CEPAL desenvolveu um conjunto de pensamentos voltados à análise das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos. Essa análise é feita por meio do **método histórico-gradualista**, (método que considera a evolução histórica dos países como determinante da situação atual, no caso, o subdesenvolvimento dos países da América Latina), e, como a conjuntura econômica dos países sofreram modificações intensas ao longo dos anos, a CEPAL engloba inúmeras correntes de pensamento econômico, apresentando conceitos-chaves e hipóteses que norteiam as políticas de desenvolvimento, constituindo um núcleo do chamado pensamento cepalino, que é baseado na tese do argentino **Raúl Prebisch (1901-1986)**.

A tese de Prebisch trata das questões voltadas para o processo de industrialização e desenvolvimento latino-americanos e a interpretação estruturalista dos processos inflacionários desses países. A tese enfatiza o fato das economias subdesenvolvidas evoluírem de um modelo primário-exportador – a economia dependia de um ou poucos produtos primários que seriam vendidos para outros países – para um modelo urbano-industrial, este sim, voltado para dentro.



Pesquise mais

Para conhecer o pensamento de Raúl Prebisch, leia o artigo, *O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch*, do professor Joaquim Miguel Couto. O texto está disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

Como essa interpretação se aplicou aos países latino-americanos? A partir de um olhar esquemático sobre o período colonial que, simplificando as relações políticas e econômicas da época, reafirmou o processo de colonização da América como a base dos problemas que mais tarde se desenvolveriam nessas terras. Nessa abordagem, o processo colonial se deu fortemente motivado pelo mercantilismo, com períodos de expansão e outros de recessão da economia dos países americanos, além de não incentivar a diversificação e a criação de bases econômicas autossustentáveis.

A situação tomou outro rumo a partir do Século XIX, quando as economias dos países do continente americano trilham diferentes caminhos. De um lado, os Estados Unidos entraram no processo de industrialização, de outro lado, os demais países que demoraram ou nem ingressaram nesse processo. A industrialização de muitos países, como o Brasil, começou somente a ser a principal atividade (principal no sentido de ser o foco do governo brasileiro) após 1930 por meio do **Processo de Substituição de Importações (PSI)**.

O processo de substituição de importações foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro como uma alternativa aos impactos da Grande Depressão ocorrida nos Estados Unidos em 1929 e que afetou o mundo inteiro. Na época, grande parte da economia do Brasil dependia da produção e da venda de café. Com a crise mundial, a demanda pelo café brasileiro reduziu, fazendo com que o preço dessa commodity baixasse. Então, a crise mundial expôs a dependência da economia brasileira em relação a um único produto agrícola, apontando para a necessidade de outros caminhos. A **Grande Depressão**, portanto, foi um momento de ruptura no desenvolvimento econômico brasileiro, trazendo à tona a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento.

A industrialização brasileira que já tinha sido iniciada anteriormente especialmente em função de atividades secundárias da economia cafeeira, agora passava a ser meta prioritária para muitos governantes e economistas. Porém, para atingir esse objetivo, era necessário deslocar recursos estatais, que antes eram destinados ao setor cafeeiro, para as indústrias. Nesse ponto, tínhamos um problema: a poderosa elite latifundiária, responsável pela famosa **"política do café-com-leite"**, não queria que isso ocorresse. Assim, só seria possível o incentivo à industrialização brasileira se houvesse uma alteração política que rompesse com o estado oligárquico e descentralizado da Primeira República, passando a centralizar o poder e os instrumentos de política econômica no governo federal. Isso ocorreu com a **Revolução de 1930**, na qual **Getúlio Vargas** tomou a presidência da república e gradualmente fortaleceu o Executivo, seja na repressão da **Revolução Constitucionalista de 1932**, seja nas constituições autoritárias de inspiração fascista que se formulariam ao longo dos anos 1930. Uma nova classe social saía fortalecida desse processo: a burguesia industrial.



Pesquise mais

A primeira vez que o governo brasileiro utilizou a Política de valorização do café foi em 1906, após o **Convênio de Taubaté**, que tinha como objetivo conter a redução de preço do café via compra no excedente produzido. Para saber mais sobre o convênio, leia o texto disponível em: <<https://goo.gl/hzQopd>> Acesso em: 13 fev. 2018.

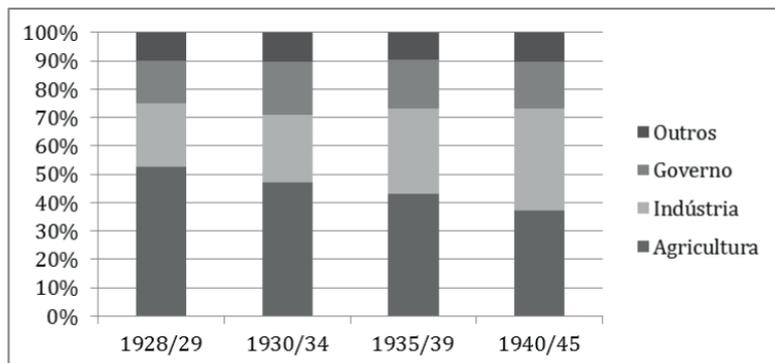
Celso Furtado (1989) batizou de *deslocamento do centro dinâmico* a maneira com que o governo Vargas encarou a crise: o elemento essencial na determinação do nível de renda deixou de ser a demanda externa, como acontecia antes da década de 1930, passando a ser atividade voltada ao mercado interno, como o consumo e o investimento doméstico. Assim, a industrialização passou a ocorrer pela substituição de importações, sendo uma industrialização fechada: os produtos manufaturados eram produzidos para consumo interno e não mais para exportação, como durante a economia agroexportadora.



Exemplificando

O deslocamento do centro dinâmico pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 4.1 | Participação dos setores no valor adicionado (1928-1945)



Fonte: Haddad (1978 apud GREMAU et. al, 2011, p. 348).

Analisando o Gráfico 4.1, podemos perceber que o setor industrial aumentou sua participação na economia brasileira de, aproximadamente, 22% para 37% entre 1928 e 1945. Nesse mesmo período, a participação

da agricultura é reduzida de 52% para 48%. Esses dados confirmam que, entre 1928 e 1945, houve uma troca nos produtos produzidos entre a agricultura e indústria na geração de valor adicionado. É claro que a crise mundial impactou negativamente a economia brasileira, mas os efeitos foram menores e duraram menos tempo do que em outros países

A industrialização brasileira aconteceu a partir de um modelo de desenvolvimento que passava por quatro etapas sequenciais: estrangulamento externo, proteção à indústria nacional, produção interna do que antes era importado, e novo estrangulamento externo.



Assimile

No final do Século XIX, as indústrias norte-americanas já utilizavam técnicas modernas/avançadas de industrialização, enquanto os países latino-americanos se especializavam na produção e exportação de alimentos, minérios e matérias-primas.

Diante desse contexto, diversos autores publicaram trabalhos procurando explicar o processo de desenvolvimento dos países da América Latina, entre eles, Aníbal Pinto (1919–1996), Jorge Ahumada (1917–1965), Juan Noyola Vazques (1922–1962), Raúl Prebisch (1901–1986), e os brasileiros, Celso Furtado (1920–2004), Ignácio Rangel (1914–1994), Maria da Conceição Tavares (1930–) e Osvaldo Sunkel (1929–). No entanto, devemos destacar que Prebisch é considerado o principal expoente do pensamento, principalmente no início, pois foi o primeiro a enfatizar a diferença entre a distribuição do progresso técnico entre as economias subdesenvolvidas e desenvolvidas, constatando que houve assimetria no desenvolvimento dos países ricos e pobres: “Já não existe a alternativa entre continuar crescendo dessa maneira, vigorosamente, ou crescer para dentro por meio da industrialização. Esta última passou a ser o modo principal de crescimento” (PREBISCH, 2000, p. 78). Nesta afirmação, o autor se refere à continuação do modelo primário-exportador adotado pela maioria dos países latino-americanos e que agravou a distância econômica e social desses países para os desenvolvidos.

Prebisch partiu do pressuposto de que a economia mundial possuía um centro, que compreendia as principais economias industrializadas do sistema capitalista e uma significativa periferia, composta pelos países subdesenvolvidos que tinham como função principal produzir bens primários para os países industrializados, sendo, portanto, dependentes. Essa dependência foi explicada por Prebisch como a culpada pelo subdesenvolvimento dos países da região. **Assim, o pensamento cepalino é fundamentado no contraste entre o desenvolvimento e o progresso técnico do centro representado no continente americano pelos Estados Unidos, e a periferia que são os países das Américas Central e do Sul.** Nesse sentido, Prebisch em sua tese afirma que “Os Estados Unidos são hoje o principal centro cíclico do mundo, como foi no passado a Grã-Bretanha. Sua influência nos outros países é evidente” (PREBISCH, 2000, p. 88).



Reflita

Raúl Prebisch defendeu a ideia da existência de um centro e uma periferia, no qual a periferia é dependente do centro, e essa dependência é a culpada pelo subdesenvolvimento dos países da América Latina e Caribe. Você acredita que, de fato, existe um centro e uma periferia, este é o motivo dos países chamados periféricos não se desenvolverem economicamente? Caso exista, como os países podem superar a condições periférica?

Com base na tese de Prebisch, os pensadores da CEPAL apresentaram um referencial que pode ser indicado como instrumento de entendimento do processo de evolução das economias dos países latino-americanos. A base para o desenvolvimento da teoria de Prebisch e do pensamento cepalino é a ideia da dicotomia centro-periferia: a periferia produz e exporta produtos de baixo valor agregado e demanda estática (a procura pelos produtos que os países periféricos produzem e exportam não varia com o aumento ou redução nos preços), e importa bens com valor agregado mais alto e demanda crescente. Por exemplo, exportam alimentos e matéria-prima e importam manufaturas e serviços.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o crescimento da periferia foi modificado, ela começou a se industrializar. Essa situação

foi acentuada a partir de 1929 como consequência da Grande Depressão. Nesse ponto, o centro mudou seu comportamento, adotando políticas mais protecionistas e uma deterioração dos termos de troca, pois nos países periféricos existe um grande número de pessoas desempregadas, o que acarreta menores salários.

A industrialização ocorreu de forma distinta entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos da América Latina. Enquanto no centro a estrutura produtiva foi acomodando as novas condições aos poucos e os setores produtivos foram expandindo simultaneamente, nos periféricos, o consumo expandiu separado da produção, já que a renda era oriunda das exportações de um pequeno número de produtos, acarretando dependência do mercado externo e baixa produtividade da indústria. Nesse sentido, os pensadores da CEPAL afirmam que a economia da periferia apresenta forte tendência ao desemprego ou redução da capacidade de absorção da mão de obra decorrente do mal uso da tecnologia disponível; **da deterioração dos termos de troca** (conceito criado na década de 1950 por Prebisch para designar que as economias industrializadas tendem a obter vantagens na relação comercial com as economias periféricas, já que a primeira produz e vende produtos com valor agregado enquanto os países em desenvolvimento exportam produtos agrícolas com baixo valor) em função da dependência da atividade primário-exportadora; dos desequilíbrios entre importação e exportação, já que a periferia importa mais do que exporta, em valor agregado; e do surgimento de processos inflacionários oriundos das falhas estruturais. No sentido das falhas estruturais, os Cepalinos desenvolvem a teoria estruturalista para explicar o processo inflacionário, que é um subproduto da teoria do subdesenvolvimento.

Pensamento econômico brasileiro

Em relação ao pensamento econômico adotado pelo Brasil a partir do Século XX, não existe um consenso entre os economistas, ou seja, não se pode falar em uma única corrente de pensamento econômico, seja ela clássica, keynesiana, cepalina, entre outras.

Até a década de 1930, o pensamento econômico dominante no Brasil era o liberalismo, pois o modelo econômico adotado pelos governos brasileiros era o primário-exportador, no qual o país se

especializava em um ou poucos produtos primários, como o café, e exportava, tendo praticamente toda sua renda nacional dependente desse comércio. Com a Crise Mundial de 1929, a realidade econômica mudou, e o modelo adotado até então não era mais viável, sendo preciso encontrar outro caminho para o crescimento econômico. Nesse sentido, surge uma dualidade para as próximas décadas entre o neoliberalismo, que foi uma adaptação do liberalismo à nova realidade econômica, tendo como objetivo principal a defesa do sistema de mercado com pequenas intervenções do Estado, e o **desenvolvimentismo**, que defendia o planejamento e a industrialização para que a economia brasileira crescesse.

A corrente desenvolvimentista era subdividida em três vertentes: a ligada ao setor privado que defendia o apoio do Estado à acumulação de capital e a participação de capital estrangeiro; a vertente do setor público dos não nacionalistas que aceitava a intervenção estatal no setor produtivo; e a do setor público nacionalista, que defendia a participação e intervenção do Estado na economia, principalmente nos setores estratégicos, ideia apoiada por Celso Furtado e a CEPAL. E, ainda existe uma terceira corrente, seguida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia a industrialização planejada com base no capital nacional; forte presença da empresa estatal; planejamento governamental da economia; protecionismo; recusa do capital estrangeiro; controle da remessa de lucros e a reforma agrária.



Pesquise mais

Para conhecer mais sobre o pensamento econômico brasileiro no Século XX, leia o texto *O Pensamento Econômico Brasileiro no Século XX: Uma Breve Nota Sobre as Principais Tendências e Rupturas*, disponível em: <<https://goo.gl/MFptRG>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Na prática, a partir da década de 1930, Roberto Simonsen, empresário, economista e engenheiro, liderou um grupo de industriais que defendeu a industrialização planejada e os interesses do capital industrial privado nacional, ou seja, a primeira vertente desenvolvimentista. O que foi um desafio, já que na época a elite dominante era uma elite agrária. Mesmo assim, Simonsen defendeu que o Brasil poderia se desenvolver por meio de um parque industrial moderno parecido com os dos países desenvolvidos.

O desenvolvimentismo se aprofundou com o **plano de metas**, criado durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) que estabelecia, inicialmente, trinta metas precisas e específicas para seis áreas consideradas estratégicas (energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação). Contudo, temos a construção de Brasília, que passou a ser a meta trinta e um. A racionalidade do plano tinha como base os estudos do grupo BNDE/CEPAL, que identificavam a existência de uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis. Eles conseguiam enxergar, nesse setor, uma importante fonte de crescimento econômico pelos efeitos interindustriais que gerariam sob a demanda por bens intermediários e por meio da geração de empregos, além de que estimulariam o desenvolvimento de novos setores, principalmente os fornecedores de matéria-prima para as indústrias de bens de consumo duráveis. Por exemplo, pela lógica do modelo, ao incentivar o desenvolvimento do setor automobilístico, o setor de autopeças também iria se desenvolver e, com isso, novos empregos seriam gerados.

Em linhas gerais, o plano de metas pode ser dividido em três principais pontos: investimentos estatais em infraestrutura, investimento nos setores de transporte – principalmente rodovias, já que o objetivo era desenvolver o setor automobilístico – e de energia elétrica; estímulo ao aumento da produção de bens intermediários – principalmente aço, carvão, cimento e zinco; incentivo à introdução dos setores de consumo durável e de bens capital. Para atingir as metas, alguns instrumentos foram utilizados: os investimentos feitos pelas empresas estatais, o crédito com juros baixos e a longa carência dada pelo Banco do Brasil e pelo BNDE, a política de reserva de mercado e a concessão de empréstimos externos. Além disso, para atrair as empresas multinacionais, o governo brasileiro incentivou o capital estrangeiro através da permissão do investimento estrangeiro, sem cobertura cambial, oferecendo isenções fiscais e garantias de mercado. Assim, o plano de metas é um exemplo do pensamento desenvolvimentista, nesse caso, nacionalista, na prática, no qual a industrialização era defendida como prioridade do Estado, feita pelos setores de infraestrutura com participação de capital estrangeiro. A corrente desenvolvimentista nacionalista foi defendida por Celso Furtado, e teve seu ápice no governo Juscelino Kubitschek, declinando em 1961 com a renúncia de Jânio Quadros.

Dando continuidade em parte do pensamento desenvolvimentista a partir de outra perspectiva, o diplomata Roberto de Oliveira Campos defendeu a industrialização via *internacionalização dos capitais*. Porém, seu pensamento mudou ao se tornar Ministro do Planejamento (1964-1967) durante a **Ditadura Militar** no governo do marechal Humberto de Alencar **Castelo Branco** e se tornou um forte crítico do pensamento cepalino.

A instabilidade política e econômica dos anos 1960 é marcada, inicialmente, pelo curto mandato de **Jânio Quadros**, que renunciou apenas oito meses após a posse. Em sua breve presidência, tentou recuperar a estabilidade utilizando, principalmente, a política cambial, através da desvalorização da moeda e da unificação da taxa de câmbio. Apesar de essa medida ter aumentado o preço de alguns produtos, como do pão e do transporte público - já que esses bens usam trigo e petróleo, respectivamente, como insumos - ela ajudou o governo a reduzir o déficit orçamentário. Outras medidas econômicas de Jânio foram restringir o crédito e congelar os salários, o que fez com que a inflação, já em meados de 1961, crescesse em um ritmo menos acelerado. Além disto, Jânio renegociou as obrigações da dívida externa que estavam vencendo, e conseguiu empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Com base no exposto, Wener Baer (1996) acredita que o empenho para implementar as reformas estruturais e o esforço para estabilização econômica foram as principais causas das pressões que parte da sociedade, principalmente a classe média e os militares, para que Jânio renunciasse, o que aconteceu em agosto de 1961.

Com a renúncia de Jânio, assumiria seu vice, **João Goulart**, figura questionada por militares e parte da sociedade civil, pois consideravam Goulart um esquerdista radical. Para tentar amenizar a situação, foi adotado o parlamentarismo como sistema de governo, e Tancredo Neves se tornou primeiro-ministro do Brasil. Nesse contexto político, João Goulart assumiu a presidência e, para tentar amenizar sua rejeição e ganhar credibilidade junto à sociedade, ele escolheu o banqueiro Walter Moreira Salles como Ministro da Fazenda, que tinha um perfil mais ortodoxo, ou seja, seguia os modelos da economia clássica, defendendo, por exemplo, a não intervenção do Estado na economia. Como resultado, tivemos, em 1962, a formulação de um plano de estabilização com medidas consideradas antipopulares, tais como a contenção de gastos, o

aumento de impostos e a limitação do crédito público. Porém, Salles, sem conseguir apoio nem mesmo do presidente, pediu demissão.

Em 1963, o presidencialismo retornou como sistema de governo através de um plebiscito, mas Goulart enfrentava a exigência de rápidos ajustes salariais por parte dos líderes trabalhistas, a insistência dos empresários para evitar restrições ao crédito, a pressão popular para não abandonar o subsídio inflacionário de taxas de câmbio múltiplas aplicadas às importações de petróleo e trigo e, ao mesmo tempo, a pressão de não reajustar as tarifas de serviços públicos e de transporte. Além disto, pressões para que fossem feitas, reformas institucionais básicas e políticas nacionalistas frente ao capital estrangeiro tornavam-se cada vez maiores. Crescia, também, a agitação por reformas agrária, tributária e educacional (BAER, 1996). Como afirma Marcelo de Paiva Abreu (1990), apesar de o Plano Trienal de Goulart ter sido elaborado por um economista de tradição **cepalina** (Celso Furtado), tinha um cunho estruturalista, como as reformas fiscais e bancárias, o que gerou muitas discussões na eficácia do processo de substituição de importações.

Nesse contexto, quando os militares derrubam Jango e tomam o poder em 1964, o pensamento econômico brasileiro se divide: de um lado, economistas como **Delfim Netto** defendendo que a agricultura não era um entrave ao crescimento econômico, como muitos intelectuais acreditavam na época, e disseminou a macroeconomia keynesiana; de outro lado, temos Celso Furtado que dava ênfase a teoria da dependência (centro-periferia que discutimos anteriormente), no qual afirmava que a economia é dependente quando é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia.

A partir da metade da década de 1980, com o retorno da democracia, três correntes do pensamento econômico se destacaram: a **social-desenvolvimentista**, uma espécie de renascimento das ideais do pensamento desenvolvimentista nacionalista que se preocupava com as questões sociais; o **neoliberalismo** que ganha destaque a partir de 1987 e principalmente na década de 1990; e a corrente **social-liberal** que defendia que o Estado tem seu papel social, mas que deve ser afastado das atividades produtivas. Este último pensamento foi defendido por Fernando Henrique Cardoso e adotado em seu

governo. Nos anos 2000, o pensamento econômico adotado pelo governo brasileiro é o social-desenvolvimentista, porém, a discussão sobre o neoliberalismo ganha cada vez mais destaque, principalmente a partir de 2014.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre o pensamento econômico brasileiro, leia as páginas 25 a 34 da coletânea de artigos publicados pelo IPEA no livro, *Ecoss do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, disponível em: <<https://goo.gl/CwmHt6>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

Sem medo de errar

Após nossas discussões, você deve ter conseguido compreender a evolução do pensamento econômico nas últimas décadas. Pensemos, então, sobre o professor João, que finalizou suas aulas discutindo o pensamento econômico latino-americano no Século XX. Para ajudar o grupo a compreender a nota, o professor João lembrou que a economia brasileira passou por momentos distintos, não simplesmente decorrentes da teoria econômica, mas também da situação política ao longo do Século XX. Como quando, por exemplo, o Brasil sofreu os impactos da Crise de 1929, originada nos Estados Unidos, que alterou o modelo de desenvolvimento brasileiro, na qual se buscou abandonar o modelo primário-exportador e adotar o da industrialização; o golpe militar de 1964; o retorno à democracia no final da década de 1980, entre tantos outros cenários históricos.

Entendendo essa questão, o grupo de alunos conseguirá compreender que não existiu apenas uma única corrente de pensamento econômico, mas diversos pensamentos adotados por distintos governos brasileiros (democráticos ou ditatoriais) e seus intelectuais que, ao longo das décadas, procuraram explicar, por meio de distintas teorias, a situação econômica de forma a propiciar a retomada ou manutenção do crescimento econômico.

Faça valer a pena

1.



A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile (Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/about>> Acesso 19 fev. 2017).

A CEPAL trabalha com alguns objetivos, entre eles:

- I. Contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina e Caribe.
- II. Coordenar as ações encaminhadas à promoção da América Latina e Caribe.
- III. Reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo.
- IV. Promover o desenvolvimento internacional a partir da colaboração entre América e África

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

2. A partir da década de 1930, diversos estudiosos latino-americanos procuraram explicar o processo de desenvolvimento dos países da América Latina, entre eles, o argentino Raúl Prebisch, que é considerado o principal expoente do pensamento da CEPAL. Segundo o pensador: "Já não existe a alternativa entre continuar crescendo dessa maneira, vigorosamente, ou crescer para dentro por meio da industrialização. Esta última passou a ser o modo principal de crescimento" (PREBISCH, 2000, p. 78).

Marque a alternativa que apresenta corretamente a proposta de Raúl Prebisch para modificar o modelo latino-americano de crescimento econômico.

- a) Abandonar a produção de produtos primários.
- b) Proteger a indústria nacional em seu nascimento a partir dos anos 1960.
- c) Investir em progresso técnico e em legislação social.
- d) Adotar o socialismo como sistema econômico.
- e) Incentivar a exportação de bens primários.

3. Apesar de não ter tido nenhum pensamento dominante, a partir de meado da década de 1980, três correntes do pensamento econômico surgiram, que foram a social-desenvolvimentista de origem política de esquerda, o neoliberalismo que ganhou destaque na economia mundial a partir dos anos 1970 e a social-liberal que foi adotada pelo governo brasileiro nos anos 1990. Em relação às correntes citadas, relacione a coluna A com a coluna B:

Coluna A

- a. Social-desenvolvimentista.
- b. Neoliberalismo.
- c. Social-liberal.

Coluna B

- i. Apesar de ter seu papel social, o Estado não deve intervir na produção.
- ii. O Estado precisa se preocupar com as questões sociais e desenvolver o país.
- iii. A intervenção do Estado na economia deve ser mínima.

Marque a alternativa que relaciona corretamente as colunas:

- a) a-i; b-ii; c-iii.
- b) a-ii; b-i; c-iii.
- c) a-iii; b-ii; c-i.
- d) a-ii; b-iii; c-i.
- e) a-i; b-iii; c-ii.

Referências

ABREU, M. P. (org). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BLUE, S.L. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Cengage, 2013.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage, 2013.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. Ver. Economia e Sociedade, Campinas, v.16, n.1, p. 45- 64, abr. 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

FURTADO, C. **Formação Econômica no Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

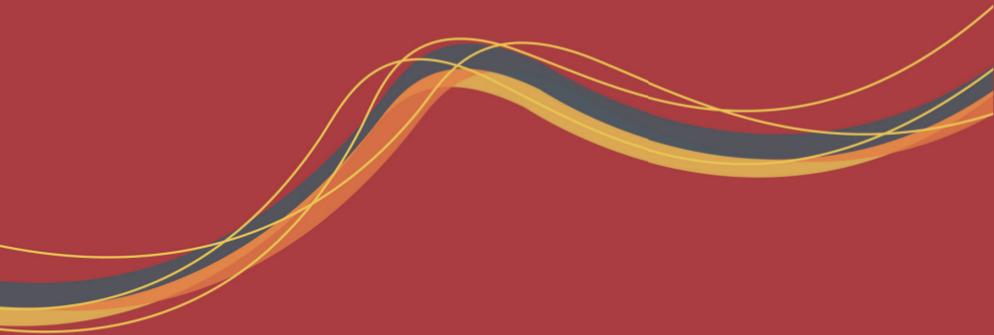
GREMAUD, A. P. et. al. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2011.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/ Instituto Liberal, 1987.

KEYNES, J.M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

ONU. **Las Naciones Unidas**: Orígenes, organización, actividades. Nova York: Naciones Unidas, Servicio de Información Pública, 1969.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: **Cinquenta anos do pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.



ISBN 978-85-522-0681-1



9 788552 206811 >